



Diogo Filipe Guerra Santos

A União Europeia em Conteúdos de História e Geografia

Relatório de Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Doutora Adélia Nunes e pelo Doutor Fernando Taveira, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

A União Europeia em Conteúdos de História e de Geografia

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Relatório de Estágio
Título	A União Europeia em Conteúdos de História e de Geografia
Autor/a	Diogo Filipe Guerra Santos
Orientador/a	Doutor Fernando Taveira da Fonseca
Coorientador/a	Doutora Adélia de Jesus Nobre Nunes
Júri	Presidente: Doutora Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro Vogais: 1. Doutora Maria Margarida Sobral da Silva Neto 2. Doutor António Campar de Almeida 3. Doutor Fernando Taveira da Fonseca
Identificação do Curso	2º Ciclo em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
Área científica	História e Geografia
Especialidade/Ramo	Ensino de História e Geografia
Data da defesa	2-2-2015
Classificação	14 valores

AGRADECIMENTOS

Seria ingrato da minha parte finalizar mais uma etapa académica sem agradecer aqueles que estiveram ao meu lado, que acreditaram no meu valor.

Desta forma, o sucesso do meu percurso académico, e em particular, do meu relatório de estágio tenho que dedicá-lo em primeiro lugar à minha família. À minha mãe, ao meu tio e ao meu irmão. Posso afirmar que sem eles, o que se acaba de realizar não passaria de uma utopia. Foram sem dúvida o meu maior apoio, aqueles que me incentivaram a tentar mais uma vez, a fazer mais um esforço quando eu pensava não ter mais forças para isso. Uma palavra de carinho para o meu pai. Nem sempre conseguiu estar, mas quando esteve presente, demonstrou carinho e orgulho pelo caminho percorrido.

Em seguida, agradecer aos meus verdadeiros amigos, aos de Coimbra mas também aos do Freixo e Folgoso. Tão bem que sabia regressar a casa ao fim de uma semana de trabalho e encontrá-los de braços abertos para me receber.

Não posso deixar também de agradecer a duas pessoas muito importantes nos últimos dois anos. Os meus colegas de estágio, Ana Rita Craveiro e Guilherme Matos. A relação que criámos, especialmente ao longo do último ano foi algo de incrível. O vosso apoio foi incrível.

Também quero agradecer aqueles que acompanharam de perto o crescimento deste relatório. Ao Daniel pelo tratamento de imagens, especialmente a capa, à Joana pelas leituras e revisões de texto, à Rita pela construção dos mapas.

Agradecer ainda às minhas orientadoras de escola, Manuela Freixo e Isabel Alarcão. Este ano de estágio foi repleto de experiências novas. Sem elas, seria impossível superar a última fase do mestrado. Bem-haja por todos os conhecimentos transmitidos, apoio, críticas construtivas que me permitiram evoluir, e claro, pela amizade e carinho demonstrada desde o primeiro dia na escola. Não posso esquecer ainda os orientadores de Faculdade, Doutora Adélia Nunes e Doutor Fernando Taveira. Foram fundamentais na realização dos respetivos seminários científicos e conseqüente relatório final.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer a uma pessoa que por muito pouco não me viu terminar esta etapa da minha vida. Parte durante o meu último cortejo académico, como que demonstrando dever cumprido. Sei que me deixou, mas orgulhosa daquele miúdo traquina que criou com todo o amor e carinho que tinha para dar. Sem dúvida que este relatório surge com uma ajuda extra de alguém que estará sempre olhar por mim. Este relatório é para ti Tia Etelvina, obrigado ter sido das pessoas que fizeram de mim aquilo que sou hoje.

RESUMO

Este trabalho corresponde ao culminar do trabalho desenvolvido na Escola Secundária José Falcão ao longo do ano letivo 2013/2014, na componente de Estágio Pedagógico do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Assim sendo, encontra-se organizado em três grandes partes.

A primeira parte tem como objetivo caracterizar e analisar as atividades ao longo do Estágio Pedagógico, passando por uma caracterização da escola onde decorreu o estágio, das turmas em que desenvolvi atividade pedagógica e descrição da metodologia de trabalho aplicada no âmbito do estágio bem como apresentar as atividades desenvolvidas.

A segunda parte, visto que o Mestrado incide na disciplina de História e de Geografia, procuro ligar os temas e trabalhos desenvolvidos ao longo do ano letivo, quer no seminário científico de História, como também no seminário científico de Geografia. Desta forma, penso conseguir desenvolver a interdisciplinaridade, numa primeira fase destacando o trabalho do seminário científico de História, sendo o Tratado de Roma o elo de ligação com o seminário científico de Geografia.

Por último, a terceira parte diz respeito às aplicações didáticas correspondentes a cada disciplina. No caso da disciplina de História a aplicação didática corresponde a uma aula-aberta, enquanto na disciplina de Geografia a aplicação se direciona para trabalhos de grupo.

Palavras-Chave: Estágio Pedagógico, Ensino de História, Ensino de Geografia

ABSTRACT

This assignment reports the pedagogical internship developed at José Falcão High School through the academic year of 2013/2014, as a component of the Master in History and Geography education in middle school and high school of Faculty of Letras of University of Coimbra. Thus, the present paper is divided in three parts.

The first part aims to characterize and analyze the activities throughout the internship, from characterizing the school where the pedagogical process was developed and respective classes, to the methodology applied, as well as the activities undertaken.

In the second part, as the Masters focuses on both History and Geography subjects, I try to connect the topics and assignments carried through the academic year, from both History and Geography scientific seminars. Thereby, an interdisciplinarity approach can be reached, building a bridge between them, with the Treaty of Rome as the link.

The last part concerns the educational applications of each subject, in History being ‘open classes’, and group work in Geography.

Keywords: Teacher Training, Teaching History, Teaching Geography

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	3
ABSTRACT	4
INTRODUÇÃO.....	7
1. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES AO LONGO DO ESTÁGIO PEDAGÓGICO	9
1.1. A ESCOLA	10
1.2. AS TURMAS.....	11
1.3. METODOLOGIA DE TRABALHO	12
1.4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO	14
2. O LONGO CAMINHO PARA A UNIÃO DA EUROPA – DO EQUILÍBRIO À PREVENÇÃO	16
2.1. CONFRONTOS ENTRE O SÉCULO XVII E XIX.....	16
2.1.1. GUERRA DOS TRINTA ANOS	18
2.1.2. GUERRA DE SUCESSÃO DE ESPANHA	24
2.1.3. GUERRA DOS SETE ANOS.....	30
2.1.4. DA FRANÇA REVOLUCIONÁRIA AO CONGRESSO DE VIENA.....	33
2.2. CONFRONTOS DURANTE O SÉCULO XX.....	37
2.2.1. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	37
2.2.2. SOCIEDADE DAS NAÇÕES.....	45
2.2.3. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	51
2.2.4. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	61
3. TRATADO DE ROMA	63
3.1. A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM	70
4. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO	79
4.1.1. GOUVEIA.....	80
4.1.2. MONTEMOR-O-VELHO	84
4.2. ANÁLISE COMPARATIVA	88
5. APLICAÇÃO DIDÁTICA.....	108
5.1. HISTÓRIA	108
5.2. GEOGRAFIA	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
BIBLIOGRAFIA.....	113

WEBGRAFIA	116
ANEXOS.....	117
ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO DA TURMA 7ºZ	117
ANEXO II – CARACTERIZAÇÃO DA TURMA 9º X.....	119
ANEXO III – PLANIFICAÇÃO CURTO PRAZO GEOGRAFIA	123
ANEXO IV – PLANIFICAÇÃO CURTO PRAZO HISTÓRIA	131
ANEXO V – CARTAZ SEMANA DA EUROPA.....	136
ANEXO VI – “EUROPA – UM ESPAÇO EM CONSTANTE MUDANÇA”	137

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio é o culminar do trabalho realizado ao longo do ano letivo. Pretendendo apresentar e descrever as atividades desenvolvidas na Escola Secundária José Falcão, no âmbito da “Prática Pedagógica Supervisionada” mas também como o trabalho científico-pedagógico realizado nos seminários científicos de História e Geografia.

Numa primeira fase tenho por objetivo destacar, caracterizar e analisar as atividades ao longo do Estágio Pedagógico, passando por uma caracterização da escola onde decorreu o estágio, das turmas em que desenvolvi atividade pedagógica e descrição da metodologia de trabalho aplicada no âmbito do estágio bem como apresentar as atividades desenvolvidas.

O segundo, terceiro e quarto capítulos, procuram interligar a componente de História com Geografia. Desta forma, o segundo capítulo “O Longo Caminho para a União Europeia – Do Equilíbrio à Prevenção”, percorre vários séculos. Desde o nascimento da ideia da Europa na cultura clássica, passando pelos confrontos entre o Século XVII ao Século XIX e os posteriores confrontos do século XX é traçado o caminho da Europa. Este capítulo tem por objetivo demonstrar que vem de longa data a preocupação dos líderes europeus em preservar o equilíbrio e a estabilidade da Europa. A sequência dos conflitos históricos revela mecanismos que recorrentemente fracassaram: aos conflitos bélicos seguem-se tratados que apenas duram até que novas divergências originem um novo conflito. Está sempre presente a ideia de evitar a existência de uma potência hegemónica. O Século XX, embora com confrontos bélicos mais violentos e avassaladores, traz uma novidade. Essa novidade está relacionada com a tentativa de criação de órgãos de discussão e concertação que atuam essencialmente a nível político e diplomático, como são o exemplo da Sociedade das Nações e da Organização das Nações Unidas.

O terceiro capítulo “Tratado de Roma” tem por objetivo explicar as consequências que dele advém, desempenhando um papel importante para a história da Europa. Através deste tratado surge uma proposta concreta de um projeto de União Europeia. Este projeto é um novo passo decisivo ao passar do nível diplomático para os domínios da construção económica, tentando eliminar um dos fatores essenciais dos conflitos verificados

anteriormente. Do Tratado de Roma nascem organizações, com destaque para a Comunidade Económica Europeia, que entre outros, tem o claro objetivo evitar futuros confrontos bélicos. A partir deste momento será analisada com maior pormenor a implementação da Política Agrícola Comum e a integração de Portugal nas Comunidades Europeias.

O quarto capítulo “Caracterização dos municípios em estudo”, subdividido em “Gouveia” e “Montemor-o-Velho”, tem como objetivo apresentar as principais características de cada município em estudo, apoiado por mapas e tabelas com dados relevantes para entender as suas realidades. Ainda dentro deste capítulo existe o objetivo de comparar dados entre Gouveia e Montemor-o-Velho. Pretende-se desta forma, saber quais os pontos que existem em comum, os pontos onde existem disparidades.

O quinto e último capítulo está relacionado com as aplicações didáticas correspondentes a cada disciplina. No caso da disciplina de História a aplicação didática corresponde a uma aula-aberta, direcionada para o Ensino Secundário enquanto na disciplina de Geografia a aplicação didática está relacionada trabalhos de grupo, destinada a alunos do Ensino Básico.

Em conclusão, o presente relatório de estágio culminará com um balanço da Prática Pedagógica Supervisionada. Para além disso será exposta toda a bibliografia utilizada.

Este trabalho está redigido sob o novo acordo ortográfico.

1. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS ATIVIDADES AO LONGO DO ESTÁGIO PEDAGÓGICO

O estágio pedagógico tem um papel fundamental no Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário. Através dele foi possível colocar em prática conhecimentos adquiridos anteriormente, mas também desenvolver novos, num trabalho de cooperação e ajuda entre o núcleo de estágio.

O estágio pedagógico de História e Geografia começou no início do mês de Outubro de 2013, na Escola Secundária José Falcão, enquadrado no Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

O núcleo de estágio era constituídos por três estagiários, Ana Rita Craveiro, Diogo Santos e Guilherme Matos. Para orientação do núcleo referido anteriormente, existia o apoio e dedicação das Orientadoras de Escola, Professora Manuela Freixo, na componente de Geografia e a Professora Isabel Alarcão, na componente de História. No que diz respeito a Orientadores de Faculdade, o núcleo dispunha como Orientadora Científica de Geografia a Doutora Adélia Nunes e como Orientador Científico de História, o Doutor Fernando Taveira.

Será agora apresentada uma breve caracterização da escola que acolheu o núcleo de estágio, bem como uma descrição das atividades realizadas durante o ano letivo.

1.1. A ESCOLA

O estágio pedagógico decorreu na Escola Secundária José Falcão. Esta escola situa-se na Avenida Dom Afonso Henriques, na cidade de Coimbra. É a escola com mais história na cidade. Nasce no dia 19 de novembro de 1836, por decreto de Passos Manuel, com o nome de Liceu de Coimbra, juntamente com o Liceu de Lisboa e o Liceu do Porto.

O Liceu de Coimbra foi o substituto do Colégio das Artes, fundado pelo Rei D. João III no ano de 1548, ocupando o seu espaço físico. Quando surge, constitui uma secção da Universidade de Coimbra. A partir de 1870, o Liceu instala-se no Colégio de S. Bento. Já no século XX, após a implementação da República, mais precisamente no ano de 1914, o Liceu de Coimbra torna-se Liceu José Falcão. No entanto devido ao aumento da população estudantil, nasce também o Liceu Dr. Júlio Henriques.

No ano de 1936, os dois liceus unem-se, formando o Liceu do D. João III. Com este liceu nasce um edifício de raiz, situado na Avenida Dom Afonso Henriques. Depois do 25 de Abril de 1974, o liceu volta a denominar-se José Falcão e no ano de 1978 passa a Escola Secundária José Falcão. De destacar, que ao longo dos tempos, passaram por esta escola nomes como Almada Negreiros, António Gedeão, Miguel Torga, Bernardino Machado ou José Veiga Simão.

No ano letivo de 2013/2014, a Escola Secundária José Falcão tinha inscritos 874 alunos, distribuídos por 34 turmas. No que diz respeito a ofertas educativas, a escola dispunha de Curso Científico-Humanístico de Ciências e Tecnologias, Curso Científico-Humanístico de Ciências Socioeconómicas, Curso Científico-Humanístico de Artes Visuais e Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades.

Segundo o Projeto Educativo, em que os dados se referem ao ano letivo de 2009/2010, 70% dos alunos vivem em Coimbra e 30% vivem na periferia de Coimbra. Em relação à escolarização, 35% dos pais e 45% das mães têm uma formação académica superior.

1.2. AS TURMAS

Durante o ano de estágio pedagógico, os professores estagiários puderam lidar com a realidade vivida dentro de uma escola, contactando com turmas distintas, quer de 3º ciclo como de ensino secundário. No que diz respeito a História, cada professor estagiário ficou encarregue com uma turma de 7º ano. Ao nível da Geografia, a professora estagiária Ana Rita Craveiro e o professor estagiário Guilherme Matos ocuparam-se com turmas do 7º ano, enquanto o professor estagiário Diogo Santos lidou com uma turma do 9º ano. Em termos de ensino secundário, os professores estagiários ocuparam-se com uma turma de 11º ano de História e uma turma de 10º de Geografia. Neste nível, ficaram todos com a mesma turma de forma a garantir igualdade de oportunidades, repartindo atividades de forma equilibrada.

Consequentemente foram-me atribuídas, uma turma de 7º ano, o 7º Z (ver Anexo I – caracterização da turma 7º Z), destinada ao ensino de História, uma turma de 9º ano, o 9º X (ver Anexo II – caracterização da turma 9º X), destinada ao ensino de Geografia. Na turma 7º Z, os encarregados de educação são maioritariamente as mães, tal como acontece com a turma do 9º X.

É possível afirmar que o contacto com quatro anos de escolaridade distintos, em dois níveis de ensino, permitiu lidar com problemáticas e ambientes diversificados. Desta forma foi possível registar uma maior evolução pedagógica, quer na preparação das aulas, quer na leção das mesmas. As caracterizações de turma apresentadas (Anexo I e Anexo II) não foram elaboradas pelo núcleo de estágio uma vez que estas já estavam formalizadas pelas Diretoras de Turma à nossa chegada à Escola Secundária José Falcão.

1.3. METODOLOGIA DE TRABALHO

Durante o ano letivo, o trabalho desenvolvido teve uma componente individual e uma componente de grupo. A componente individual destinou-se maioritariamente em consultas bibliográficas, elaboração de materiais didáticos, elaboração de matrizes e fichas de avaliação.

No que diz respeito ao trabalho de grupo, esta desenvolveu-se essencialmente através de seminários pedagógicos semanais. Desta forma, o seminário pedagógico de Geografia ocorria todas as quartas-feiras das 10h35m até 11h35m. Por sua vez, o seminário pedagógico de História estava marcado para as quintas-feiras, entre as 15h30m e as 16h30m. No entanto é importante referir que sempre que necessário o núcleo de estágio reunia com a orientadora de escola em questão, ou até mesmo com as duas orientadoras, se fosse necessário, numa hora para além dos seminários para tratar dos assuntos em causa.

Nos seminários pedagógicos foram desenvolvidas planificações a curto prazo (ver Anexo III – Planificação Curto Prazo Geografia; Anexo IV – Planificação Curto Prazo História). Quanto às planificações a médio prazo e às planificações a longo prazo, foram elaboradas anteriormente à chegada do núcleo de estágio. De qualquer forma, foi realizada uma análise dos conteúdos a lecionar, procurando atingir objetivos, através de estratégias adequadas.

Os seminários pedagógicos tiveram também a importante função de analisar os materiais criados e/ou desenvolvidos pelos professores estagiários, como por exemplo planificações, apresentações didáticas ou instrumentos de avaliação. Através do diálogo e de críticas construtivas foi possível que esses materiais fossem melhorados para uma melhor aplicação pedagógica. Para além disso, era nestes seminários que no final de cada período letivo se realizava a avaliação dos alunos, utilizando para isso todos os dados de avaliação disponíveis, como eram o caso dos testes de avaliação, organização do caderno diário, participação ativa e pertinente nas aulas e realização dos trabalhos de casa.

Os seminários pedagógicos tiveram ainda a importante função de realização de auto e hetero avaliação das aulas lecionadas pelos professores estagiários, bem como a

calendarização das aulas assistidas pelos Orientadores de Faculdade. É importante destacar o espírito de união criado e desenvolvido ao longo do ano letivo entre o núcleo de estágio mas também com as orientadoras de escola.

1.4. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Além da prática pedagógica desenvolvida na sala de aula com as turmas, foram propostas atividades extra sala de aula no PIF (Plano Individual de Formação).

O núcleo de estágio programou e realizou as seguintes atividades abaixo referidas:

- Elaboração e participação, conjuntamente com os restantes professores estagiários, na conferência com o tema “geocaching”, destinada à turma de 10º ano de Geografia.
- Elaboração e participação, conjuntamente com os restantes professores estagiários, na conferência com o tema “Dia do Mar”, destinada à turma de 10º ano de Geografia.
- Realização de uma visita de estudo ao Instituto Geofísico de Coimbra, planificada pelo núcleo de estágio. A visita de estudo foi desenvolvida no âmbito da disciplina de Geografia, dirigida para as turmas de 7º ano.
- Realização de uma visita de estudo à vila romana do Rabaçal, planificada pela professora estagiária Ana Rita Craveiro, auxiliada pelos restantes professores estagiários. A visita de estudo foi desenvolvida no âmbito da disciplina de Geografia e História, dirigida para as turmas de 7º ano.
- Comemoração da Semana da Europa (Ver Anexo V), planificada por mim, apoiado pelo restante núcleo de estágio. Neste sentido foram realizadas duas atividades durante a semana comemorativa. Uma atividade destinou-se às turmas de 7º ano. Tinha como objetivo a realização de um questionário competitivo entre as turmas. A outra atividade consistiu numa aula aberta “Europa – Um Espaço em Constante Mudança” (Ver Anexo VI), para a turma de 10º ano de Geografia, 11º de História em particular e para toda a comunidade escolar em geral. Teve como oradoras a Doutora Dina Sebastião e Doutora Fátima Velez, ambas docentes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Elaboração e correção dos testes de avaliação da disciplina de História das três turmas de 7º ano, afetas à orientadora.

- Elaboração e correção dos testes de avaliação da disciplina de Geografia das duas turmas de 7º ano e uma turma do 9º ano, afetas à orientadora.
- Participação e colaboração na avaliação dos alunos do 7ºZ e 9ºX.
- Elaboração de atas das aulas lecionadas.
- Participação como observador nas reuniões de avaliação das turmas afetas.

Sendo necessário assegurar entre 14 e 16 aulas de 90 minutos, divididas pelas duas áreas de formação, pretendia-se que em cada disciplina, o professor estagiário leciona-se 7 blocos de 90 ou 14 blocos de 45 minutos. Sendo que na Escola Secundária José Falcão os blocos eram de 50 minutos, lecionei 15 blocos de 50 minutos na disciplina de Geografia e 17 blocos de 50 minutos na disciplina de História.

Nas aulas lecionadas, tanto as orientadoras de escola, como o restante núcleo de estágio, esteve sempre presente. Para além disso, a Doutora Adélia Nunes assistiu a duas aulas, enquanto o Doutor Fernando Taveira assistiu a três aulas.

Para a preparação e elaboração das aulas, os professores estagiários recorreram a bibliografia especializada para a planificação ser cuidada. As planificações variam de disciplina para disciplina, desta forma, estão dependentes da metodologia de trabalho de cada professor. Assim sendo, o modelo usado não foi o mesmo para Geografia e História, tal como se pode verificar nas planificações em anexo.

Para além das atividades dentro da sala de aula, o núcleo de estágio desenvolveu um conjunto de atividades dirigidas à comunidade educativa:

- Participação na comemoração do Dia da Escola Secundária José Falcão.
- Participação no jantar de natal da Escola Secundária José Falcão.
- Participação e ajuda na organização do “Grande Prémio José Falcão”
- Participação em ações de formação oferecidas pela escola, a todos os professores estagiários de todas as áreas disciplinares.

2. O LONGO CAMINHO PARA A UNIÃO DA EUROPA – DO EQUILÍBRIO À PREVENÇÃO

2.1. CONFRONTOS ENTRE O SÉCULO XVII E XIX

A questão do equilíbrio europeu surge numa procura de manter a estabilidade no velho continente. Mas a partir de que momento é que pode ser assinalada? Esta é uma questão que alguns historiadores procuram responder. Apesar de diversas visões, “na verdade, o princípio do equilíbrio apareceu, pelo menos, na Itália do Renascimento e veio, pode dizer-se, até aos nossos dias, depois de ter desempenhado papel de algum relevo nas relações internacionais da Europa moderna”¹.

Este princípio de equilíbrio surge na Itália na sequência de ambições, rivalidades e lutas entre repúblicas e principados. Perante tal situação nascem alianças com o intuito de manter um equilíbrio de forças, numa última análise, eram combinações que permitiam os mais fracos de se proteger perante os mais poderosos. Tinham então por objetivo distanciar a ameaça de uma hegemonia.

É possível afirmar que o princípio de equilíbrio europeu nasce de condicionalismos que marcaram a época, como “os Descobrimentos geográficos, o desenvolvimento do capitalismo comercial e do mercantilismo, o Renascimento cultural e a Reforma religiosa, a evolução do pensamento político, com a difusão do maquiavelismo, e o triunfo dos conceitos de soberania e de razão do Estado”².

Os interesses gerais da Europa por vezes não coincidem com os interesses de cada Estado em particular, podendo estes, cada um à sua maneira, encontrar-se em posições distintas. É o que sucede no século XV e XVI com a presença de gigantes políticos como é o exemplo da monarquia turca ou do império de Carlos V. Com a superioridade que

¹ ALMEIDA, Luís Ferrand de, *A Colónia de Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1973, p.2

² *Ibidem*, p.3

registavam, facilmente era possível acontecerem tentativas de hegemonia. Desta forma, é claro que os Estados de menor dimensão e com poderes mais reduzidos se sentiam ameaçados, pretendendo “o desejo de um certo equilíbrio de forças entre as potências”³, passando por um processo de procura de equilíbrio político consciente.

Esta procura de equilíbrio, principalmente entre o século XVI e XIX, esteve presente na história das relações internacionais europeias, marcada pela “oscilação entre dois pólos da hegemonia e do equilíbrio”⁴. Como será visto de seguida, à sucessão de conflitos surge uma procura de equilíbrio, numa lógica de ‘guerra-tratado de paz’. Este equilíbrio de forças pretende que não surja uma potência hegemónica, ou seja, é pretendido que haja uma balança da Europa.

³ *Ibidem*, p.5

⁴ *Ibidem*, p.7

2.1.1. GUERRA DOS TRINTA ANOS

A Guerra dos Trinta Anos agrupa uma série de conflitos travados sobretudo no território alemão, entre os anos 1618 e 1648. Esta guerra envolveu diversas nações europeias. Numa fase inicial estes conflitos estiveram ligados a disputas religiosas entre os germânicos, inseridos no contexto da Reforma Protestante. As diferenças religiosas, em especial entre católicos e protestantes, evoluiu para a guerra. Apesar dos conflitos religiosos serem a causa direta dos confrontos, estes envolveram um grande esforço político da Suécia e França, com o objetivo de diminuir a força da dinastia dos Habsburgo, que governavam a Áustria, mas também a Monarquia Hispânica de que era parte integrante um vasto conjunto de territórios europeus e ultramarinos.

A Guerra dos Trinta Anos pode-se dividir em quatro períodos. Uma primeira fase, dita ‘Palatino-Boémia’ entre 1618 e 1625, seguida pela fase ‘dinamarquesa’, entre os anos de 1625 e 1629. A terceira fase é conhecida como ‘sueca’, no ano de 1630 e, finalmente, o período ‘francês’, que representa a última fase entre 1635 e 1648.

As tensões religiosas complicaram-se no território alemão durante do reinado do Imperador Rodolfo II (1576-1612). Este período ficou marcado pela destruição de igrejas protestantes. As liberdades religiosas dos crentes protestantes foram limitadas, principalmente no que diz respeito à liberdade de culto. O refortalecimento do poder católico foi assente no Tratado de Habsburgo.

Como resposta, surge a fundação da União Evangélica no ano de 1608. A União Evangélica era uma aliança defensiva protestante dos príncipes e das cidades alemãs. No ano seguinte, nasceu a Liga Católica, uma organização semelhante à anterior mas de cariz católico. Desta forma, tornava-se inevitável o recurso à guerra para tentar resolver o conflito latente.

O conflito surgiu, desencadeado pela secção da Boémia da União Evangélica. Os protestantes da Boémia, que eram a maior percentagem da população, estavam indignados com a agressividade da hierarquia católica. Assim sendo, os protestantes exigiam de Fernando II, o rei da Boémia, uma intercessão em seu favor. Todavia, as reivindicações

foram ignoradas pelo rei, uma vez que este era católico e um potencial herdeiro do poder imperial dos Habsburgos.

A resposta dos protestantes aconteceu no dia 23 de Maio de 1618. Nesta data, fidalgos chefiados pelo conde Thurn, invadiram o castelo real em Praga e lançaram dois dos ministros pela janela. Este acontecimento ficou conhecido por "Defenestração de Praga"⁵, tendo desencadeado a revolta protestante.

Numa fase inicial, as tropas protestantes tiveram algum sucesso. Desta forma, a revolta protestante dilatou-se a outras partes do império, ao ponto de no ano de 1619, a cidade católica de Viena e capital dos Habsburgos, ser ameaçada pelas tropas opositoras.

A nível político, no mesmo ano de 1619, a coroa de Fernando foi entregue a Frederico V. Algumas secções regionais desta União retiraram-se do conflito, pois Frederico V era um calvinista, grupo com quem mantinham fortes divergências.

A facção católica tirou partido das discordâncias no seio da União Evangélica e Fernando, entretanto tornado Imperador no mês de Agosto de 1619, assumiu o controlo da ofensiva católica. No dia 5 de Novembro de 1620, Frederico V registou uma derrota militar na montanha Branca, da qual teve que fugir. Esta vitória foi muito celebrada no mundo católico. A vitória na montanha Branca permitiu a Fernando II reorganizar o reino da Boémia, designando Carlos do Liechtenstein para a tarefa de estabelecer a ordem.

A União Evangélica foi desmobilizada, mas Frederico V e alguns dos seus aliados continuaram a lutar no Palatinado. Derrotaram mesmo o exército de Tilly em Wiesloch no dia 22 de Abril de 1622. No entanto esta vitória não teve grandes consequências, pois a partir de então somaram grandes derrotas. No final do ano de 1624 o Palatinado, entregue a Maximiliano I, duque da Baviera, era novamente um bastião católico.

Na segunda fase da guerra, o conflito ganhou um carácter internacional. Esta situação verificou-se porque os Estados germânicos protestantes procuraram ajuda no exterior contra os católicos. Países como a Inglaterra, dominada pelo anglicanismo e a

⁵ BÉRENGER, Jean; CONTAMINE, Philippe; DURAND, Yves; RAPP, Francis, *História Geral da Europa 2º Vol. A Europa do Começo do Século XIV ao Fim do Século XVIII*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, p.367

França, que era católica, estavam receosos do poder dos Habsburgos, uma vez que estava a ser colocado em causa o equilíbrio do continente europeu. No entanto, não tiveram intervenção de imediato na guerra devido a problemas internos.

O único apoio surgiu do Norte, maioritariamente luterano. O rei da Dinamarca e Noruega, Cristiano IV, auxiliou dos protestantes. Este auxílio trazia consigo ambições territoriais e desejo de acabar com o domínio dos Habsburgos no ducado dinamarquês de Holstein. Cristiano IV, sendo apoiado pelos príncipes germânicos luteranos e calvinistas, mobilizou um grande exército no ano de 1625 e invadiu a Saxónia, onde não encontrou uma resistência significativa. Entretanto, Albrecht von Wallenstein, duque de Friedland, tinha formado um exército repleto de mercenários, oferecendo-se a Fernando II, que apenas dispunha do exército de Tilly. O exército dos mercenários teve a sua primeira vitória em Dessau, na Alemanha, no mês de Abril de 1626. Em Agosto do mesmo ano, Tilly derrotou o exército dos protestantes em Lutter am Barenberg, na Alemanha, obrigando as forças de Cristiano IV a retirarem-se no ano de 1627 para a Península da Jutlândia.

No dia 6 de Março de 1629, as forças imperiais somavam uma estrondosa vitória, com o Édito da Restituição. O Édito da Restituição pôs em questão muitas “situações adquiridas por motivo das secularizações dos bens eclesiásticos e afetava o património de numerosos príncipes alemães”⁶. Esta medida deixou os príncipes católicos reticentes, mas também a Santa Sé, sendo esta medida vista como uma fonte de complicações diplomáticas.

Na terceira fase, a fase sueca, o cardeal francês, Richelieu, ministro de Luís XIII, estava pouco satisfeito com o sucesso dos Habsburgos. Assim, Richelieu tornou-se aliado de Gustavo Adolfo, protetor dos protestantes, prometendo-lhe determinadas concessões. A posição do ministro de Luís XIII era clara, sendo necessário combater a hegemonia dos Habsburgos. Gustavo II concordou entrar no conflito perspetivando obter o apoio da França para poder concretizar as suas ambições hegemónicas no Báltico.

O ponto de partida para o início da guerra e conseqüente entrada da Suécia foi o saque de Magdeburgo pelas tropas de Tilly. Fernando II viu a neutralidade dos Eleitores de

⁶ *Ibidem*, p.373

Saxe e de Brandeburgo passar a apoio da Suécia. Assim, o Imperador foi esmagado em Setembro de 1631 perante Gustavo Adolfo e o exército da Liga.

A posição de Fernando II no Império sofreu uma reviravolta. Viu a sua autoridade destruída e os seus Estados invadidos pelo inimigo. Assim, voltou-se de novo para Wallenstein, que o tinha afastado após pressão feita pelos Eleitores de Retisbona. No entanto, este não mostrou muita vontade de lançar uma ofensiva, ainda despeitado pela desautorização que sofrera. Por fim, no mês de Fevereiro de 1634 foi assinado um tratado, onde era recuperado o exército de Wallenstein. Em 1635, após vitória dos Imperiais sobre o exército sueco em Nordlingen, na Francónia, o Eleitor de Saxe assinou a Paz de Praga. A Paz de Praga formalizou o fim deste período. Para além disso, trouxe algumas alterações favoráveis aos luteranos, nomeadamente mudanças elementares no Édito da Restituição.

Na fase final da guerra, dita francesa, o conflito tornou-se uma luta pela hegemonia na Europa Ocidental, travada entre os Habsburgos e a França. Os assuntos religiosos perderam importância neste novo período, com a declaração de guerra da França à Espanha, o outro grande domínio Habsburgo na Europa.

Richelieu viu-se obrigado a intervir para invalidar o êxito da casa de Áustria na Europa. Desta forma, foi declarada guerra a Espanha e renovado o acordo de financiamento com a Suécia. No ano de 1637 Fernando II morre, depois de ter conseguido que o seu filho, também Fernando, fosse eleito imperador. Deixava para trás uma longa guerra, sem fim à vista, que se tinha dispersado. De um modo geral, os suecos ficaram a dominar a Alemanha do Norte, ao mesmo tempo que os franceses venceram no Reno. No ano de 1642 os soldados suecos ocupavam cada vez mais a Boémia. Os aliados contra os Habsburgo lançaram, efetivamente, uma operação que tinha como objetivo a derrota total dos Imperiais e a conquista de Viena. No Outono do ano de 1648 os exércitos suecos cercaram Praga. Os combates nos países hereditários da casa de Áustria tiveram fim com a assinatura do Tratado da Vestefália, no dia 24 de Outubro do mesmo ano.

Estes tratados foram resultado das conferências de Munster, “em que tiveram assento as potências católicas sob a presidência do mediador, o núncio Chigi”⁷. O Congresso de Vestefália foi quase um verdadeiro congresso europeu, onde quase todos os

⁷ *Ibidem*, p.378

países da Europa estavam representados, exceto czar da Moscóvia, rei de Inglaterra e sultão da Turquia. Os problemas a resolver eram imensos, muitas vezes com interesses contraditórios. Exemplo da religião na Alemanha, com a França a defender o catolicismo e a Suécia o protestantismo.

A assinatura do Tratado de Vestefália, em 1648, garantiu a protestantes e católicos a liberdade de culto. Ao mesmo tempo, não só o equilíbrio de poderes no continente europeu se viu alterado, com a Espanha a ceder a posição dominante à França, como também certas fronteiras foram redefinidas. Este Tratado, que foi assinado “já depois da morte de Richelieu, foi, pode dizer-se, a primeira «aplicação em grande escala» do princípio do equilíbrio”⁸. A Suécia recebeu a Pomerânia, a França tomou posse de quase toda a Alsácia e várias nações, entre as quais os Países Baixos, viram reconhecida a sua independência.

A procura de equilíbrio foi uma característica apresentada pela França até meados do Século XVII, utilizando-a com arma contra o alargamento da Casa de Áustria. No entanto, a França não foi a única a defender esta ideia. Países como a Itália, Holanda ou Inglaterra utilizavam a mesma estratégia.

Os meados do Século XVII marcam uma mudança de paradigma. É nesta altura que o governo pessoal de Luís XIV começa a observar com dúvida o princípio que até aqui foi defendido pela França. Esta dúvida pode ser compreendido pelo facto de no Século XVII a Espanha, após derrotas militares e consequentes problemas económicos e políticos ter registado uma decadência, enquanto, a França “saía fortalecida das pazes de Vestefália e dos Pirenéus”⁹. Esta hegemonia da França de Luís XIV ia contra a ideia de equilíbrio.

A força da França está inteiramente ligada ao facto de “nos primeiros anos do seu governo directo, Luís XIV encontrou-se à frente de uma nação que era a mais populosa da Europa, dispondo de um bem organizado exército, comandado pelos melhores generais e já prestigiado pelas vitórias que precederam as pazes de Vestefália e dos Pirinéus”¹⁰.

⁸ ALMEIDA, Luís Ferrand de, *A Colónia de Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1973, p.7

⁹ *Ibidem*, p.8

¹⁰ *Ibidem*, p.9

Perante o facto de Luís XIV apresentar um papel de superioridade no contexto europeu, surgiram inimizades em seu torno. É neste contexto que no ano de 1688 verificase um acontecimento que altera a balança europeia. Esse acontecimento passa pela substituição do trono inglês, onde Jaime II é substituído por Guilherme de Orange. É possível afirmar que este momento alterou a política europeia, onde “de simples peão no tabuleiro diplomático e militar da França, a Inglaterra torna-se em todos os domínios o adversário principal”¹¹.

A subida ao trono por parte de Guilherme de Orange teve impactos imediatos. Na guerra da Liga de Augsburgo, ou dos Nove Anos que ocorreu entre o ano de 1688 e 1697 fez com que o monarca inglês liderasse a aliança entre Inglaterra, Viena e Províncias Unidas. Esta guerra teve por objetivo manter o princípio de equilíbrio europeu. Este conflito caracterizou-se pelo equilíbrio em que ambos os lados registaram vitórias e derrotas. Perante esta situação, este conflito terminou no ano de 1697 através do Congresso de Rijswijk, onde não houve um vencedor nem um vencido. É possível afirmar que a balança da Europa ficou intacta, não resultando do conflito um vencedor nítido, uma potência dominadora sobre as restantes.

¹¹ *Ibidem*, p.11

2.1.2. GUERRA DE SUCESSÃO DE ESPANHA

Da Guerra dos Nove Anos, Guilherme de Orange surgiu como o vencedor moral. Desta vitória, obteve o agradecimento da Câmara dos Comuns, onde lhe foi dado o mérito de ter “dado de novo à Inglaterra a honra de «sustentar a balança da Europa»”¹². Consequência do final do conflito foi também a alteração de posição da França no contexto europeu, que no ano de 1697 não era a mesma de 1688.

Em virtude do último rei da Casa de Áustria em Espanha, Carlos II, “um príncipe doentio e degenerado”¹³ não ter herdeiro direto, nem do primeiro casamento, com Maria Luísa de Orleães, nem do segundo com Ana de Baviera-Neuburgo, já muito antes da sua morte se tinha colocado a questão da sucessão espanhola pelas cortes europeias. Principalmente desde o ano de 1696 a situação piorou, com o monarca a apresentar uma saúde cada vez mais frágil.

Surge uma rivalidade dominada por questões familiares. Tanto Luís XIV como o imperador Leopoldo I, como o próprio Carlos II eram netos de Filipe III. Para além disso, Luís XIV casou com Maria Teresa e Leopoldo I com Margarida Teresa, ambas irmãs de Carlos II. Luís XIV como Guilherme de Orange, que eram primos diretos, estavam conscientes, reconhecendo “o problema que esta atitude põe à Europa, cansada e financeiramente exausta, após as longas guerras de 1672-1678 e de 1689-1697”¹⁴. Ambos esperavam uma solução que não afetasse o equilíbrio europeu, pois “ninguém queria ver ressuscitar o império de Carlos V, ou admitir a França na posição de dominadora no continente e nas colónias”¹⁵. Desta forma, é possível afirmar que o problema da sucessão de Espanha não era apenas um simples problema de sucessão. A sucessão espanhola poderia voltar a colocar em jogo o equilíbrio da Europa.

A partir desse momento o único grande problema da diplomacia europeia passava pela sucessão espanhola. Com o aproximar a passos largos da perda do monarca espanhol

¹² *Ibidem*, p.14

¹³ CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François, *História da Europa Volume 5*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p.235

¹⁴ HATTON, Ragnhild, *A Época de Luís XIV*, Lisboa, Editorial Verbo, 1971, p. 122

¹⁵ *História Universal 2º Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 123

desenvolvem-se pretensões ao trono, “entre os pretendentes destacavam-se naturalmente Luís XIV e o Imperador Leopoldo, ambos netos de Filipe III pelo lado materno, genros de Filipe IV e cunhados de Carlos II, mas Luís, *Grande Delfim* de França, era sobrinho do mesmo monarca, e José Fernando, príncipe eleitoral da Baviera, era seu sobrinho-neto. Embora muito mais afastado no parentesco, apareciam também como interessados na sucessão Vítor Amadeu II de Sabóia e D. Pedro II de Portugal”¹⁶.

No ano de 1698 as potências marítimas e Luís XIV tentaram atingir uma conclusão razoável para ambas as partes. Através do Tratado de Loo, assinado nos Países Baixos, pelo qual concordam em favorecer José Fernando da Baviera, procurando assim, “evitar um perigoso desequilíbrio na Europa”¹⁷. Após imensas negociações, o tratado de 1698 “estipulou que, por morte de Carlos II, ao *Delfim* da França caberiam os reinos de Nápoles e Sicília, os presídios da Toscana, o marquesado de Finale e a província de Guipúzcoa; ao arquiduque Carlos, segundo filho do Imperador, pertencia o ducado de Milão; o príncipe eleitoral da Baviera receberia, como sucessor, a Espanha, as Índias e as outras possessões espanholas. Nos termos do próprio convénio, o seu objectivo era evitar uma nova guerra”¹⁸.

No entanto este tratado não é levado a cabo, primeiro porque Leopoldo I opõem-se a ele tal como Carlos II. O monarca espanhol escolhe então o príncipe da Baviera como herdeiro de todos os seus domínios. No entanto a possível solução ficou sem efeito uma vez que o herdeiro morreu com cerca de seis anos de idade, no ano de 1699. Esta morte inesperada fez com que tivesse de se encontrar um novo entendimento.

Assim, em Março de 1700 surge um novo tratado definitivo. A Espanha e todos os territórios dependentes dela seriam da posse do arquiduque Carlos, no entanto, as coroas imperial e espanhola não poderiam pertencer à mesma pessoa. Esta partilha, mais uma vez, foi recusada por Leopoldo I, o que provocou um sentimento de irritação e angustia na corte espanhola. Toda esta incógnita foi aproveitada pela França, defendendo que a integridade

¹⁶ALMEIDA, Luís Ferrand de, *A Colónia de Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1973, p.15

¹⁷ *Ibidem*, p.39

¹⁸ *Ibidem*, p.39/40

da monarquia só poderia ser mantida por um príncipe da casa de Bourbon e consequentemente, apoiado por Luís XIV.

Cedendo à pressão, um mês antes de morrer, Carlos II, fez o testamento a favor de Filipe de Anjou, neto de Luís XIV. Este tratado definia que Filipe, duque de Anjou, “era chamado à sucessão de todos os reinos e senhorios da monarquia espanhola. Estabeleciam-se normas para que se mantivessem separadas as coroas de França e Espanha e indicava-se a solução a adoptar no caso de faltarem ou se impossibilitarem os sucessores da Casa de Bourbon. Por outro lado, recomendava-se o casamento do príncipe francês com a arquiduquesa de Áustria, a fim de facilitar a tranquilidade geral da Europa”¹⁹.

Seguindo o processo natural, no dia 16 de Novembro de 1700, Filipe de Anjou foi apresentado na corte como novo monarca de Espanha. Esta subida ao trono provocou uma viragem nas relações entre a Espanha e a França. Desta forma, a política de Luís XIV parecia triunfar, através estabelecimento hegemónico no continente europeu e do absoluto domínio nos mares pela incorporação dos extensos territórios do Império Espanhol.

A situação geográfica de Espanha permitia-lhe dominar toda a zona ocidental do Mar Mediterrâneo, criando assim um papel importantíssimo na vida mediterrânea e no comércio do Levante. Desempenhando este papel de relevo, a Espanha constituía para as exportações de países como a Inglaterra e Holanda um dos principais mercados, ou seja, a este respeito, ingleses e holandeses tinham vantagem em relação aos franceses. As principais exportações espanholas do Século XVII eram o vinho e a lã. Fatores políticos e económicos acabaram por eliminar as lãs da Grã-Bretanha do mercado flamengo e por atribuir a hegemonia à produção de Castela. Para além deste dois produtos, surgiam ainda outros produtos, de origem americana que alimentavam o interesse de outros povos, como “as pérolas e esmeraldas, drogas de tinturaria, cacau, baunilha, couros, tabaco e sobretudo ouro e prata”²⁰.

Esta situação provocou indignação e surpresa pela Europa, adivinhando-se um conflito bélico. Perante a iminente constituição de um imenso poderio francês, formou-se contra Luís XIV e o seu neto Filipe, o novo rei de Espanha, a Grande Aliança da Haia onde

¹⁹ *Ibidem*, p.40/41

²⁰ *Ibidem*, p.27

estavam o Imperador Leopoldo I, Guilherme III, a Holanda e outros Estados alemães e europeus.

Começou assim a Guerra da Sucessão de Espanha no ano de 1701, que só terminaria em 1714, onde “quase todo o ocidente europeu estava envolvido numa das mais duras e prolongadas guerras da época”²¹. Quando se deveria manter clara a separação entre as coroas espanhola e francesa, no início de Fevereiro de 1701, Luís XIV apresentou uma carta no Parlamento francês em que defendia que mantinha os direitos de Filipe V ao trono da sua pátria de origem, tendo dias depois um exército francês ocupado “repentinamente as praças da *barreira* holandesa dos Países Baixos”²².

Embora o monarca francês continuasse a defender-se com intenções pacíficas, a Holanda sentia-se ameaçada e a Inglaterra sentia medo com tal atitude, o que provocou alterações a nível económico e financeiro. Nesta situação, o monarca inglês defendeu que a união entre a Espanha e a França colocava em causa a segurança da Inglaterra e Holanda. Este argumento foi bem aceite pela Câmara dos Comuns, que apoiou o Rei em futuras alianças que fizesse. O apoio demonstrado pela Câmara dos Comuns fez de Guilherme III “o árbitro da guerra e da paz”²³, no entanto a segunda hipótese impossível de concretizar uma vez que a nova união franco-espanhola deitava por água a baixo o equilíbrio europeu até então mantido.

O apoio prestado a Guilherme III permitiu-lhe realizar o projeto para restabelecer a Grande Aliança. Desta forma, é assinado o tratado para a sua formação em Haia, no mês de Setembro. O objetivo seria alcançar os objetivos traçados de forma amigável. No entanto, a solução pacífica ficou pelo caminho. Esta atitude ficou a dever-se ao facto de após a morte de Jaime II, “Luís XIV reconheceu o filho do falecido como «Rei de Inglaterra»”²⁴. Esta atitude do monarca francês deixou os ingleses com o orgulho ferido e uma ameaça para a sua própria liberdade. Na sequência desta atitude, verifica-se uma generalização do conflito no mês de Maio de 1702, com a declaração de Guerra dos Aliados a Luís XIV e a Filipe V. Nesta altura, após morte de Guilherme III, subiu ao trono inglês a princesa Ana.

²¹ *Ibidem*, p.42

²² *Ibidem*, p.43

²³ *Ibidem*, p.44

²⁴ *Ibidem*, p.46

Começava assim uma guerra principalmente comercial, mas com fatores de natureza política jurídica e psicológica.

As tropas do rei francês, que eram tão temidas até então, estiveram à beira do desastre na sequência de diversas derrotas militares e do esgotamento do reino. Uma das causas para tal, era o facto de o exército francês não ter um comandante à altura dos acontecimentos que pudesse medir-se com o general do imperador, o príncipe Eugénio de Sabóia, e o chefe militar inglês, duque de Marlborough. Este conflito teve essencialmente três teatros de operações, Países Baixos, Espanha e Lombardia, em que se sucederam importantes batalhas como Blenheim, no ano de 1704, Almansa, no ano de 1707, Malplaquet, no ano de 1709 e Damain, no ano de 1712.

No ano de 1709, Luís XIV perante desastres militares e decadência económica, procurou estabelecer a paz por duas vezes, situação que não se verificou, uma vez que os seus adversários, através das exigências, não queriam apenas a vitória, mas também humilhar a França. Dois acontecimentos marcaram a viragem da guerra. O primeiro, em Inglaterra, venceu a corrente eleitoral que defendia a paz, ordenando o regresso de Marlborough. O segundo, em Viena, morreu o imperador José I, que reinou entre 1705 e 1711. Resultante deste acontecimento, a coroa passou para o seu irmão Carlos, futuro Carlos VI, pretendente ao trono de Espanha. Com o objetivo de alcançar o trono espanhol, a juntar ao já adquirido trono do Império, esta situação não era bem vista pelas potências marítimas da Holanda e Inglaterra. No ano de 1712, ocorreu a derrota de Denain, referida anteriormente. Desta batalha, Luís XIV saiu vitorioso contra as tropas imperiais e holandeses, que tentavam alcançar Paris. Esta vitória permitiu ao rei da França obter a paz em condições que, embora insatisfatórias, eram, no entanto, honrosas.

A paz surgiu através dos tratados assinados em Utrecht no ano de 1713 pela França e Espanha com diversos coligados, excetuando o imperador Carlos VI, e completados no ano seguinte em Rastatt, entre a França e o imperador. Como consequências destes tratados, Filipe V foi reconhecido como legítimo sucessor de Carlos II, no entanto a Espanha apenas conservou o seu território e os domínios coloniais. Carlos VI obteve por parte da Espanha os Países Baixos espanhóis, o Milanês, Nápoles e a Sardenha e o Duque da Sabóia, a Sicília. No que diz respeito à França, esta “cedeu à Inglaterra as terras americanas da Baía de Hudson, da Acádia e a Terra Nova e todas as vantagens comerciais

que Filipe V concedera aos negociantes franceses”²⁵. Os Tratados de Utreque e Rastatt e consequente paz eliminaram a hegemonia da França na Europa. Esta paz criou uma nova etapa nas relações internacionais, apoiada no equilíbrio entre Estados, entregando a arbitragem mundial dos mares à Inglaterra e do continente europeu à Áustria.

²⁵ CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François, *História da Europa Volume 5*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p.240

2.1.3. GUERRA DOS SETE ANOS

Durante a sua vida, Carlos VI, procurou sempre que a sua filha assumisse o trono após a sua morte. Esta situação, de facto, verificou-se no ano de 1740. No entanto, a morte de Carlos VI, trouxe consigo uma crise, uma vez que vários pretendentes ao trono queriam tirar proveito da situação. É o caso dos maridos das suas sobrinhas, o eleitor da Baviera e o eleitor da Saxónia, para além de Frederico II, rei da Prússia. Frederico II, no mês de Dezembro de 1740, invadiu a Silésia sem ter declarado guerra. Perante esta situação, a França, reforçando a sua rivalidade com a Casa de Áustria, apoiou e garantiu a Silésia ao rei da Prússia. No ano seguinte, os exércitos franceses invadiram a Boémia e entraram em Praga. Esta sucessão de declarações de guerras mais uma vez colocou em causa o equilíbrio do velho continente.

Na sequência destes acontecimentos, Maria Teresa, assinou “em 1742 uma paz separada com Frederico II, pelo preço da cedência da Silésia, expulsou os Franceses de Praga e assegurou-se da aliança da Inglaterra, das Províncias Unidas e de vários Estados alemães”²⁶. Os conflitos mantiveram-se durante a década de quarenta do século XVIII. No mês de Maio de 1745, com a vitória de Fontenoy sobre as tropas anglo-holandesas, a França ocupou os Países Baixos e uma parte das Províncias Unidas. A paz foi alcançada no ano de 1748 através do Tratado de Aix-La-Chepelle. Através deste tratado, Luís XV entregou os Países Baixos a Maria Teresa, enquanto que nas colónias, ingleses e franceses devolviam as conquistas entretanto alcançadas.

No entanto esta paz foi construída sobre alicerces fracos, uma vez que a rivalidade austro-prussiana na Alemanha e a rivalidade franco-inglesa nas colónias e mares não estava bem resolvida. O rei da Prússia, Frederico II, receoso que Maria Teresa voltasse a tentar conquistar a Silésia, procurou aproximar-se de Inglaterra. Esta atitude foi vista pelo soberano de França como uma traição, unindo-se assim à Áustria no ano de 1756. A esta reviravolta de alianças, seguiu-se um ataque-surpresa de Frederico II, à Saxónia, aliada à Áustria. Ao apoderar-se da Saxónia, Frederico II tinha o objetivo de estabelecer neste ponto uma base contra a Áustria. O ataque do rei da Prússia reforçou a aliança entre a

²⁶ *Ibidem*, p.253

Áustria, a França e a Rússia, “transformando-se num tratado ofensivo-defensivo estabelecido na Convenção de Sampetersburgo, de Fevereiro de 1757, e nos Tratados de Versalhes de Janeiro e de Maio do mesmo ano”²⁷. Foi exatamente com o ataque à Saxónia que começou a Guerra dos Sete Anos, que prosseguiu até ao ano de 1763. Esta guerra ocorreu essencialmente no território alemão, para além dos conflitos ocorridos entre franceses e ingleses nas colónias e no mar.

A Guerra dos Sete Anos estava dividida em dois grupos opostos. De um lado a Tripla Aliança, constituída pela Rússia, Áustria e França, que foi idealizada por Kaunitz. No outro, a Dupla de Westminster, constituída pela Prússia e Grã-Bretanha. Apesar da primeira ser superior à segunda, o desenrolar da guerra demonstrou o contrário. Isto verificou-se principalmente porque a Grã-Bretanha encontrou em William Pitt a pessoa ideal para defender os interesses britânicos. Entre os aliados da Grã-Bretanha não havia oposições, antes pelo contrário, existiam interesses comuns. Por sua vez, no bloco contrário não existia coordenação e cada Estado procurava atingir seus objetivos e interesses.

Na fase inicial da guerra, registou-se um número elevado de batalhas favoráveis a um e a outro grupo. No entanto, o ano de 1759 marca uma mudança, em que os acontecimentos parecem seguir um caminho definitivo. Esta guerra foi marcada por períodos em que Frederico II, devido à força dos adversários se viu à beira da derrota. É o que acontece no mês de Agosto, Frederico II foi derrotado em Kunersdorf contra o exército russo e austríaco. Mesmo derrotado, e com grande esforço, o rei da Prússia “pôde manter à distância os Russos e os Austríacos, e, assim, conservar as suas posições defensivas”²⁸.

As mudanças políticas na situação internacional tiveram influência no conflito. O ministro inglês William Pitt, não vendo com bons olhos a assinatura da paz separada com a França, pois queria manter-se fiel à Prússia, foi demitido no ano de 1761 com a subida ao trono britânico de Jorge III. No ano seguinte estabeleceram-se negociações de paz com a França e Espanha, em Fontainebleau. No resultado do tratado entre ingleses e franceses, a França perde o Canadá e parte da Louisiana. No mesmo ano de 1762, “por morte da

²⁷ TORÍBIO, José Manuel Cuenca (Dir.), *História Universal Volume 2. Do Islão e da Cristandade Alto Medieval (S. VII) ao Absolutismo Monárquico (S. XVII)*, Lisboa, Grupo Editorial Oceano, 1992, p.735

²⁸ *Ibidem*, p.735

tsarina Isabel, o sucessor desta assinou imediatamente a paz deparada com a Prússia”²⁹ através do Tratado de Sampetersburgo.

Áustria e Prússia mantiveram-se opostas, mas nenhuma se conseguiu superiorizar em relação à outra, ou seja, não se destacando uma hegemonia por parte de nenhuma. Assim sendo, no mês de Fevereiro de 1763 reuniram-se em Huberstburgo, assinando um tratado com o mesmo nome, Prússia, Áustria e Saxónia, com o objetivo de acordarem a paz, procurando um equilíbrio de forças.

²⁹ CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François, *História da Europa Volume 5*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, p.253

2.1.4. DA FRANÇA REVOLUCIONÁRIA AO CONGRESSO DE VIENA

A tomada do poder por Napoleão Bonaparte, na sequência de diversas vicissitudes após a eclosão da Revolução Francesa no ano de 1789, veio pôr de novo o problema do equilíbrio europeu. Tendo nas suas mãos um exército de enorme dimensão, usou a força para tentar conquistar a Europa entre 1799 e 1815, ano em que foi derrotado. Coroando-se imperador em 1804, procurou sempre alcançar o seu objetivo. No entanto, após uma fase inicial de sucesso, a queda do imperador francês começou no ano de 1812 com a invasão da Rússia, perdendo um elevado número de homens. No ano de 1814 a França foi invadida e Napoleão exilado. A derrota final aconteceu após fuga do exílio, no ano de 1815 na Bélgica frente a Wellington e von Blucher.

Na sequência da queda de Napoleão, ocorreu na cidade de Viena, entre Setembro de 1814 e Junho de 1815 um congresso entre as potências europeias com o mesmo nome da cidade. A vitória sobre Napoleão Bonaparte gerou uma “vontade de não repetir as horas terríveis da dominação francesa e as ideias subversivas que ela tinha propagado”³⁰. O Congresso de Viena acontece após a assinatura do Tratado de Paris, em Maio de 1814. No entanto, este congresso tem um fator especial. Não vão ser os soberanos ou príncipes a liderar os debates, mas sim os delegados das grandes potências que vão criar uma nova Europa, com princípios opostos ao da França revolucionária. Neste tratado ficou definido que a França restituía todos os territórios ocupados bem como pagou indemnizações aos vencedores, entre os quais Áustria, Inglaterra, Prússia, Rússia, Suécia, Espanha e Portugal.

O Congresso de Viena nasce com o objetivo de repor o equilíbrio geopolítico da Europa e distribuir as regiões devolvidas pela França. Este Congresso tem ainda os objetivos de restaurar a situação política anterior ao ano de 1792, a legitimação das monarquias europeias e a solidariedade entre as nações. Procurava-se, desta forma, estabelecer a manutenção de uma defesa comum dos interesses dinásticos. No entanto a nova partilha da Europa produziu “descontentes tanto entre os povos como entre os pequenos Estados, sacrificados no altar de “equilíbrio europeu” realizado em proveito das grandes potências. Verdadeiros arquitectos de uma nova Europa, o inglês Castlereagh e o

³⁰ BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre, *História da Europa – Do Século XIX ao início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2007, p.10

austriaco Metternich tiveram por preocupação principal que nenhum Estado pudesse dominar o continente através da sua expansão territorial”³¹.

Na sequência destes objetivos foi formada a Santa Aliança, inicialmente entre as monarquias absolutas da Rússia, Prússia e Áustria, lideradas por Alexandre I, Frederico Guilherme III e Francisco I, respetivamente. Este tratado apresenta a visão de três soberanos em que defendiam ter o dever de “reconstruir a Europa pós-revolucionária, assente na monarquia de direito divino, na qual os soberanos se consideram como pais dos seus súbditos e dos seus exércitos”³². A esta aliança seria integrada a Inglaterra, em Novembro de 1815 e a França no ano de 1818. A Santa Aliança procurava assim, a defesa mútua e solidariedade entre as nações, reivindicando o direito de intervenção contra nacionalismo e liberais. Esta aliança tinha uma forte componente religiosa, em que transparecia a vontade de aplicar os princípios cristãos.

Como símbolo do absolutismo, a Santa Aliança procurou-o manter no continente europeu. Apesar das tentativas revolucionárias e democráticas, nacionalistas ou liberais, estas foram derrubadas através da intervenção das suas tropas, sempre com o objetivo da manutenção da ordem absoluta. É possível afirmar que desta forma, estava concluída a vingança das monarquias, postas em causa desde a Revolução Francesa.

No entanto a Santa Aliança começa a perder força no início da década de 20 do século XIX. A oposição do primeiro-ministro inglês Canning, que chegou ao poder no ano de 1822, marcou essa decadência. Esta década ficou marcada pelo abalo dos princípios defendidos, em que as ideias da Revolução Francesa contruíram um fosso até à completa destruição.

Um dos principais elementos que ficou da Revolução Francesa foi o progresso do movimento das nacionalidades. Esta consciência nacional era visível através de três fatores, a história, a língua e a religião. Detalhadamente, a história era importante uma vez que representada o passado de cada povo, a fundação da identidade. A língua que marcava a forma de comunicação entre o povo e por fim a religião que constitui o sentimento nacional de cada país.

³¹ *Ibidem*, p.11

³² *Ibidem*, p.14

Embora o desejo dos participantes no Congresso de Viena fosse manter um equilíbrio europeu através de uma ordem absoluta, essa situação não se verificou. Os povos começaram a exaltar vontade de independência, invocando direitos de nacionalidades. O primeiro desses casos ocorre na Grécia. Este caso mobilizou a Europa a favor da sua independência em que eram apoiada principalmente pelos negociantes, que por sua vez, tinha o apoio do povo. Nesta sequência, a Grécia com o apoio da Rússia, França e Inglaterra, viu-se libertada do Império Otomano entre os anos de 1829 e 1830.

A década de 30 ficou marcada como determinante para a política absolutista. Se a Grécia marcou o início, seguiu-se a França. Em Julho de 1830, o monarca Carlos X realizou uma tentativa de “pôr em causa as liberdades concedidas aos franceses na Carta Constitucional, dissolvendo a Câmara dos Deputados, suprimindo a liberdade de imprensa e promulgando um lei eleitoral que beneficia os grandes proprietários fundiários em detrimento da burguesia industrial e comercial”³³. Este acontecimento fez subir ao trono francês Luís Filipe I, proclamado ‘Rei dos Franceses’ e não como até então, ‘Rei de França’. Este acontecimento marca claramente uma separação com o antigo regime. Acontecimentos desta ordem foram-se sucedendo pela Europa como foi o caso da Bélgica.

As alterações verificadas com a chama revolucionária do ano de 1830 provocaram alteração no equilíbrio da Europa. A Europa Ocidental, encabeçada pela Inglaterra, França e Bélgica apresentavam-se como Estados Liberais, aceitando o princípio do regime representativo.

No ano de 1848 surge uma nova vaga revolucionária com o intuito de afirmação dos ideais liberais e nacionais na Europa. Esta vaga está associada a fatores ocasionais, particularmente económicos. Os povos viam-se perante governos incapazes de desenvolver medidas para inverter situações de dificuldades sociais para as populações. Mais uma vez, a França apareceu como o centro desta vaga revolucionária. A liderança de Luís Filipe revelou-se socialmente conservadora, recusando o alargamento do sufrágio. Após uma sequência de manifestações e mortes, o monarca abdicou do cargo. Nasce uma república liderada por um governo provisório. Este governo provisório pretende ser liberal mas também social, proclamando “o sufrágio universal, o direito ao trabalho, a criação de Oficinas Nacionais para ocupar os desempregados, restabelece todas as liberdades,

³³ *Ibidem*, p.19

incluindo a de associação e vê multiplicarem-se os clubes políticos”³⁴. No entanto, a república criou um antagonismo. Na sequência de novas agitações e revoltas, é eleito para Presidente da República Luís Napoleão Bonaparte, que no ano de 1852 termina com a república, tornando-se o imperador Napoleão III.

A situação verificada na França gerou uma propagação da explosão revolucionária em países como a Áustria, Hungria, Boémia, Alemanha e Itália. Perante isso, é evidente que a ordem defendida no ano de 1815 estava à beira do colapso.

Entre os anos de 1830 e 1871 o princípio de nacionalidades levou ao desmembramento do Império Otomano e as ameaças de desintegração do império multinacional dos Habsburgo. O último quartel do Século XIX ficou marcado pela procura de afirmação de novos Estado, como é o caso da Alemanha, Itália, Grécia, Sérvia, Bulgária ou Roménia.

Por sua vez, enquanto Bismarck conseguiu isolar a França através de sistemas de alianças, “foi possível manter o equilíbrio instaurado em 1871”³⁵, vivendo-se até ao ano de 1890 na Europa a época bismarckiana. No entanto, a subida ao trono de Guilherme II alterou o rumo dos acontecimentos, rejeitando o sistema de aliança até aqui utilizado. Mais uma vez, o equilíbrio europeu estava posto em causa.

A consequência disto resulta com a formação de duas alianças fortes, a Triple Entente e a Tripla Aliança. Desta fragmentação, desenvolveram-se dois blocos hostis e com eles, crises na Europa “no decurso das quais os sistemas de alianças tentam marcar pontos uma contra o outro, ou experimentar a solidez do bloco adversário. Nesta sequência, a Europa entrou no Século XX, época marcante da sua história, mas também da história de todo o mundo.

³⁴ *Ibidem*, p.23

³⁵ *Ibidem*, p.36

2.2. CONFRONTOS DURANTE O SÉCULO XX

2.2.1. PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

No ano de 1914 a Europa estava dividida em duas partes divergentes. Para se protegerem os Estados europeus criaram entre si alianças defensivas. Dois sistemas de alianças iriam conduzir os países do Velho Continente a um choque previsível. De um lado estava “a Tripla Aliança – ou Tríplice – agrupava a Alemanha, a Áustria, a Hungria e a Itália”³⁶ tendo sido criada no ano de 1882. No outro lado, a partir de um acordo bilateral assinado pela França e pela Rússia, no ano de 1883, e da Entente Cordial, acordada entre a Grã-Bretanha e França, acabaria por se estabelecer entre as três potências a Tripla Entente.

No dia 28 de Junho de 1914, foram assassinados em Sarajevo, capital da Bósnia-Herzegovina o príncipe herdeiro da Áustria-Hungria, o arquiduque Francisco Fernando, e a sua mulher, a duquesa Sofia de Hohenberg. O atentado apresentava componentes nacionalistas, sendo uma maneira de arruinar o projeto de uma monarquia tripla que Francisco Fernando defendia, através do qual o Império assumiria uma estrutura federal. Este projeto constituía um enorme perigo para o sonho de construção de uma Grande Sérvia, daí ter acontecido o atentado. Por de trás do estudante que o realizou, estava um grupo nacionalista terrorista, a Mão Negra.

A corte de Viena, temendo o projeto do herdeiro ao trono, não sentiu particularmente a sua morte, mas encarou-a como pretexto para uma guerra contra a Sérvia. A posição da Alemanha perante o atentado foi decisiva. Tanto o chanceler como o imperador Guilherme II apoiavam o Império Austro-Húngaro e não acreditavam que a Rússia, que apoiava a Sérvia, os continuasse apoiar depois dos assassinatos dos membros da família real. No dia 23 de Junho de 1914 o Império Austro-Húngaro aplicou um ultimato à Sérvia, no entanto este ultimato obteve resposta negativa. Perante isto, Viena começou a sua mobilização. No dia 1 de Agosto do mesmo ano a Alemanha declarou

³⁶ CAROL, Anne; GARRIGUES, Jean; IVERNEL, Martin, *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011, p. 329

guerra à Rússia, no dia 3, à França e no dia 4 regista-se a invasão da Bélgica, o que resultou conseqüentemente na entrada imediata da Grã-Bretanha na guerra. Desde o primeiro momento o confronto assumiu proporções gigantescas. A duração da guerra, não prevista inicialmente pelos principais países envolvidos, exigiu uma recontagem dos efetivos humanos.

Graças à situação geográfica, a Áustria e a Alemanha podiam enviar as suas divisões para onde fossem necessárias, mas teria sido impossível colocar unidades russas na frente francesa ou enviar divisões britânicas para a frente russa. Num outro ponto de vista, os batalhões coloniais a que os ingleses e franceses recorreram demonstraram uma total desadequação a uma guerra moderna. A Primeira Guerra Mundial trouxe ao mundo novas armas como é o caso dos “morteiros, as granadas de tiro curto, os lança-chamas e os gases asfixiantes”³⁷ que desempenharam um papel de elevada importância. A nível aéreo surgiu o aeroplano e o dirigível.

No ano de 1914, perante os focos de conflito era previsível a deflagração de um conflito internacional mas ninguém pensava numa guerra prolongada. Os generais dos exércitos preocupavam-se mais com o número de homens e de armas do que com um estudo dos adversários, da sua modernização e dos fluxos comerciais ao longo dos meses de guerra. A teoria da Primeira Guerra Mundial baseava-se nas experiências do século XIX, teorias com base em guerras coloniais. A Alemanha tinha o Plano Schlieffen que “previa, para evitar o combate simultâneo em duas frentes, esmagar a França, passando pela Bélgica neutra antes de se voltar contra a Rússia”³⁸. Por sua vez, os franceses dispunham do Plano Joffre, que consistia em atacar a Alsácia e a Lorena.

Os primeiros meses no ano de 1914 caracterizaram-se por uma enorme mobilidade das operações, possibilitada pela utilização de meios de transporte motorizados. No dia 5 de Setembro, começou uma das batalhas mais emblemáticas da Primeira Guerra Mundial, a batalha de Marne. Os franceses tiraram partido da rede de caminho-de-ferro para transportar as suas tropas para o ponto crítico. Após uma semana intensa de combates, Molke viu-se obrigado a ordenar retirada, falhando assim a plano de guerra alemão uma vez que não tinha conseguido tirar os franceses para fora de combate.

³⁷ *Ibidem*, p.335

³⁸ *Ibidem*, p.334

Depois das primeiras semanas de guerra, os dois grupos em combate passaram a utilizar uma estratégia que consistia na procura de um ponto fraco do adversário. No mês de Novembro de 1914 é iniciada pelos alemães a forma de combate através da trincheira, uma vez que a chegada do Inverno obrigou os exércitos a enterrar-se para conseguirem sobreviver. A trincheira alterou por completo a arte da guerra, desenvolvendo por sua vez técnicas de camuflagem, “procedidas por redes de fio de arame farpado separadas por um espaço de um ou dois quilómetros, no qual se travavam todas as escaramuças”³⁹.

No ano de 1916 começou outra batalha extremamente importante, a batalha de Verdun. Esta batalha tornou-se um inferno, tanto pela sangria de homens como também pela desorganização. No mês de Dezembro do mesmo ano, os franceses desencadearam uma ofensiva final. Após um demolidor bombardeamento aéreo, os franceses conseguiram atravessar a frente de combate e capturar onze mil prisioneiros. A França pagou um preço muito elevado por deter o avanço alemão num ponto determinado, o caminho de Paris. No entanto mais caro tinha saído à Alemanha a obstinação em avançar a todo o custo, depois de ter verificado que a sua superioridade em material não chegava para garantir a vitória.

Para Portugal, o ano de 1916 também foi marcante. Se até a esta data manteve o estatuto de neutralidade, a situação alterou-se no mês de Março. É nesta data que a Alemanha declara guerra a Portugal. A declaração de guerra surge após “o pedido da Grã-Bretanha para que a República Portuguesa considerasse «boa presa» os navios alemães surtos nos portos nacionais ao abrigo da política de neutralidade”⁴⁰. A República Portuguesa executou o pedido inglês, e a consequência lógica foi a já referida anteriormente, declaração de guerra.

No ano de 1917, a guerra tornou-se realmente mundial com a intervenção dos Estados Unidos da América na mesma, contra a Alemanha. No dia 2 de Abril, o presidente Wilson enviou uma mensagem ao Congresso, afirmando que não podia permanecer neutro quando se intensificou a guerra submarina. A intervenção dos Estados Unidos representou um aumento descomunal da capacidade industrial dos Aliados, assim como o seu apetrechamento financeiro.

³⁹ *Ibidem*, p.334

⁴⁰ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.15

Com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, o que se sucedeu entre Lisboa e Londres em relação ao surto de navios alemães, no ano de 1916, o mesmo volta a verificar-se no ano de 1918, especialmente por parte de Washington. À imagem da reação de Portugal, países neutros como Suécia, Noruega, Holanda e Dinamarca “acabaram todos por requisitar os barcos alemães surtos nos seus portos, conseguindo assim aumentar significativamente a tonelagem da marinha mercante ao serviço do Comité dos Transportes Inter-Aliados”⁴¹. Estes navios desempenharam um papel fundamental, uma vez que permitiram transportar as tropas norte-americanas para a guerra que se desenrolava na Europa.

Por sua vez, a questão dos transportes marítimos e consequente reabastecimento das tropas aliadas permitiu o nascimento do Comité Inter-Aliados para o transporte. Este Comité permitiu, através de uma situação de guerra, criar meios para fornecer abastecimentos, carvão e energia, ou seja, forneceu ideias para o desenvolvimento de políticas comuns e redistribuição de bens. É possível afirmar-se que daqui partem as bases para instituições posteriores.

No ano de 1918, acabou a guerra das trincheiras e ambos os lados retomaram a táticas ofensivas. Através da assinatura do Tratado Brest-Litovsk, onde a Rússia se rendia perante a Alemanha, esta acreditava dispor de força suficiente para uma segunda fase de ataques em direção a Paris. Na França, depois da nomeação de Ferdinand Foch como generalíssimo, este decidiu lançar uma ofensiva contínua, iniciada pelas divisões francesas e britânicas na região de Amiens, no dia 8 de Agosto. A pressão franco-britânica revelou-se extremamente forte, fazendo com que os generais alemães tivessem reconhecido a impossibilidade de resistência numa linha fixa. No dia 11 de Novembro, assinou-se o armistício, na floresta de Compiègne.

A guerra foi destrutiva para todo o continente europeu, uma vez que o aperfeiçoamento técnico das armas aumentou e consequentemente o número de vítimas também. Embora seja difícil estabelecer um número exato, talvez a Primeira Guerra Mundial tenha levado consigo dez milhões de vítimas. Os custos económicos elevaram-se a valores nunca antes atingidos. A guerra funcionou como um travão geral ao processo de

⁴¹ *Ibidem*, p.16

desenvolvimento, embora tenha afetado de forma desigual os diferentes sectores. Os Estados Unidos da América e o Japão foram os grandes beneficiados com a guerra, uma vez que ocuparam os mercados descurados durante o conflito. Com o final da Primeira Grande Guerra, Londres deixou de ser o primeiro credor do mundo, porque durante a guerra, britânicos e franceses viram-se obrigados a vender os seus valores norte-americanos. No sector financeiro foram substituídos pelos Estados Unidos da América e Nova Iorque tornou-se a principal cidade mundial.

Após a assinatura do armistício, o Reich alemão estava indefeso, perfeitamente à mercê dos vencedores da guerra. Grande parte da Europa encontrava-se à beira do desmoronamento completo. Todos os países encontravam-se esgotados e “as consequências da I Guerra Mundial obrigaram a uma reflexão sobre o melhor modo de organizar internacionalmente o continente europeu”⁴². É nesta época da história que a humanidade alimentava os seus maiores sonhos de um mundo novo e melhor.

Os tratados de paz foram preparados pela Conferência de Paz. Estes tiveram início no mês de Janeiro de 1919 em Paris, sendo dominados pelo presidente dos Estados Unidos da América, Thomas Woodrow Wilson, o primeiro-ministro britânico, Lloyd George e pelo presidente do Conselho francês, Clemenceau. De todos os tratados realizados entre os Aliados e as potências derrotadas, nos meses seguintes ao fim da Primeira Grande Guerra, o de maior importância foi o Tratado de Versalhes. Este tratado teve como principais orientações abordar a questão alemã e os problemas relacionados com a reconstrução duma Europa completamente destruída. Nas sessões realizadas, corpus doutrinal, consultado pelos representantes das potências vencedoras do novo mundo que estava a nascer, foi a mensagem do Presidente dos Estados Unidos da América, Thomas Woodrow Wilson, ao Congresso no mês de Janeiro de 1918, conhecida como os catorze pontos. Neste documento surgiam temas como o princípio das nacionalidades, o direito dos povos em dispor de si próprios e a convivência de fazer coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras étnicas. De todo o texto, o ponto que teve maior aceitação foi o último que propunha a criação de uma sociedade das nações que garantisse a independência política e a integridade territorial de todos os países.

⁴² *Ibidem*, p.33

O princípio da nacionalidade e os projetos apresentados pelos nacionalistas revelaram-se como o principal problema. O sentimento nacional estava especialmente vivo na Itália, Bélgica e França, tendo estes países em comum a prática de nacionalismo anexionista. Todos os países desejavam fronteiras seguras, que impedissem novas invasões. Por sua vez, a Grã-Bretanha defendia um nacionalismo não agressivo e não anexionista a nível continental mas tinha a esperança que lhe fosse atribuída a administração de parte das colónias alemãs. A paz do pós-guerra trouxe consigo uma extraordinária modificação da geografia política. Com o fim da Primeira Guerra Mundial desapareceram o Império Alemão, Russo e Austríaco.

Desde a primeira sessão de Versalhes que a questão do tratamento a dar à Alemanha se revelou como o ponto mais difícil. A principal reivindicação francesa, a restituição da Alsácia e da Lorena, foi rapidamente aceite. Também os belgas viram satisfeita a sua reivindicação de dois cantões alemães, Eupen-Malmédy. O consenso entre os povos vencedores sobre o restabelecimento de um Estado polaco independente era geral. O critério étnico tinha uma aplicação difícil neste caso, visto que no mesmo território conviviam polacos e alemães. Propôs-se a anexação do porto de Danzigue, cujo corredor do mesmo porto isolou regiões alemãs situadas mais a leste. Relativamente à Alta Silésia, a Alemanha recebeu dois terços e a Polónia um terço do território. A confusão étnica na fronteira da Áustria com a Checoslováquia, país que surgiu com o desmembramento do Império Austro-Húngaro era tremenda. Com a queda do Império os alemães que viviam na Boémia e Morávia ficaram extremamente frustrados, uma vez que foram incluídos à força na nova Checoslováquia.

Da queda do Império Austro-Húngaro surgiram dois tipos de estados, os revisionistas, onde se incluíam países como a Áustria, Hungria e Bulgária, e os hostis aos tratados, como países como a Roménia, Checoslováquia e Jugoslávia. No sul, os italianos apresentaram as suas contestações, obrigando a Áustria a ceder-lhes o Trentino e o Tirol do Sul. A grande potência de outros tempos tornou-se um pequeno país com cerca de 84 000 km², com uma população de aproximadamente seis milhões e meio de habitantes. Por sua vez, a Hungria viu o seu território reduzido em benefício da Jugoslávia, da Checoslováquia e da Roménia.

No que diz respeito à questão colonial, o acordo foi relativamente fácil. Recorreu-se ao sistema jurídico dos mandatos para colocar os territórios coloniais dos países derrotados sob a responsabilidade da Sociedade das Nações. A África do Sul recebeu, com o título de protetorado, o Sudoeste Africano, a Grã-Bretanha tutelou a África Oriental Alemã, o Togo e os Camarões foram divididas entre a potência britânica e os franceses. Na Oceânia, os arquipélagos alemães foram entregues ao Japão e à Austrália.

As cláusulas territoriais dos tratados provocaram imensos debates, visto afetarem populações e a sua identidade étnica. A questão das dívidas e das sanções morais também constituiu um tema de controvérsia. As reparações de guerra equivaliam a uma sanção moral sobre a responsabilidade pelo desencadear do conflito e constituíam uma garantia para impedir o início de outro conflito com as mesmas dimensões. Para além das disposições territoriais, o Tratado de Versalhes incluía cláusulas reparatórias de natureza moral, militar e económica. As cláusulas económicas exerceram uma influência permanente sobre a economia europeia entre as duas guerras mundiais.

O economista John Maynard Keynes através da publicação do seu “manifesto sobre as consequências económicas da Paz, em 1919”⁴³, critica severamente o Tratado de Versalhes. Segundo ele, o tratado assinado era vazio no que diz respeito à restauração económica da Europa, não havendo uma solução “para colocar os Impérios Centrais vencidos no meio dos novos vizinhos”⁴⁴ nem mesmo um contrato de solidariedade económica entre os vencedores.

Na opinião deste economista, antes do início da Primeira Guerra Mundial, países como a Alemanha, França, Itália, Áustria, Holanda, Rússia, Polónia e Roménia formavam uma unidade através das suas estruturas e civilizações. Após o final do conflito, apesar de alguns destes países saírem vencedores, como a França e a Itália, elas próprias cavavam “a sua própria sepultura tendo em conta os laços intelectuais e económicos tecidos que as ligam fortemente às suas vítimas”⁴⁵.

⁴³ *Ibidem*, p.28

⁴⁴ *Ibidem*, p.39

⁴⁵ *Ibidem*, p.36

No tratado ficou assente que a Alemanha iria “pagar aos Aliados pesadas indemnizações de guerra”⁴⁶ pelos crimes cometidos perante a humanidade, o que levantou logo a questão da sua capacidade de pagamento. Também em relação à Alemanha, Keynes tinha a sua opinião bem formada. Segundo este, o sistema económico europeu girava em torno da Alemanha, criticando assim o tratamento que estava a ser dado a este país. Este facto é defendido pelas estatísticas. Nelas é possível observar que “a Alemanha era o melhor cliente da Rússia, da Noruega, da Holanda, da Bélgica, da Suíça, da Itália e da Áustria-Hungria; ela vinha em segundo lugar nas compras feitas à Grã-Bretanha, à Suécia, à Dinamarca, em terceiro para compras feitas à França. Ela era a fonte de abastecimento mais abundante para a Rússia, a Noruega, a Suécia, a Dinamarca, a Holanda, a Suíça, a Itália, a Áustria-Hungria, a Roménia e a Bulgária; e a segunda para a Grã-Bretanha, a Bélgica e a França. A Alemanha não se limitava a ter relações comerciais com esses Estados, ela também lhes fornecia um grande parte dos capitais de que tinham necessidade para o seu próprio desenvolvimento”⁴⁷.

O que provocou maior indignação na Alemanha foram as cláusulas morais. Os alemães tiveram que assinar uma declaração, conforme reconheciam que eles e os seus aliados tinham sido os responsáveis pelo início da Primeira Guerra Mundial. As cláusulas militares foram redigidas com o objetivo de impedir a ressurreição do poderio alemão. Como consequência, foi abolido o serviço militar obrigatório, estabeleceram-se limites para as dimensões das forças voluntárias, o exército alemão não poderia ter mais de cem mil homens. A Alemanha também ficou privada de armamento pesado, os aviões e os veículos automóveis foram proibidos. Perante isto, os protestos alemães foram evidentes mas ao mesmo tempo eram impotentes, uma vez que não causavam qualquer impacto.

⁴⁶ CAROL, Anne; GARRIGUES, Jean; IVERNEL, Martin, *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011, p.342

⁴⁷ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.37

2.2.2. SOCIEDADE DAS NAÇÕES

Ao longo do último ano de guerra elaboraram-se inúmeros modelos teóricos de como deveria ser o mundo do pós-guerra, mais concretamente, o sistema que deveria regular as relações internacionais. O documento mais elaborado foi a mensagem do Presidente Wilson ao Congresso. No seu ponto número catorze, propunha a criação de uma organização internacional, uma espécie de parlamento universal, com o objetivo de evitar um futuro conflito generalizado. No mês de Março de 1918, surgiu uma outra mensagem, que continha mais pormenores sobre a ‘Sociedade das Nações’. A criação deste organismo representava um ponto fulcral do mundo político delineado com os tratados de paz.

Wilson apresentou a sua mensagem ao Congresso, Lloyd George expressou algumas dúvidas sobre a sua viabilidade e Clemenceau manifestou o seu desinteresse e ceticismo. O ‘patrocinador oficial’ da nova ordem foi indiscutivelmente o presidente dos Estados Unidos da América. Na sessão plenária da conferência de paz do dia 19 de Janeiro de 1919, Wilson pediu que a sociedade fizesse parte integrante do tratado e a sua proposta foi aceite por unanimidade.

O rascunho foi escrito pela própria mão do presidente Wilson, surgindo no dia 20 de Janeiro de 1920 a Sociedade das Nações. Para esta Sociedade das Nações, teve grande importância os Comitês Inter-Aliados, uma vez que os funcionários da Sociedade das Nações entraram em cena durante a guerra nos Comitês. O primeiro Secretário-Geral da Sociedade das Nações foi Eric Drummond, que recrutou colaboradores pelos Comitês, especialmente pelo Comité Inter-Aliados dos Transportes Marítimos, como é o exemplo de Sir Arthur Salter e Jean Monnet.

Os primeiros membros, pertencendo a “vários continentes, com especial representação dos países europeus, dos latino-americanos e um dos mais importantes da Ásia”⁴⁸ foram os catorze países vencedores e os treze neutrais que o subscreveram. Os seus três órgãos fundamentais, a Assembleia Geral dos Membros, o Conselho de Potências e o Secretariado, determinavam o organigrama de futuras organizações supranacionais. A

⁴⁸ *Ibidem*, p.48

Assembleia Geral, que se reunia na cidade de Genebra, era uma espécie de parlamento que reunia, pelo menos, uma vez por ano, com delegados escolhidos por cada país membro, não por votação popular ou parlamentar, mas por escolha dos políticos que detinham o poder. O Conselho de Potências, de início era composto por nove membros, cinco dos quais com carácter permanente, representado os Estados Unidos da América, França, Itália, Grã-Bretanha e Japão. Os outros quatro países eram designados anualmente pela Assembleia. Mas os Estados Unidos na América não chegaram a fazer parte da Sociedade e por outro lado, julgou-se conveniente, em certa altura, dar lugar permanente à Alemanha e à União Soviética. Quanto aos lugares não permanentes preenchidos por eleição da Assembleia, foram de início quatro, depois seis e por fim nove. Assim, o Conselho abrangia quinze membros, seis permanentes e nove eleitos anualmente. O Secretariado era constituído por membros permanentes, ou seja, por funcionários com contratos vitalícios. Era um órgão burocrático com inúmeras fragilidades, apenas eficaz para as forças dominantes. Para além destes órgãos, “em 1921, a Sociedade das Nações criou um Tribunal Permanente Internacional de Justiça”⁴⁹ que tinha como principal função desempenhar um papel de arbitragem nos conflitos. O problema dos refugiados, causado pelo surgimento de novos países na Europa Oriental, proporcionou a criação do Alto-Comissário para os Refugiados “e a distribuição de passaportes emitidos pela SDN, os chamados «passaportes Nansen», do nome do primeiro Alto-Comissário”⁵⁰.

Esta organização nasceu com a pretensão de ser um fórum universal, mas a primeira limitação dela, era o facto de não o ser. Faltavam a Alemanha derrotada e a Rússia da revolução bolchevique. O término da Primeira Guerra Mundial consagra o triunfo do Estado-Nação com o desmantelamento dos grandes impérios Russo, Otomano, Alemão e o Austro-Húngaro. Este triunfo pode também ser visto como uma vitória dos regimes de tipo parlamentar, uma vez que os países vencedores eram democracias. No entanto, alguns destes países democráticos, dotaram-se de regimes autoritários, como são o exemplo da Lituânia e Polónia em 1926, Jugoslávia em 1929, Roménia em 1930, Estónia e Letónia em 1934 e Grécia em 1936.

⁴⁹ GILBERT, Martin, *História do Século XX*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2010, p.129

⁵⁰ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.49

Faltava também o país que a tinha patrocinado, os Estados Unidos da América. O presidente Wilson precisava que o senado aprovasse a integração com uma maioria de dois terços, mas não conseguiu, nem sequer levar o tema para debate. Posteriormente, Wilson também ficou doente e perdeu o cargo de presidente para o republicano Harding. Com um novo presidente, os norte-americanos regressaram ao seu isolamento de antes da Primeira Guerra Mundial. Franceses e Britânicos compreenderam imediatamente que a ausência dos Estados Unidos da América implicava o fracasso e a inoperância da recém-nascida Sociedade das Nações.

A Sociedade das Nações atribuía a si própria, como primeiro objetivo, a manutenção da paz, “se um diferendo grave opunha dois Estados-Membros, estava encarregada de ajudar a resolvê-lo propondo a sua arbitragem; em caso de agressão contra Estado-Membro, podia usar sanções morais, económicas ou mesmo militares contra o agressor; finalmente, tinha de se esforçar por obter uma redução dos armamentos”⁵¹. Perante o cenário vivido, é possível afirmar que a Sociedade das Nações tem como pano de fundo presidir e fiscalizar a aplicação das cláusulas do Tratado de Versalhes, desde as questões do mapa político até à defesa das minorias.

Entre as tarefas da Sociedade das Nações, destacam-se o controle dos territórios sob mandato e proteção das minorias nos vários países da Europa, missões sociais e humanitárias, tais com a luta contra a escravatura, o tráfico de estupefacientes e de armas e as epidemias. O Secretariado Internacional do Trabalho, emanção da Sociedade das Nações, deveria dedicar-se aos problemas sociais, como a regulamentação do trabalho, a proteção aos trabalhadores, o estabelecimento do salário mínimo e a defesa das mulheres e crianças empregadas na indústria, em suma, melhorar a situação social através de acordos internacionais.

A Sociedade das Nações não se tornou, como muitas pessoas tinham esperado, numa espécie de governo mundial, capaz de impor a ordem internacional em caso de necessidade, pela força. Os membros mantinham-se como Estados soberanos extremamente ciosos da sua soberania. Além disso, as decisões essenciais deviam ser tomadas, não pela maioria, mas por unanimidade de votos. Em caso de decisões

⁵¹ CAROL, Anne; GARRIGUES, Jean; IVERNEL, Martin, *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011, p. 309

importantes, estas deveriam ser ratificadas pelas assembleias dos diversos Estados, mesmo depois de um voto unânime dos governos representados em Genebra. Por consequente, a única política aplicável pela Sociedade das Nações era determinada pelas negociações entre os diferentes Estados, séria limitação às suas reais competências. A Sociedade das Nações tornou-se um simples instrumento de colaboração intergovernamental, o fórum político internacional. A instituição não conseguiu tornar-se um organismo independente, uma instância suprema que abrangesse todos os Estados, estando a sua ação dependente unicamente da boa ou má vontade dos seus membros. A Sociedade das Nações obteria melhores resultados nos domínios sociais, humanitários e técnicos. No domínio político revelou-se desanimadora, o desarmamento, a revisão dos tratados e a resolução dos conflitos internacionais ficaram letra-morta.

A Sociedade das Nações foi um organismo que falhou, não se preocupou em propor uma única alteração ou modificação do mundo. Nos seus dez primeiros anos de existência, a Sociedade das Nações considerou como função mais importante manter a sua existência. Passados os dez anos iniciais, o mundo habituou-se à sua ineficácia, pouco lhe importando se existia ou não Sociedade das Nações em Genebra.

Tal como Keynes antecipou anos antes relativamente à economia da Europa, “a Sociedade das Nações teve de se ocupar, através do seu Comité Financeiro, da restauração das finanças na Bélgica, Áustria, Hungria e Bulgária”⁵². As conferências financeiras organizadas nos anos de 1920, 1927 e 1933 divulgaram as debilidades monetárias existentes entre os países europeus.

Ainda assim, a década de 20 ficou marcada pela Conferência de Locarno no ano de 1925. Esta conferência ficou marcada por se verificar um melhor entendimento na Europa, especialmente nas relações entre a França e a Alemanha, representada por Aristide Briand e Gustav Stresemann, respetivamente. É também nesta Conferência que surge “um acordo de colaboração económica e financeira entre as grandes empresas da Alemanha, França, Bélgica e Luxemburgo”⁵³. Pode-se afirmar que esta ‘Europa a Quatro’ nasce como o alicerce do que acontecerá no ano de 1957. No ano seguinte, surge uma proposta de uma

⁵² FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.39

⁵³ *Ibidem*, p.50

comunidade de aço entre a França e a Alemanha, o que mais uma vez faz ver que as futuras instituições fundadoras europeias não surgem do vazio, registrando-se antecedentes históricos.

Com o conseqüente passar de anos após o final da Primeira Guerra Mundial surgem planos políticos e culturais sobre a Europa. Neste capítulo destaca-se Coudenhove-Kalergi, que publicou no ano de 1923 o seu livro *Pan Europa*. Esta obra “apresenta um projeto continental de comunidade europeia de tipo federal, inspirado na Suíça e nos EUA, que se estende da Polónia a Portugal, e que excluía a Rússia euro-asiática e a Grã-Bretanha insular e oceânica”⁵⁴, ou seja, propunha a criação de uma Europa Continental. Este movimento era de tal modo completo que “incluía a Itália fascista ao lado dos Estados democráticos”⁵⁵.

No ano de 1926 ocorre na cidade de Viena o I Congresso Pan-Europeu, onde juntos personalidades como Churchill, Einstein, Freud ou Aristide Briand. Esses congressos repetem-se no ano de 1930, 1932 e 1936 nas cidades de Berlim, Basileia e Viena, respetivamente. Com a anexação da Áustria pela Alemanha no ano de 1938, Kalergi refugia-se na cidade e escolhe como sede da União Pan-Europeia a cidade de Berna.

Na sequência do pensamento de Kalergi surge o plano Briand no ano de 1929. Este estadista francês através deste plano desenvolvido procura um entendimento entre a França e a Alemanha através de “uma organização europeia que ultrapassasse os clássicos esquemas de equilíbrio de poder através de sistemas de alianças”⁵⁶. Este plano surge numa Assembleia Geral da Sociedade das Nações na cidade de Genebra, onde Briand recuperou os ideais da Pan-Europa de Kalergi. Briand defendia que os povos europeus se deviam unir através de um laço federal, onde os povos poderiam “entrar em contacto, discutir os seus interesses, tomar resoluções em comum, estabelecer entre si um elo de solidariedade que lhes permita enfrentar, quando quiserem, situações graves”⁵⁷.

⁵⁴ *Ibidem*, p.41

⁵⁵ SACCO, Marcello (Coord.), *História Universal. Vol.16 – Do Início ao Fim da Guerra Fria*, Novara, Planeta DeAgostini, 2005, p.371

⁵⁶ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.55

⁵⁷ *Ibidem*, p.56

A diplomacia francesa, na sequência deste plano, apresenta-o aos estados europeus membros da Sociedade das Nações através de um *Memorandum*, datado de 1 de Maio de 1930. No entanto, o *Memorandum* desenvolveu reações diferentes nos Estados europeus. Temos como exemplo, o caso português. O governo português mostrou-se antieuropeísta na sequência do Plano Briand. Prova disso, é a entrevista dada por Salazar a António Ferro no dia 20 de Agosto de 1933 ao *Diário de Notícias*, onde se mostra “francamente crítico da SDN e do «parlamentarismo internacional»⁵⁸.

Quando a situação na Europa se encaminhava para a Segunda Guerra Mundial, a Assembleia delegou ao Secretário-Geral no dia 30 de Setembro de 1938 e 14 de Dezembro de 1939 o poder de permitir a existência legal da Sociedade e a sua continuidade em operações menores. A sede da Sociedade das Nações, o Palácio da Paz, permaneceu vazio durante quase seis anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial. Na Conferência de Teerã, no ano 1943, as Forças Aliadas concordaram em criar um novo órgão para substituir a Sociedade das Nações: as Nações Unidas. Muitos órgãos, como a Organização Internacional do Trabalho, continuaram a funcionar e, posteriormente, foram absorvidos pela ONU. A estrutura da Organização das Nações Unidas foi projetada para ser mais eficaz do que a Sociedade das Nações.

A última reunião da Sociedade das Nações foi realizada em abril de 1946, em Genebra. A proposta que dissolveu a Sociedade das Nações foi aprovada por unanimidade. A proposta também fixou a data para o fim da Sociedade das Nações como o dia seguinte ao encerramento da sessão. Em 19 de abril de 1946, o Presidente da Assembleia, Carl J. Hambro da Noruega, declarou "encerrada a vigésima primeira e última sessão da Assembleia Geral da Liga das Nações".^[39] Como resultado, a Liga das Nações deixou de existir em 20 de abril de 1946.

⁵⁸ *Ibidem*, p.61

2.2.3. SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A Segunda Guerra Mundial tem as suas origens a partir dos erros e imperfeições do Tratado de Versalhes, pelos efeitos prejudiciais da crise de 1929 e pelo conflito ideológico em torno das rivalidades entre o fascismo, comunismo e os regimes democratas.

Enquanto na Primeira Guerra Mundial as responsabilidades do conflito bélico foram, repartidas pelos seus intervenientes, na Segunda Guerra Mundial a responsabilidade é atribuída às ambições imperialistas germânicas e japonesas. Com o final da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha ficou numa posição bastante difícil. Esta situação facilitou a adesão dos alemães ao programa político de Adolf Hitler. Este era um líder político carismático que pretendia a revisão do Tratado de Versalhes. Hitler construiu um discurso, sedutor para muitos alemães, assente na proclamação da superioridade da raça ariana e num sentimento profundamente racista voltado, sobretudo, contra a população judaica. A superioridade da raça e o antissemitismo eram justificados pela Alemanha através do *Lebensraum*⁵⁹. Através da obra *Mein Kampf*, redigida pelo líder alemão, surgem as ideias sobre a política europeia alemã que passavam por “dotar a Alemanha dos meios económicos, políticos e militares necessários para fazer dela a principal potência da Europa Central; manter a Grã-Bretanha afastada das questões continentais europeias; conquistar um «espaço vital» a Leste para proteger a população alemã e explorar certas matérias-primas; procurar o domínio da raça ariana pela redução dos judeus e pela submissão dos povos da raça eslava; preparar a «Nova Europa», assim criada para confrontação com os Estados Unidos da América”⁶⁰. No entanto, o início da década de 30 do século XX ainda regista um forte intercâmbio de intelectuais e políticos entre a França e a Alemanha.

O Japão partilhava esta ideologia imperialista. Desde a década de 30 do século XX que o país se encontrava sob a dominação do partido militar e procurava obter mercados para a sua produção em crescendo e facilidades comerciais. Pretendia ainda, alargar a sua rede de influências no Pacífico e na Ásia Oriental.

⁵⁹ Alargar o seu espaço vital, à custa de territórios de povos considerados inferiores da Europa Central e Oriental.

⁶⁰ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.69

A Alemanha nazi, a Itália fascista e o império nipônico, apresentavam neste período regimes políticos com algumas semelhanças e afinidades. Em comum, tinham as preocupações militaristas e, sobretudo, a antipatia relativamente às potências saídas vencedoras na luta pela hegemonia dos oceanos. As afinidades registadas permitiram a criação do eixo Berlim-Roma, no dia 1 de Novembro de 1936, resultou das sanções impostas à Itália pela comunidade internacional, na sequência da Guerra da Etiópia do ano de 1935. Àquela aliança veio a aderir, mais tarde, o Japão.

A Guerra Civil Espanhola, que ocorreu entre os anos de 1936 e 1939, foi um ensaio da Segunda Guerra Mundial. Neste conflito, a Inglaterra, a França e a URSS apoiaram a facção governamental republicana, enquanto a Alemanha e a Itália estavam claramente ao lado da facção nacionalista do general Franco, a quem concederam apoio militar. Este apoio militar serviu para puderem testar as armas e experimentar táticas de guerra.

A França e a Inglaterra só despertaram para o problema alemão quando Praga foi ocupada pela *Wehrmacht*⁶¹. Nesta altura, a URSS aproximou-se da Alemanha através do Pacto Germano-Soviético, assinado no dia 23 de Agosto de 1939. Por um lado, a URSS assinava este pacto pois julgava a capacidade de resistência ocidental pouco sólida. No lado alemão, o pacto permitiu a Hitler avançar para a guerra, sem temer entrar em combate em duas frentes. No dia 1 de Setembro de 1939, “a Alemanha lançou uma ofensiva contra a Polónia”⁶² e no dia 3 do mesmo mês a Inglaterra, e depois a França, declaravam guerra à Alemanha nazi.

Entre o ano de 1940 e 1941, iniciou-se a primeira fase da Segunda Guerra Mundial, denominada de *Blitzkrieg*⁶³. Nesta fase a Alemanha registou alguma superioridade uma vez que dispunha de uma forte unidade de comando, um exército bem preparado que lançou ataques, a partir de tanques e da sua aviação e um líder carismático próximo do povo e uma já longa e eficiente propaganda. Para além disso, a Alemanha entra na guerra com a ideia de uma nova ordem europeia. Este projeto ganha corpo através da “assinatura do Pacto Tripartido (anti-Komintern), entre a Alemanha, a Itália e o Japão, de 27 de Setembro de

⁶¹ Exército terrestre alemão.

⁶² CAROL, Anne; GARRIGUES, Jean; IVERNEL, Martin, *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011, p.418

⁶³ Termo alemão para “Guerra-relâmpago”.

1940, ao qual se juntaram a Hungria, a Roménia e a Eslováquia em 1940 e a Bulgária e a Croácia em 1941”⁶⁴.

A França não teve capacidade de resposta uma vez que estava presa a táticas antigas e não dispunha de um exército e de uma aviação tão poderosas como os alemães. Durante o mês de Setembro de 1939, a Polónia foi invadida e dividida entre a Alemanha e a URSS, sem que a França tivesse tido sequer hipótese de reagir. Depois de conquistar a Polónia, os alemães ocuparam a Dinamarca, e atacaram a Noruega em Abril de 1940, obrigando à retirada dos seus inimigos em Junho de 1940. Como resultado destas conquistas, os alemães fechavam o Atlântico Norte e o báltico aos ingleses e soviéticos. Para além disso, asseguraram o ferro sueco, tão importante para a indústria de guerra.

No dia 14 de Junho, Paris foi conquistada pelas tropas alemãs, e o governo de Pétain pediu o Armistício, assinado no dia 22 de Junho, altura em que os alemães tinham chegado à fronteira com a Espanha. No dia 10 de Julho a Itália juntou-se à Alemanha, e a Inglaterra estava cada vez mais isolada, principalmente devido à queda da França. Este período marca uma iniciativa europeia relevante, com Churchill a propor no dia 16 de Junho de 1940, a união anglo-francesa. Esta proposta era mais avançada que o plano Briand, tendo como principal inspirador Jean Monnet. Esta proposta juntou federalistas britânicos no movimento *Federal Union*, prevendo “órgãos comuns para a defesa, os assuntos externos, as finanças e a economia, para além da associação formal dos dois parlamentos e de uma cidadania comum”⁶⁵.

Na ‘Batalha de Inglaterra’, travada entre os meses de Agosto e Novembro de 1940, muitas cidades inglesas, sobretudo as do sul, foram destruídas mas, apesar disso, a *Luftwaffe*⁶⁶ fracassou no seu objetivo. A Inglaterra conseguiu resistir e repelir as ofensivas alemãs utilizando uma nova invenção, o radar, utilizado pela *Royal Air Force*⁶⁷ para além de terem superioridade marítima. Destruir a Grã-Bretanha era um objetivo claro alemão. A prova disso está no discurso do ministro da Propaganda alemão, Goebbels, onde afirma no dia 11 de Setembro de 1940 que “quando o poder britânico colapsar, nós teremos a

⁶⁴ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.70

⁶⁵ SACCO, Marcello (Coord.), *História Universal. Vol.16 – Do Início ao Fim da Guerra Fria*, Novara, Planeta DeAgostini, 2005,p. 371

⁶⁶ Força aérea alemã

⁶⁷ Força aérea inglesa

oportunidade de reorganizar a Europa seguindo os princípios correspondentes às possibilidades sociais, económicas e técnicas do século XX”⁶⁸. Na visão deste ministro, a Alemanha e a Itália eram as potências mais bem preparadas para liderar a Europa. Seguindo os ideais do seu líder, Goebbles defendia a criação de uma Europa Federal, da qual a Grã-Bretanha não fazia parte, onde a “finalidade seria o pleno emprego, a prosperidade, a segurança dos mercados e a existência de uma moeda estável através de uma política de preços justos”⁶⁹.

Na Líbia as tropas italianas lutavam com as tropas inglesas enquanto as potências do Eixo se ocupavam da reorganização da Europa segundo as suas conveniências políticas. Mussolini queria mais protagonismo do que o que lhe era concedido. Por esse motivo “lançou contra a Grécia um ataque que falhou”⁷⁰. Para colmatar estes ataques falhados, teve que pedir auxílio a Hitler. Ao mesmo tempo que o *Afrika Korps*⁷¹, chefiada pelo general Rommel, chegava a África, no mês de Fevereiro de 1941, a Jugoslávia era invadida pelas divisões blindadas de Paul Ludwig Ewald von Kleist. Pouco tempo depois, as tropas de List invadiram a Grécia e Creta.

Entre os anos de 1941 e 1942 o Eixo registou avanços. No entanto os planos de Hitler foram alterados. Em primeiro lugar porque a *Blitzkrieg* não permitiu a conquista da Inglaterra. Em segundo lugar, as relações com a URSS tinham-se destabilizado, a ponto da Alemanha invadir o seu antigo aliado através do *Plano Barbarossa*⁷². A invasão alemã sobre a URSS lança “a ideia de uma cruzada europeia anticomunista (...) e passa a constituir poderoso elemento de propaganda”⁷³. Esta operação teve início no mês de Junho de 1941. O sucesso inicial pertenceu às forças alemãs, que no mês de Setembro de 1941 cercaram Leninegrado. No entanto, “três fatores travaram o avanço alemão: o Inverno, que tornou difícil a sua progressão; a contra-ofensiva soviética empreendida em Dezembro por militares de valor como Jukov, que repeliu os alemães para longe de Moscovo; e a

⁶⁸ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.74

⁶⁹ *Ibidem*, p.75

⁷⁰ CAROL, Anne; GARRIGUES, Jean; IVERNEL, Martin, *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011, p.420

⁷¹ Conjunto de forças da Alemanha na Líbia durante a Campanha do Norte de África durante a Segunda Guerra Mundial.

⁷² Nome dado ao ataque da Alemanha à URSS, com o apoio da Finlândia, Roménia e Hungria.

⁷³ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.70

resistência obstinada da população de Leninegrado, que recusou render-se apesar do assédio”⁷⁴.

No ano de 1941 a Inglaterra favoreceu da lei norte-americana votada pelo congresso, a lei de empréstimo-arrendamento: esta lei permitia o envio de material para a Europa, imediatamente colocado ao serviço da Inglaterra. Em Agosto de 1941, num navio de guerra no Atlântico, foi assinada a Carta do Atlântico, entre Roosevelt e Churchill. Esta carta era um documento onde eram propostos os objetivos da guerra e do pós-guerra por parte dos Aliados. Nesta fase o presidente norte-americano, Roosevelt, não tinha o apoio da opinião pública americana, que era contra a entrada dos Estados Unidos da América na guerra. No entanto, esta posição mudou com o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor. Este ato fez com que os Estados Unidos da América entrassem na Segunda Guerra Mundial no dia 7 de Dezembro de 1941.

O ano de 1942 foi um bom ano para o Eixo. No mês de Julho de 1942 a *Wehrmacht* lançou uma nova ofensiva, conquistou a Criméia, chegou ao Cáucaso e ao Volga, enquanto o *Afrika Korps* se aproximava do Cairo. No mesmo período também evoluía no Atlântico um conflito naval que se travava mesmo antes da entrada oficial dos Estados Unidos na guerra. A ação dos submarinos do Almirante Doenitz foi avassaladora. Afundou milhões de toneladas, entre navios de guerra e de transporte.

O ataque japonês a Pearl Harbor desorganizou momentaneamente a máquina bélica norte-americana. No entanto, os Estados Unidos da América recuperaram com uma rápida readaptação da indústria de guerra, a qual prontamente recompensou as perdas sofridas. A partir deste momento, os Estados Unidos da América assumiram o papel de fornecedor bélico das potências aliadas.

O aspeto mais intolerável do domínio de Hitler foi a aniquilação dos povos conquistados. Os exércitos alemães massacraram populações, uma vez que eram desprezadas pela ideologia nazi. O caso de maior realce foi o que envolveu os judeus. Numa primeira fase foram reagrupados em guetos com condições de vida cruéis. A

⁷⁴ CAROL, Anne; GARRIGUES, Jean; IVERNEL, Martin, *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011, p.420

segunda fase, com início no ano de 1942, “consistiu na exterminação total e planejada dos judeus da Europa”⁷⁵.

De finais do ano de 1942 a 1945, a vitória ficou ao estar ao alcance dos Aliados. Este facto deve-se principalmente a forma colaborativa de combate dos Aliados contra o inimigo. Começou a última fase do conflito com o avanço dos aliados e consequente final da fase de equilíbrio entre forças. No dia 23 de Outubro de 1942 o general Montgomery iniciou uma contra ofensiva britânica no Egito, perseguindo as forças italianas e germânicas que se refugiaram na Tunísia.

No mês de Novembro, as tropas inglesas e americanas desembarcaram no Norte de África francesa, de onde partiu o ataque de Itália. Por sua vez, no final do ano de 1942, o Exército Vermelho lançou uma operação ofensiva no Volga, onde as forças germânicas comandadas por Von Paulus resistiram até ao limite das suas forças, rendendo-se no dia 2 de Fevereiro de 1943. Neste contra-ataque soviético, deu-se a célebre batalha de Estalinegrado, confronto decisivo da Segunda Guerra Mundial. Do dia 25 de Agosto de 1942 ao dia 2 de Fevereiro de 1943, os alemães ocupantes sofreram um duro cerco dos soviéticos, perante o qual se renderam. Esta situação criou um mal-estar entre os comandos alemães. Pela primeira vez, um general alemão, von Paulus, aceitava render-se ao inimigo. A vitória militar de Estalinegrado “foi também uma vitória psicológica: o dispositivo hitleriano mostrou pela primeira vez a sua fraqueza”⁷⁶.

No ano de 1943 o Eixo perdia em todas as frentes. No Pacífico, os americanos conquistam Guadalcanal, e estavam a preparar uma grande ofensiva. Entre o inverno e a primavera, o Exército Vermelho prosseguiu a sua marcha, recuperou Rostov no mês de Fevereiro de 1943, Kharkov em Agosto, Donetsk, Kuban e Smolenk em Setembro e Kiev em Novembro. No dia 24 de Julho, Mussolini demitiu-se, na sequência do desembarque dos Aliados na Sicília no dia 10 de Julho de 1943, enquanto a Alemanha persistia em resistir. No dia 9 de Setembro de 1943, os Aliados desembarcaram em Itália, em Anzio, onde encontraram uma forte resistência. Só no dia 4 de Junho de 1944 conseguiram tomar a cidade de Roma depois de conquistarem o reduto nazi de Monte Cassino.

⁷⁵ *Ibidem*, p.423

⁷⁶ *Ibidem*, p.427

No entanto, na sequência do ideal de ‘Nova Ordem Europeia’, desenvolvida pela Alemanha entre 1941 e 1943, surge neste mesmo ano o projeto de Confederação Europeia. Segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joachim von Ribbentrop, a Confederação tinha como objetivo resolver questões políticas internacionais, relacionadas com as conquistas da Segunda Guerra Mundial. Na visão do ministro alemão a Confederação Europeia tinha inúmeras vantagens, entre as quais, “o desaparecimento do poder dos *Gauleiter* nos territórios conquistados, a garantia de que os países neutros não seriam incorporados pela Alemanha, que a Itália não teria a temer um *Reich* perto das suas fronteiras, que a França colaboraria mais facilmente em termos de força de trabalho, produção de armamentos e até no esforço militar propriamente dito. Além disso, alguns países neutros como a Suécia, Turquia, Portugal, etc., seriam persuadidos a abrandar as suas estreitas relações com a Grã-Bretanha e a América, e a Turquia a abandonar o projecto de um pacto balcânico apoiado por Londres”⁷⁷. Perante isto, Berlin chegou mesmo a desenvolver uma base para o Tratado que criaria formalmente a Confederação. No entanto, e até mesmo curioso, num período em que a Alemanha apresentava piores resultados militarmente, surgem planos mais desenvolvidos de uma ‘Nova Europa’.

No entanto, a teoria de Ribbentrop não foi única. Ainda em Junho de 1943, Hans Frohwen, defende que a organização da Nova Ordem Europeia e Mundial deveria assentar sobre o Eixo Berlim-Roma, o Pacto Aço e o Pacto Tripartido. Este projeto seria dividido em regiões, onde a “mais importante seria a região do *Reich* da Grande Alemanha com as regiões «subgermânicas» do Leste e do Sudoeste”⁷⁸. A segunda região mais importante seria a do Mediterrâneo, dominada pela Itália e a terceira seria uma área atlântica, com os países situados perto do oceano.

Com tantos planos para uma ‘Nova Ordem Europeia’, é claro que o continente europeu e especialmente a sua organização representava um lugar central. Assim, em Agosto de 1943, o diplomata Céril von Renthe-Fink apresentou ao ministro Ribbentrop uma *Nota* onde descreve o tópico da Confederação Europeia, composto por onze pontos e dois anexos. Neste plano surge uma alteração, onde a França substitui a Itália, onde a Confederação seria constituída pela Alemanha, Itália, França, Dinamarca, Noruega,

⁷⁷ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.77

⁷⁸ *Ibidem*, p.78

Finlândia, Eslováquia, Hungria, Roménia, Bulgária, Sérvia, Grécia e Croácia. Ainda nesta *Nota* é possível observar que o autor defenda a sua organização por hierarquia e raça, tendo como capitais financeiras Berlim e Viena.

Após o encontro entre os líderes das potências aliadas, na Conferência de Teerão, entre o mês de Novembro e Dezembro de 1943, o presidente norte-americano Roosevelt, o primeiro-ministro britânico Churchill e o secretário-geral do Partido Comunista da URSS Estaline, prepararam uma ofensiva militar decisiva para o desfecho da guerra, o desembarque na Normandia. Esta operação foi dirigida sob o alto comando do general Dwight Eisenhower.

A Alemanha tentava aguentar a situação militar e manter o moral, mas a guerra começava a escapar do seu controlo. Na primavera do ano de 1944, os russos desenvolveram uma nova grande ofensiva no vale do Dniepre. Tomaram Odessa, a Crimeia e Sebastopol, invadindo depois a Roménia e a Bulgária. Entre o ano de 1944 e 1945, a guerra entrou na fase que conduziu à derrota total das forças do Eixo. No dia 6 de Junho de 1944, conhecido pelo dia «D», “as tropas inglesas, americanas e francesas, conduzidas por Eisenhower, conseguiram atravessar a frente alemã no fim de Julho”⁷⁹, sendo Paris libertada no dia 25 de Agosto.

Depois do ano de 1943, A Alemanha foi sujeita a bombardeamentos constantes por parte dos Aliados. As grandes cidades foram principalmente atacadas como é o caso de Hamburgo em Fevereiro de 1945. A Alemanha estava cercada e bloqueada sem acesso a combustível. No mês de Abril de 1945 a Itália estava dominada pelos Aliados e Mussolini tinha sido morto. Em Berlim, uma cidade cercada, Hitler foi informado da morte de Mussolini. Nesta altura, o líder nazi refugiou-se no seu bunker. No dia 30 de Abril, Hitler suicidou-se, sendo substituído por Doenitz que capitulou no dia 8 de Maio.

No Pacífico, a Guerra ainda não tinha terminado. Os americanos tinham desembarcado nas Filipinas no mês de Setembro de 1944, tomaram Manila em Fevereiro do ano seguinte e destruíram a quase totalidade da frota japonesa na batalha naval de Okinawa nos dias 6 e 7 de Abril de 1945. A guerra continuou porque o Japão ocupava

⁷⁹ CAROL, Anne; GARRIGUES, Jean; IVERNEL, Martin, *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011, p.428

ainda a Indonésia, a Indochina, uma parte da China e algumas ilhas no mar Amarelo e da China Meridional. Para pôr um ponto final nesta situação, o presidente americano Truman, que tinha substituído Roosevelt, mandou lançar duas bombas atômicas sobre o Japão, uma em Hiroxima no dia 6 de Agosto de 1945, e uma segunda em Nagasáqui no dia 9 de Agosto do mesmo ano. No dia 15 de Agosto, o imperador Hirohito rendeu-se, sendo assinada a capitulação no dia 2 de Setembro.

Perante a derrota alemã, surgem planos e sem eles não se pode compreender o nascimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1950. Um deles foi o Plano Morgenthau, proposto pelo secretário de Estado do Tesouro norte-americano. Este plano aparece em Setembro de 1944 e “pretendia internacionalizar as regiões mineiras e industriais como a do Sarre, a do Ruhr e a da Alta Silésia”⁸⁰. Outro foi a Directiva para o Comandante-em-Chefe das Forças de Ocupação norte-americanas na Alemanha datada de Abril de 1945. Esta Directiva do Joint Chiefs of Staff é um plano de “desmantelamento da capacidade de produção industrial estratégica «propõem-se a eliminar a influência económica além da Áustria, ao mesmo tempo que pretende atribuir responsabilidades político-administrativas aos alemães a nível local, municipal e regional, numa perspectiva de descentralização»”⁸¹.

A Segunda Guerra Mundial para além da destruição de vidas humanas e da destruição massiva de quase todas as estruturas produtivas europeias, este conflito mundial provocou a derrocada dos valores da civilização ocidental, questionados por esta onda de violência sem precedentes. Com o final da guerra a tragédia não acabou, havia aproximadamente vinte milhões de deslocados, que levantavam questões de repatriamento, a economia da Europa estava arrasada e os países de Leste dominados pelas forças hitlerianas passaram a estar sob o domínio de regimes totalitários de esquerda, centrados na URSS de Estaline.

A paz foi um objetivo analisado mesmo antes do conflito terminar, registando-se um encontro entre Estaline, Roosevelt e Churchill no mês de Fevereiro de 1945 em Yalta. Logo neste encontro verificaram-se algumas divergências. Estaline pretendia aumentar o

⁸⁰ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.92

⁸¹ *Ibidem*, p.92

seu território, Churchill não via com bons olhos a perspectiva do líder comunista, preocupando-se ainda com a manutenção das colônias do império britânico. Por sua vez, Roosevelt aparecia como árbitro, sendo favorável a uma descolonização e à criação duma Organização das Nações Unidas para substituir a Sociedade das Nações. O segundo encontro acontece no mês de Julho de 1945 em Potsdam na Alemanha. Neste encontro a situação política tinha mudado por completo. A Alemanha já se tinha sido rendido. Para além disso, Churchill tinha perdido as eleições para Attlee e Truman sucedeu Roosevelt, após a sua morte em Abril. Neste encontro as divergências aumentaram, sendo os tratados de paz recusados, ou seja, “os desentendimentos entre os vencedores da II Guerra Mundial fazem-se sentir especialmente no continente europeu e a guerra fria aproxima-se com epicentro na questão alemã”⁸². Foram ainda definidos os “princípios de ocupação conjunta da Alemanha, da sua desnazificação e da desmilitarização, bem como o da concessão à URSS de reparações mais elevadas”⁸³.

No que diz respeito as fronteiras europeias e asiáticas, as negociações decorreram durante o ano de 1946, sendo concluídas no mês de Fevereiro de 1947, registadas no Tratado de Paris. Entre as alterações provocadas, regista-se a recuperação por parte da URSS das regiões ocidentais cedidas na guerra civil do ano de 1921. Quando a Alemanha, a divisão em quatro zonas, a inglesa, a francesa, a soviética e a americana, ficou em suspenso. A Coreia foi ocupada a norte pelos soviéticos e a sul pelos americanos. A nível colonial, as que pertenciam a Itália alcançaram independência.

⁸² *Ibidem*, p.93

⁸³ CAROL, Anne; GARRIGUES, Jean; IVERNEL, Martin, *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011, p.432

2.2.4. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Segunda Guerra Mundial relançou a ideia da criação de um organismo supranacional capaz de arbitrar conflitos, assegurar a manutenção de paz, de impedir a resolução de problemas de relacionamento entre estados pelo recurso às armas, de garantir a igualdade e cooperação entre os povos e de fazer respeitar os direitos do homem no Mundo. A ideia inicial da formação da Organização das Nações Unidas apareceu no ano de 1943, encabeçada pela URSS, Estados Unidos da América e Grã-Bretanha, sendo que o seu principal mentor foi Roosevelt. Estes objetivos, que eram uma reedição dos propósitos que haviam norteado a criação da Sociedade das Nações após a Primeira Guerra Mundial, estavam consignados na carta fundadora da Organização das Nações Unidas, assinada no ano de 1945 na Conferência de S. Francisco. Esta carta foi assinada “por 50 Estados, aos quais se vieram regularmente juntar novos membros: os países da Ásia e da África que atingiram a independência, os antigos aliados da Alemanha (1955 e 1956) e depois a China comunista (1971), as duas Alemanhas (1973), e mais recentemente os Estados nascidos das perturbações na Europa de Leste e na Antiga URSS”⁸⁴. A Organização das Nações Unidas no ano de 2010 incluía 192 Estados.

A Organização das Nações Unidas esta sedeadada em Nova Iorque desde o ano de 1952. É constituída por seis órgãos principais: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho de Tutela, o Secretariado Geral, o Tribunal Internacional de Justiça e o Conselho Económico e Social. A Assembleia Geral é composta por todos os membros da organização, realizando-se uma vez por ano uma sessão ordinária, podendo haver mais, caso seja necessário. O Conselho de Segurança é composto por um total de quinze membros, sendo que cinco são permanentes, como é o caso dos Estados Unidos da América, Rússia, Reino Unido, França e República Popular da China. Os outros dez membros são eleitos por um período de dois anos pela Assembleia Geral. Tem como principal função decidir sanções económicas, morais e militares a tomar contra um Estado agressor. O Conselho de Tutela tinha como objetivo supervisionar a administração dos territórios sob regime de tutela internacional. No entanto suspendeu funções em 1994 uma

⁸⁴ *Ibidem*, p.313

vez que cumpriu os objetivos pelo que tinha sido criado, principalmente no que diz respeito aos países africanos. O Secretariado Geral é eleito pela Assembleia Geral para um período de cinco anos. Este órgão está no topo de toda a organização, representando-a. O Tribunal Internacional de Justiça tem como principal objetivo arbitrar conflitos entre Estados, estando sediado em Haia. Por fim, o Conselho Económico e Social tem o objetivo de coordenar as atividades das organizações especializadas dependentes da Organização das Nações Unidas. Este órgão é composto por 54 membros e eleitos pela Assembleia Geral pelo período de três anos.

As organizações especializadas da Organização das Nações Unidas procuram melhorar as condições de vida das populações mais necessitadas. Neste contexto surgem organizações como: Organização para a Alimentação e a Agricultura – FAO, no ano de 1945; Organização Mundial de Saúde – OMS, no ano de 1946; Organização Internacional do Trabalho – OIT, no ano de 1946; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, no ano de 1946; Fundo Monetário Internacional – FMI, no ano de 1947; Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, no ano de 1946. É grande o prestígio de que estas ramificações da organização desfrutam, principalmente nos países do Terceiro Mundo que têm beneficiado de programas educacionais, de promoção económica e social das suas populações ou de campanhas de erradicação de doenças, de educação sanitária ou de combate a epidemias.

Na sua vertente política a vida da Organização das Nações Unidas tem sido atribulada, em razão dos conflitos que pretendia controlar ou evitar. Dentro da Organização das Nações Unidas, o Conselho de Segurança deveria desempenhar um papel fulcral, revelou-se impotente, principalmente durante o período da Guerra Fria, no ano de 1947. O seu mecanismo de decisão era frequentemente bloqueado, pois tanto os Estados Unidos da América como a URSS, potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, usavam o seu direito de voto em relação as propostas do outro. Já nos finais do Século XX, “através da política conduzida por Gorbachev a partir de 1985, e mais tarde o desaparecimento do comunismo da Europa e do território da antiga URSS após 1989, terminaram com a paralisia do Conselho”⁸⁵.

⁸⁵ *Ibidem*, p.315-316

3. TRATADO DE ROMA

O período posterior ao segundo pós-guerra está inteiramente relacionado com o declínio da Europa no Mundo. Até este momento, a Europa, com destaque para alguns países que a constituem, ocupava lugar central na esfera de decisões mundiais.

Tendo o início do século XX como referência, pode-se afirmar, que em termos demográficos, logo após a Primeira Guerra Mundial, “mais de 40 milhões de europeus emigraram para outras partes do mundo”⁸⁶. Estes movimentos migratórios podem ser explicados pela evolução nos transportes, nomeadamente com a evolução dos caminhos-de-ferro, navios de propulsão mecânica e aparecimento dos transportes aéreos. Em termos políticos, a perda de importância da Europa, está relacionada inteiramente com a ascensão dos Estados Unidos da América para potência hegemónica. Esta perda de importância dos estados europeus pode enquadrar-se com o processo que se verificou de descolonização. Através deste processo, onde os estados europeus possuíam vastos impérios, perderam-nos.

Após término da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América, apresentavam-se como grandes vencedores. Este facto deve-se ao papel fundamental desempenhado no conflito e por ter sido a única grande potência a não sofrer invasão do seu território e a registar um número reduzido de destruição de recursos materiais e humanos. Nesta luta pela liderança mundial, apenas a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se poderia apresentar como rival, uma vez que a Alemanha saiu do conflito mundial como derrotada, a França destruída a nível material e humano, a Grã-Bretanha não podia competir com as duas principais potências a nível territorial, demográfico e económico. A nível das potências não europeias, a China apresentava-se nesta altura com problemas associados a um baixo desenvolvimento e destruída devido a conflitos com o Japão. Este mesmo Japão, à semelhança da Alemanha, perdeu a guerra, registando elevadas destruições humanas e materiais.

O final da Segunda Guerra Mundial trouxe consigo uma busca de implementação de uma nova ordem mundial. Desta forma, os vencedores do conflito tentaram

⁸⁶VALÉRIO, Nuno, História da União Europeia, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p.37

implementar uma vertente política e uma vertente económica. A vertente política, que apresentava como seu principal objetivo implementar a paz para evitar conflitos como os que marcaram a primeira metade do século XX, “consubstanciar-se basicamente numa organização, a Organização das Nações Unidas”⁸⁷. Esta organização pretendia ser um fórum para procura e resolução dos problemas e conflitos a nível global. Esta organização teria associada a si, organizações especializadas nos mais diversos domínios. No que respeita à vertente económica, que apresenta como principal objetivo assegurar a prosperidade, seguindo o exemplo da vertente política, surgem assim três organizações, em sequência da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, no ano de 1944, realizada em Bretton Woods e da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Emprego, realizadas nos anos de 1947 e 1948, em Havana. As organizações que surgem são o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento e a Organização Internacional do Comércio.

Com o final da Segunda Guerra Mundial iniciou-se uma nova fase. Esta foi denominada de Guerra Fria, dividindo o mundo em duas parcelas, uma dominada pelos Estados Unidos da América, defendendo as democracias e outra pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, defendendo o comunismo. Perante esta bipolarização mundial, no ano de 1947, os Estados Unidos da América decidiram alterar a política de apoio ao território europeu. Esta mudança de atitude deve-se essencialmente a dois fatores. Por um lado, apoiando os países europeus destruídos pelo conflito bélico, através de ajuda humanitária, iria impedir que surgissem e se consolidassem regimes políticos de ditadura partidária comunista. Por outro prisma, os empréstimos para reconstruir as atividades económicas que foram afetadas pelo conflito eram insuficientes para as atividades registarem valores normais. Perante estes condicionalismos, a nova política americana surge pela mão de George Marshall, a qual ficou conhecida com o seu próprio nome ‘Plano Marshall’. O Secretário de Estado Americano, através do seu discurso na Universidade de Harvard, no dia 5 de Junho de 1947, “propunha-se criar uma *Economic Cooperation Administration* (ECA) para gerir a ajuda à Europa”⁸⁸. Esta oferta americana englobava todos os países da Europa, independentemente do regime político, com a exceção da Espanha, que mantinha um regime político semelhante aos que foram derrotados na

⁸⁷ *Ibidem*, p.59

⁸⁸ *Ibidem*, p.65

Segunda Guerra Mundial, Este plano consistia em os Estados Unidos da América impulsionarem os países europeus sob sua influência, concedendo “ajudas económicas significativas para a reconstrução, ao processo de início da cooperação europeia”⁸⁹. Quer isto dizer, que a oferta era para países com regimes políticos democráticos, quer para países com regimes políticos de ditadura partidária comunista, quer também para regimes políticos de ditadura partidária conservadora, como era o exemplo de Portugal.

Na sequência da oferta americana, surge a Conferência de Paris, entre Julho e Setembro de 1947, onde se reuniram os dezasseis países que aceitaram a oferta americana⁹⁰. Nesta conferência, em sequência do Plano Marshall, foi acordado criar a Organização Europeia de Cooperação Económica – OECE, que tinha como objetivo orientar a ajuda prestada pelos americanos à Europa. Esta organização foi fundada no ano seguinte no seguimento do Tratado de Paris. Por sua vez, em oposição ao Plano Marshall, nasce o Conselho de Auxílio Económico Mútuo, conhecido por COMECON, liderado pela União Soviética. Este Conselho surge como uma organização de cooperação económica para os países com regime político de ditadura partidária comunista.

A divisão entre americanos e soviéticos ficou ainda mais realçada com o Plano Marshall. As suas influências ficaram posteriormente marcadas sob o ponto de vista militar. Ainda no ano de 1948, nasce a União Ocidental, formada pela Bélgica, França, Grã-Bretanha, Luxemburgo e Países Baixos que tinha como objetivo criar uma aliança militar. No ano seguinte, os Estados Unidos da América apoiaram esta aliança. Através do Tratado de Washington, foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte – NATO, tendo como membros iniciais os Estados Unidos da América, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos e Portugal. Mais uma vez, a União Soviética criou uma organização similar. A Organização do Tratado de Varsóvia, também conhecido apenas por Pacto de Varsóvia, era a resposta aos Estados Unidos da América, surgindo como uma aliança militar.

O ano de 1948 ficou ainda marcado pela realização de um Congresso Europeu em Haia, embora de carácter não oficial. É possível afirmar que é deste Congresso que surge o

⁸⁹ SACCO, Marcello (Coord.), *História Universal. Vol.16 – Do Início ao Fim da Guerra Fria*, Novara, Planeta DeAgostini, 2005, p.374

⁹⁰ Os países que aceitaram a ajuda americana foram a Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grã-Bretanha, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Suécia, Suíça e Turquia.

impulso para o nascimento do Conselho da Europa no ano seguinte. De destacar que logo no ano de 1950, o Conselho da Europa aprovou a Convenção para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais e estabeleceu o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Com a Guerra Fria e o clima de bipolaridade, “a história da integração europeia passa pela história da emergência política da Alemanha Ocidental no período altamente sensível entre 1948 e 1950 e pela acção do diplomática Konrad Adenauer”⁹¹. Eleito chanceler no ano de 1949, aceitou que uma autoridade controlasse as regiões industriais e mineiras alemãs, juntamente com as do Luxemburgo, Bélgica e França. Na sequência desta medida é assinado o Acordo de Petersberg no dia 22 de Novembro de 1949 entre os Alto-Comissários Ocidentais e o chanceler alemão. Este Acordo permitia à Alemanha beneficiar da ajuda do Plano Marshall e juntar-se ao Conselho da Europa.

A década de 50 teve tremenda importância para a Europa. Numa fase inicial, esta década ficou marcada por uma divergência de ideias dentro da Organização Europeia de Cooperação Económica. Esta divergência surgiu relacionada com a redução de barreiras pautais ao comércio. Num polo, com a República Federal da Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, defendiam a criação de uma união aduaneira, ou seja, uma abolição dos direitos aduaneiros entre os membros da OECE e a adoção de uma pauta exterior comum. Por sua vez, o polo oposto, com a Áustria, Dinamarca, Grã-Bretanha, Noruega, Suécia e Suíça, pretendiam a criação de uma zona de comércio livre, ou seja, uma abolição dos direitos aduaneiros entre membros da OECE, mas sem adoção de uma pauta exterior comum. Perante uma situação de impossibilidade de resolução de convergência, os defensores de uma união aduaneira seguiram novos caminhos. Estes caminhos passaram pela criação de um mercado comum para o setor do carvão e aço. Esta proposta foi desenvolvida pelo Alto-Comissário para o Plano da França, Jean Monnet e posteriormente apresentada no dia 9 de Maio de 1950 ao Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, que “considerava que a paz mundial e a pacificação europeia teria como alicerce uma «Europa organizada e viva», porque, por falta dela,

⁹¹ FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. História Mal(dita) da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014, p.93

«tivemos a guerra»⁹². Esta proposta ficou conhecida como ‘Declaração Schuman’, tinha como primeiro passo “colocar sob o controlo de uma Alta Autoridade, composta por personalidades independentes dos governos, toda a produção franco-alemã, no quadro de «uma organização aberta à participação de outros países da Europa»⁹³.

Importante salientar o facto que esta data marcava o quinto aniversário do final do segundo conflito mundial. Esta proposta ganhou carácter oficial em Abril de 1951, com a assinatura do “primeiro Tratado de Paris, que entrou em vigor em Julho de 1952, instituindo a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)”⁹⁴. Nascia assim uma comunidade com um carácter supranacional, ou seja, os estados-membros passavam para Comunidade Europeia do Carvão e Aço parte da sua soberania. Esta comunidade era composta pela Alta Autoridade, o Conselho, a Assembleia, o Tribunal de Justiça e o Comité Consultivo.

Esta comunidade, contrariamente à OECE e ao Conselho da Europa possuía “alguns importantes princípios federais – o papel decisivo atribuído a um órgão independente dos governos, como a alta autoridade, a repercussão directa dos actos legislativos e judiciais da Comunidade nos vários países, a regra de voto por maioria para uma parte das deliberações do Conselho de Ministros, a previsão da eleição directa da assembleia parlamentar – que os governos tinham de aceitar, porque de outra forma não se concretizaria o objectivo principal do empreendimento, ou seja, a retirada do sector siderúrgico e do carvão ao controlo exclusivo alemão”⁹⁵. Podem-se considerar como mentores desta Comunidade Robert Schuman, ministro francês dos Negócios estrangeiros e Jean Monnet, presidente da CECA.

No mesmo sentido da CECA, nasce também a Comunidade Europeia da Defesa – CED, no entanto, as suas competências recaiam sob a função militar. Esta comunidade nasce em sequência da Guerra da Coreia. Perante este conflito, o governo francês, representado por Monnet, convenceu-se que a melhor maneira para evitar o renascimento alemão era criar um exército europeu, com tropas francesas e de outros países.

⁹² SILVA, António Martins da, *História da Unificação Europeia. A integração comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p.64

⁹³ *Ibidem*, p.65

⁹⁴ VALÉRIO, Nuno, *História da União Europeia*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p.72

⁹⁵ SACCO, Marcello (Coord.), *História Universal. Vol.16 – Do Início ao Fim da Guerra Fria*, Novara, Planeta DeAgostini, 2005, p.375-376

Esta década ficou ainda marcada pela Conferência de Messina, em Junho de 1955 que teve por objetivo o alargamento do esquema de mercado comum experimentado para os setores do aço e do carvão na CECA ao conjunto da economia, em particular ao setor de ponta, com a utilização da energia atómica para fins pacíficos. Neste contexto surge o Comité Spaak que teve origem a partir do nome do Ministro dos Negócios Estrangeiros Belga, Paul-Henri Spaak. Deste Comité nasce o Relatório Spaak que serviu de apoio a uma Conferência Intergovernamental que reuniu em Bruxelas no ano de 1956.

Esta Conferência Intergovernamental serviu de apoio para um momento de enorme importância. Na cidade de Roma, no dia 25 de Março de 1957, foram assinados dois tratados, que entraram em vigor no dia 1 de Janeiro de 1958. Um deles criou a Comunidade Europeia de Energia Atómica – Euratom, e o outro criou a Comunidade Económica Europeia – CEE. Esta última tinha como inovação criar “uma união aduaneira, a livre circulação de bens, pessoas e capitais, a livre prestação de serviços e a introdução de regras comuns, nomeadamente em relação à concorrência, e políticas comuns, nomeadamente em relação à agricultura, às pescas e às questões sociais”⁹⁶. A Comunidade Económica Europeia apresentava como órgãos, a Comissão da CEE, o Conselho da CEE, o Comité Económico e Social. Por sua vez, a Comunidade Europeia de Energia Atómica apresentava como órgãos, a Comissão do Euratom, o Conselho da Euratom, o Comité Científico e Técnico. Tanto a CEE como a Euratom partilhavam com a CECA a Assembleia e o Tribunal de Justiça. No que diz respeito a organizações, é importante destacar o facto de no ano de 1960, OECE dar lugar à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – OCDE, onde pertenciam todos os países da anterior organização e onde se incluíram a Espanha, ainda em 1957, os Estados Unidos da América e o Canadá.

O Tratado de Roma, com o objetivo, em primeiro lugar da “eliminação dos obstáculos à livre circulação dos produtos industriais e agrícolas, dos serviços, das pessoas e dos capitais e, por isso, uma união aduaneira com um imposto comum”⁹⁷. Pretendia-se “uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus (...) mediante uma ação comum, o progresso económico e social dos seus países, eliminando as barreiras que

⁹⁶ VALÉRIO, Nuno, *História da União Europeia*, Lisboa, Editorial Presença, 2010, p.75

⁹⁷ SACCO, Marcello (Coord.), *História Universal. Vol.16 – Do Início ao Fim da Guerra Fria*, Novara, Planeta DeAgostini, 2005, p. 379

dividem a Europa" (Preâmbulo do Tratado de Roma). Pretendia-se ainda a criação de instrumentos de integração, que seriam o Banco Europeu de Investimentos, como objetivo de favorecer as regiões menos desenvolvidas e a modernização das empresas, o Fundo Social, que contribuiria para a formação e requalificação profissional suportadas por cada um dos Estados-membros, uma política agrícola comum desenvolvida para a manutenção de rendimentos dos produtores através do estabelecimento de preços, quer para favorecer a criação de empresas agrícolas mais rentáveis e harmonização das políticas económicas e sociais. Para além destas medidas, era proposto a criação do Euratom que deveria organizar o desenvolvimento comum do uso da energia atómica. A assinatura do Tratado de Roma e os seus êxitos ocorrem na sequência de uma conjuntura favorável, uma vez que se registou "um melhor entendimento nas relações franco-alemãs, a nomeação de um governo pró-europeu em França, um apoio americano à integração europeia mais discreto e mais hábil, o recrudescimento da tensão internacional"⁹⁸.

Até ao ano de 1969, realizou-se uma efetiva implementação da união aduaneira, tal como prevista com o Tratado de Roma. Aos poucos foram sendo abolidas as barreiras aduaneiras internas e estabelecida uma pauta exterior comum. Com este processo instaurou-se uma política comercial comum e uma política de concorrência comum. Surgem neste contexto também duas novas políticas, a política agrícola comum e a política das pescas comum.

⁹⁸ SILVA, António Martins da, *História da Unificação Europeia. A integração comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p.98

3.1. A POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

A Política Agrícola Comum é uma política contemplada no “Tratado de Roma, no título II da parte III, nos arts. 38.º a 47.º, actuais arts. 32.º a 38.º”⁹⁹, tendo como objetivo integrar o setor agrícola na união aduaneira e económica. Esta política nasce relacionada com o facto dos países membros da Comunidade Económica Europeia apresentarem diferentes potencialidades agrícolas, diferentes características das suas sociedades rurais e consequentemente políticas agrícolas distintas.

Uma vez registadas essas assimetrias, foram definidos dois objetivos básicos, “o objectivo de se promover uma agricultura eficiente e o objectivo de se assegurar o rendimento da população agrícola (mantendo-a no campo)”¹⁰⁰. Desta forma é possível concluir que a Política Agrícola Comum constituía uma parceria entre a agricultura e a sociedade, entre a Europa e os agricultores europeus, procurando uma melhor produtividade agrícola, para que os consumidores disponham de um abastecimento estável de alimentos a preços acessíveis e garantindo um nível de vida razoável aos agricultores da União Europeia. A garantia do abastecimento era crucial, uma vez que a Europa estava cada vez mais dependente das importações de outras regiões do mundo e apresentava no seu território grandes destruições relacionadas com os dois conflitos bélicos à escala mundial que ocorreram maioritariamente em território europeu.

Era necessário aumentar a eficácia da produção, no entanto, no ano de 1957, cerca de 20% do total da população ativa da ‘Europa dos seis’ estava ligada à agricultura. Era notório que se tinha de mudar algo, passando por uma deslocação de pessoas para outros setores, uma vez que se registava uma menor procura de produtos agrícolas. Comparando com as condições oferecidas noutras partes do globo, o continente europeu deixaria de produzir muitos produtos. Este facto deve-se relacionar com o preço de produção, uma vez que o custo das primeiras unidades seria muito superior aos preços dos bens importados. Assim, pode-se concluir que perante um mercado livre, nada seria produzido na

⁹⁹ Porto, Manuel Carlos Lopes, *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, Coimbra, Livraria Almedina, 2001, p.315

¹⁰⁰ *Ibidem*, p.316

Comunidade Económica Europeia, sendo necessário uma intervenção para evitar o abandono quase ou muitas vezes completo dos campos, o que originaria consequências pesadas a nível ambiental, social e político.

No que diz respeito ao assegurar do rendimento da população agrícola, optou-se por uma política suportada por três princípios essenciais. Um desses princípios passava pela unicidade do mercado. Este princípio tinha como apoio um mercado único para os produtores agrícolas. Neste mercado seria possível circular nos demais países como no seu próprio país, sem estarem sujeitos a discriminações, como por exemplo, consequências de regulamentações administrativas, veterinárias ou sanitárias.

Outro princípio consistia numa preferência comunitária. Numa situação de disputa de artigos importáveis, dava-se preferência à compra de produtos domésticos, ou seja, produzidos no interior da Comunidade. Para aplicar esta política, seria imposta uma tributação sobre a produção não europeia, o que o colocaria ao mesmo valor dos produtos produzidos internamente. A última política teria por base a solidariedade europeia. Nesta política o orçamento da União desempenhava um papel de relevo uma vez que cobria todos os seus custos, designadamente em compras de apoio, armazenamento dos produtos e subsídios à exportação.

A aplicação destes princípios permitiu a consolidação da Política Agrícola Comum ao longo dos anos, seguindo uma via protecionista. Essa via protecionista, que para além dos pontos positivos também registou alguns negativos, passou por sistema de garantia de preços, através do qual os produtores estão protegidos. Para além da fixação dos preços, na manutenção do rendimento dos agricultores, estes foram sendo fixados preços de garantia gradualmente elevados, muito acima dos preços mundiais.

Outra medida está relacionada com a preocupação de manutenção e até aumento da produção agrícola que levou à fixação de preços muito acima do preço de equilíbrio. Perante a colocação das produções assegurada a preços convidativos, os produtores continuam a expandir a sua produção, em muito maior medida do que o consumo. Esta situação provocou situações de grandes excedentes, como são os exemplos do açúcar, manteiga ou ovos. Por fim, em termos de desertificação dos campos, apesar da fuga das

peças, muitas mantiveram-se nos campos, trabalhando neles, não se conseguindo a eficácia desejável, com uma maior produtividade no trabalho.

É importante apontar que para os objetivos definidos inicialmente serem atingidos obrigou a pesadíssimos custos de distorção no consumo, ou seja, onde os consumidores eram forçados a comprar os bens mais caros. Se for feita uma comparação entre o preço dos alimentos na ausência da Política Agrícola Comum e o preço com esta política verificam-se diferenças. Sem Política Agrícola Comum, as famílias mais pobres gastariam com os produtos alimentares percentagens inferiores do seu orçamento. Para além disso, a subida dos preços dos bens agrícolas também causou transtorno e dificuldades aos produtores agrícolas que os transformam.

É ainda uma política com um custo orçamental muito elevado. Como forma de suportar estes custos que poderiam ser desastrosos, foi criado um fundo, designado de Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola, normalmente conhecido por FEOGA. Este fundo pode ser dividido em duas partes, o FEOGA-Garantia, relacionado com “a prossecução da política de preços com as compras de apoio, as despesas de armazenamento e os subsídios à exportação e o FEOGA-Orientação ao apoio à reestruturação do sector agrícola”¹⁰¹. O FEOGA-Garantia representa elevadas percentagens do orçamento comunitário: 91.7% em 1970.

Perante o que foi observado anteriormente, era notória a necessidade de uma reforma. O ano de 1984 marcou o início da reforma, visando a diminuição dos excedentes, com o estabelecimento de quotas. No ano de 1988 desenvolveu-se o primeiro sistema de pousio.

No entanto a reforma mais marcante nasceu pela mão da presidência portuguesa no ano de 1992, altura que os países se manifestavam contra o protecionismo seguido. Uma das alterações esteve relacionada com a redução dos preços de alguns produtos agrícolas. Por exemplo, os cereais baixaram cerca de 30% e a carne de bovino 15%. Esta medida teve impacto imediato, provocando a redução de excedentes.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.325

Para além dos preços, foram tomadas outras medidas estruturais que se tornavam necessárias. Uma delas deu continuidade ao que se verificou no ano de 1988, estabelecendo um mecanismo de pousio obrigatório. Outro objetivo passou por um estabelecimento de medidas para a reconversão de terrenos para a produção florestal. Existiu uma intenção de renovar a população agrícola, procurando o aparecimento de agricultores jovens. Assim, promoveu-se à reforma antecipada dos agricultores para a idade de 55 anos. Por fim, surgiram medidas relacionadas com o ambiente, procurando reduzir determinadas produções mais poluentes.

Apesar das medidas tomadas terem alcançado alguns frutos, não é possível afirmar que tenham atingido o objetivo final, ou seja, reduzir o enorme custo orçamental. Perante tal situação, foi necessário desenvolver uma nova reforma.

As bases desta nova reforma aparecem no ano de 1997, na Agenda 2000. Mais uma vez, verificou-se uma redução dos preços, novamente nos cereais e na carne bovina. Procurou-se aliviar o orçamento, no sentido do cofinanciamento pelos países. No entanto a França opôs-se a esta medida, ficando assim pelo caminho. Verificou-se ainda uma procura de desenvolvimento rural integrado, ligando assim a agricultura e a multifuncionalidade. Esta multifuncionalidade passa pela valorização de outras dimensões, como por exemplo a preservação do ambiente e do ordenamento do território.

Por sua vez, as Comunidades Europeias, iniciaram um processo de alargamento. A década de 70, mais concretamente no ano de 1973, registou a integração nas Comunidades Europeias da Irlanda, Grã-Bretanha e Dinamarca. A década de 80, especificamente, no ano de 1981, a Grécia e no ano de 1986, Portugal e a Espanha. No entanto estes dois processos de alargamento foram distintos. No que diz respeito ao primeiro alargamento, os países, com exceção da Irlanda, os candidatos eram altamente desenvolvidos e com regimes políticos democráticos estáveis. Por sua vez, o alargamento da Grécia, Portugal e Espanha, representava candidatos mediantemente desenvolvidos, com regimes políticos democráticos recém-estabelecidos.

Interessa explorar concretamente o caso português. Com o final da Segunda Guerra Mundial e derrota dos regimes totalitários houve uma necessidade de se manter um relacionamento comercial com países europeus, onde Portugal se apresentava, inserido

num regime fechado. É neste contexto que Salazar aceitou usufruir dos benefícios do Plano Marshall, integrar-se na OECE e membro da EFTA. Estas medidas surgiam como forma de evitar um isolamento internacional, numa altura em que o regime sofria duras críticas, principalmente ligadas com o problema colonial. Com esta entrada de Portugal no espaço europeu, revelou-se benéfica para a economia, havendo um aumento das exportações para a Europa Ocidental. Com o final do regime salazarista e consequente período do Marcelismo, a possível aproximação de Portugal com a Europa ganhou mais defensores, considerando-a benéfica para a economia e também permitiria recuperar prestígio político.

A implementação de um regime democrático no dia 25 de Abril de 1974 permitiu renovar ideias, tendo em vista um ‘novo país’, com Portugal inserido no contexto europeu. É na sequência deste contexto que Mário Soares, chefe do primeiro governo constitucional, iniciou a ligação europeia. A primeira dessas iniciativas ocorreu no dia 22 de Setembro do ano de 1976 com a entrada no Conselho da Europa e posteriormente, ainda no mesmo ano mas no mês de Setembro, aconteceu a assinatura dos Protocolos Adicionais ao Acordo de 1972. Através destes protocolos foi possível receber ajuda financeira. Por fim, no dia 28 de Março de 1977 foi realizado o pedido de adesão às Comunidades Europeias. O acordo de pré-adesão foi assinado dia 3 de Dezembro de 1980 e no dia 17 de Novembro de 1982, o Parlamento Europeu reiterou a sua vontade política de ver Portugal nas Comunidades Europeias. No entanto, no ano de 1978, foi apresentado pela Comissão Europeia um relatório, no qual, estavam apresentadas as principais insuficiências da agricultura portuguesa e consequentemente a elevada dependência das importações relacionadas com géneros alimentares.

Embora se pretendesse que a adesão de Portugal, juntamente com a Espanha se realizasse até 1984, o processo revelou-se mais demorado. Numa fase inicial, Portugal era visto através de uma dupla face. Se por um lado se registava uma receptividade favorável, também havia quem visse a adesão portuguesa com apreensão. Portugal teve que alterar a sua legislação, de modo que ficasse de acordo com os normativos comunitários. Esta alteração trazia problemas, uma vez que se verificava uma insuficiência estrutural e fragilidade de conjuntura, relacionada maioritariamente com fraco investimento e produção das indústrias tradicionais, tais como, o têxtil, calçado e agropecuário, em crise. Para além disso, haviam também dificuldades relacionadas com a estrutura socioeconómica

portuguesa, mais concretamente, com a herança colonial e consequente absorção dos retornados de guerra e um desequilíbrio regional, com assimetrias entre o litoral e interior.

Perante tal conjuntura, os membros das Comunidades Europeias dividiam-se em relação à adesão portuguesa. Por um lado, a França, Itália e Grécia receavam a concorrência de produtos mediterrâneos a preços mais baixos que os seus, por outro lado, os países nórdicos centravam as suas preocupações com a competitividade em setores industriais que Portugal desenvolvia, como é o caso da indústria têxtil, naval e siderúrgico. No entanto, era de facto o setor agrícola o mais sensível. Nesta altura, 22% da população ativa portuguesa estava ligado ao setor. Desta forma, as produções mediterrâneas, como era o caso do azeite, vinho, frutas e legumes, contribuiriam para agravar as despesas do FEOGA.

Apesar dos medos e receios dos estados membros, a Comissão Europeia avançou com planos de desenvolvimento com o objetivo da integração. Foi pedido a Portugal que “procedesse à sua reestruturação industrial e à gestão eficiente das empresas, reduzisse o défice da sua balança comercial e negociasse empréstimos com o Fundo Monetário Internacional – FMI”¹⁰². Foram no entanto lançadas medidas sociais que reduzissem o impacto da adesão. Foi também estabelecido um período de transição, entre sete a dez anos, onde se realizaria o reajustamento industrial e a convergência agrícola. Destaca-se neste parâmetro a aproximação dos preços agrícolas, planeamento das produções e das unidades produtivas, redução de quantidades a produzir, especialmente azeite e vinho, e também a modernização industrial. Perante tudo isto, Portugal assinou no dia 12 de Junho de 1985, na cidade de Lisboa o tratado de adesão, oito anos após ter apresentado o seu pedido de adesão. A entrada em vigor do tratado aconteceu no dia 1 de Janeiro de 1986, juntamente com a vizinha Espanha.

Pode considerar-se o chamado alargamento do Mediterrâneo um sucesso, no que diz respeito a desenvolvimento económico e estabilização política democrática. No entanto, os novos membros foram ajudados pelas Comunidades Europeias, principalmente através de apoio financeiro. Este apoio financeiro surgiu sob forma de ajudas de pré-adesão. Estas ajudas de pré-adesão tinham como objetivo facilitar a adaptação das

¹⁰² SILVA, António Martins da, *História da Unificação Europeia. A integração comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p.170

economias dos países candidatos a lidarem melhor com a concorrência comunitária. Para além das ajudas de pré-adesão, surgiram, posteriormente, sob forma de intensificação da política de coesão. Esta política de coesão usou como instrumentos os fundos estruturais, principalmente o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia, passou-se a usufruir da Política Agrícola Comum e consequentemente de políticas estruturais. O período entre 1986 e 1990, o país passou por uma adaptação de mercados aos objetivos comuns e também os direitos aduaneiros foram progressivamente excluídos com o objetivo de liberalizar o comércio.

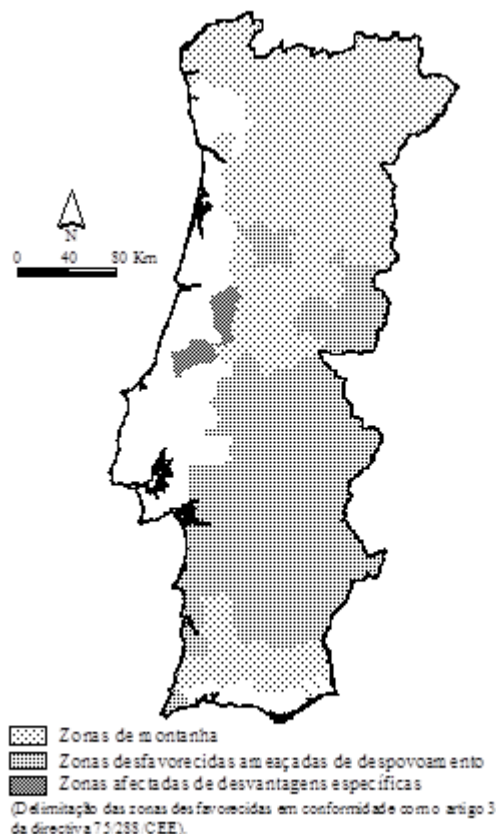
É possível, portanto, analisar a evolução da agricultura portuguesa, desde 1986 até aos nossos dias. É previsível e notório que a agricultura portuguesa, com a entrada do país na Comunidade sofreu alterações. Essas alterações registaram uma evolução que passou por um conjunto de mudanças sócio-estruturais, político-institucionais e técnico-económicas. Perante estas alterações ocorridas é possível dividir o período de tempo em três fases da evolução da aplicação da Política Agrícola Comum em Portugal.

A primeira fase corresponde ao período temporal entre os anos de 1984 e 1994, ou seja, aos primeiros anos da adesão portuguesa à Comunidade. Esta primeira fase teve como principais mudanças nas políticas agrícolas e macroeconómicas a “harmonização das políticas portuguesas e comunitárias de preços e mercados, através de dois tipos diferentes de transição (por etapas e clássica); aplicação de um Pacote Específico de Apoio à Agricultura Portuguesa (PEDAP) no montante de 700 milhões de ECU de apoio estrutural; integração da economia portuguesa no Mercado Único e no Sistema Monetário Europeu”¹⁰³. Uma das medidas mais relevantes deste processo passou pelo benefício de terras ‘desfavorecidas’. Uma vez que o país apresentava um elevado número de terras ‘desfavorecidas’, permitiu-lhe receber financiamento das medidas “zonas desfavorecidas” para o Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola. O objetivo desta diretiva é apoiar a agricultura. Pretende-se tornar as explorações viáveis, tanto do ponto de vista económico mas também existe o objetivo de assegurar a manutenção de determinadas densidades populacionais. É importante, neste momento salientar o facto de que os dois

¹⁰³ AVILLEZ, Francisco, *A Agricultura Portuguesa: Caminhos para um Crescimento Sustentável*, Cascais, Agro.Ges, 2014, p.15

municípios em estudo no próximo capítulo apresentam posições diferentes na figura 1, e consequentemente, não são definidas da mesma forma.

Figura 1 – Zonas desfavorecidas em Portugal continental, em conformidade com o artigo 3 da Directiva 75/268/CEE



A segunda fase decorreu entre o ano de 1994 e 2003, ou seja, entre a plena aplicação da Política Agrícola Comum de 1992 até ao final da aplicação da Agenda 2000. Esta segunda fase registou como principais mudanças “um desmantelamento parcial das medidas de suporte de preços de mercado, com a consequente aproximação entre os preços da UE e mundiais; uma introdução dos pagamentos ligados à produção por hectare de superfície cultivada e por cabeça de animal elegível; apoios estruturais e ambientais no âmbito do PAMAF (1994-1999) e do RURIS (2000-2006); uma entrada de Portugal na Zona Euro”¹⁰⁴.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p.15

A terceira e última fase pode-se marcar temporalmente o início no ano de 2003, seguindo até aos nossos dias. Esta fase da aplicação da Política Agrícola Comum em Portugal ficou marcada por “uma continuação do processo de desmantelamento das medidas de suporte de preços; um desligamento quase total dos pagamentos directos aos produtores, através da introdução do Regime de Pagamento Único (RPU); apoios estruturais e ambientais no contexto do PRODER (2007-2013)”¹⁰⁵.

Por sua vez, no que diz respeito à evolução do rendimento e do produto agrícolas, que é medido através do valor acrescentado bruto de fatores – VABcf, teve uma evolução favorável desde a adesão à Comunidade até aos dias de hoje. No entanto e um pouco à imagem do que se observou anteriormente, o comportamento do rendimento agrícola apresentou ritmos de crescimento distintos.

Tabela 1 – Taxa de Crescimento Médio Anual (%/Ano)

	Taxa de Crescimento Médio Anual (%/Ano)			
	1984-1994	1994-2003	2003-2012	1984-2012
Rendimento Agrícola [VABcf (P. Correntes)]	8.9	0.8	-1.2	3.0

Fonte: A agricultura Portuguesa: Caminhos para um Crescimento Sustentável

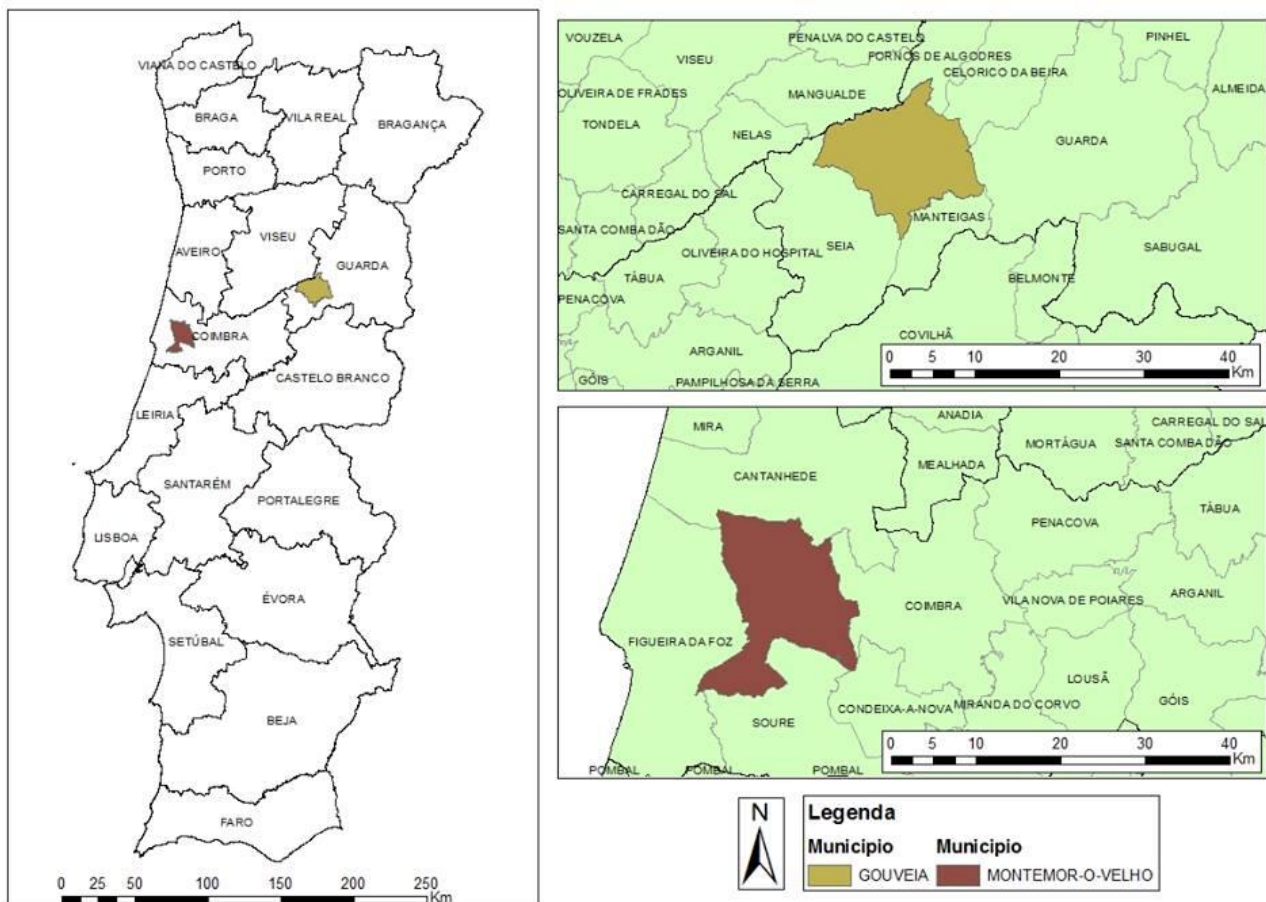
Através da observação da tabela 1 é possível constatar que numa primeira fase a taxa média de crescimento chegou quase aos 9%, na segunda registou-se um crescimento muito baixo em comparação ao período anterior e na última fase o crescimento foi mesmo negativo, dando uma média de 3%. Desta forma, é possível afirmar que o rendimento agrícola português apresentou valores elevados após adesão à Comunidade Europeia, mas que foi decrescendo até registar mesmo valores negativos.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p.15

4. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM ESTUDO

Neste capítulo serão caracterizados os municípios em estudo, mais concretamente, o município de Gouveia, distrito da Guarda, e o município de Montemor-o-Velho, distrito de Coimbra. Esta caracterização será o primeiro passo, para no subcapítulo seguinte, realizar uma análise comparativa de dados relacionados com a demografia e agricultura dos municípios em questão. Desta forma é pretendido estudar dois municípios distintos, com características diferentes. Assim, será possível aferir as assimetrias registadas e analisar algumas das medidas aplicadas através da PAC, no sentido de atenuar esses contrastes e valorizar as respetivas potencialidades.

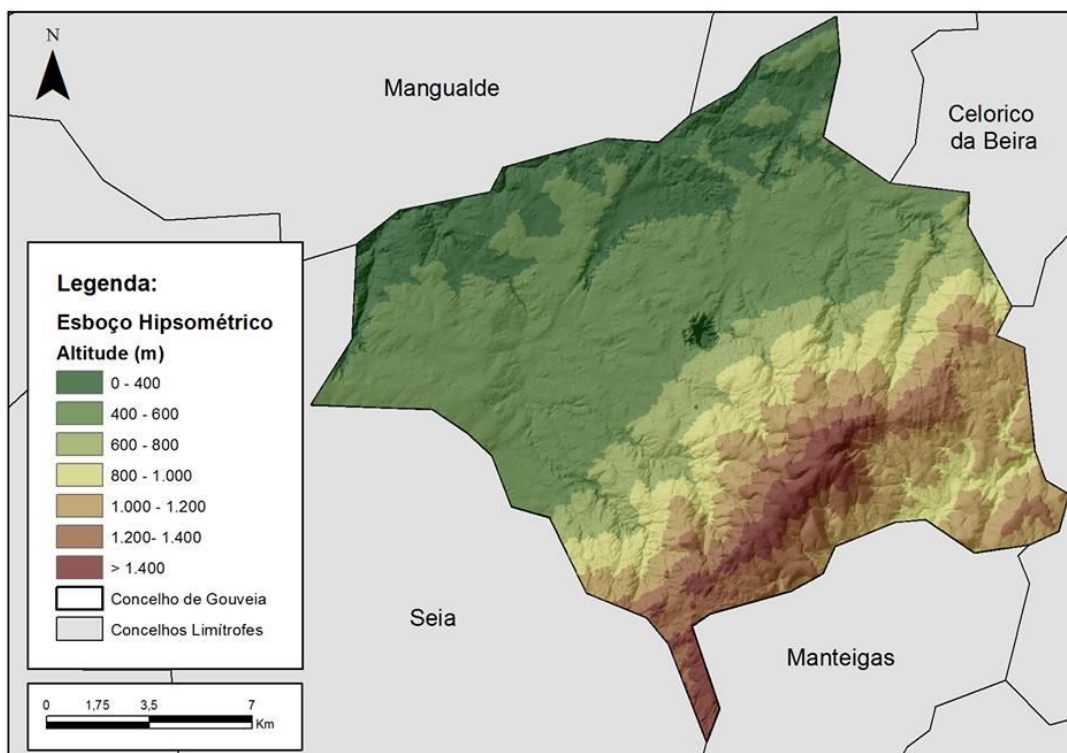
Figura 2 – Localização geográfica dos municípios em estudo



4.1.1. GOUVEIA

O município de Gouveia pertence ao distrito da Guarda, situado na NUT III – Serra da Estrela. Faz fronteira com os municípios de Seia, Manteigas, Fornos de Algodres, Celorico da Beira, Guarda e Mangualde. É constituído por 16 freguesias¹⁰⁶, que segundo os Censos de 2011, tem uma população residente de 14 046 habitantes. Em termos territoriais, apresenta uma área total aproximadamente de 300km². É possível concluir que Gouveia apresenta uma densidade populacional de aproximadamente 47 hab/km². No que diz respeito à estrutura etária, Gouveia é dominado por população em idade ativa, que representa 58,3% da população total, seguida dos idosos, com 31,2% e por último, os jovens, com apenas 10,5%.

Figura 3 – Esboço Hipsométrico do Município de Gouveia



¹⁰⁶ As freguesias que constituem o município de Gouveia são: Arcozelo, Cativeiros, Folgoso, Nespereira, Paços da Serra, Ribamondego, São Paio, União de Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra, União de Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra, União de Freguesias de Gouveia (São Pedro e São Julião), União de Freguesias de Melo e Nabais, União de Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó, União de Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos, Vila Cortês da Serra, Vila Franca da Serra e Vila Nova de Tazem.

No que diz respeito a caracterização física do município, à sua altimetria varia entre cotas dos 125 metros, junto do Rio Mondego a 1 620 metros, na cordilheira da Serra da Estrela, situado no Parque Natural da Serra da Estrela, mais concretamente na vertente Noroeste. Esta variação de altimetria permite uma grande variação a nível de vegetação e composição dos solos. Em termos hidrográficos, a rede hidrográfica do município é dominada pelo Rio Mondego, que também serve de limite natural a Noroeste. Para além do Mondego, existem inúmeras ribeiras espalhadas pelo concelho.

Em termos geomorfológicos, o município de Gouveia está inserido no flanco Noroeste do maciço da Serra da Estrela (região montanhosa a leste do município) e no planalto da Beira Alta (ocidente do município). Quanto à natureza geológica, o município de Gouveia apresenta duas unidades distintas, Complexo Xisto-Grauváquico Ante Ordovícico e graníticas (Granito das Beiras). Estas são cortadas por numerosos filões quartzosos, pegmatíticos e por vezes básicos.

Tabela 2 – Temperatura Média do Ar no Município de Gouveia (2012)

	Temperatura Média Anual		
	Média	Mínima	Máxima
	°C		
Gouveia	12.8	7.4	18.2

Fonte: www.ine.pt

Em termos de temperatura do ar relativamente ao ano de 2012, Gouveia apresenta um valor médio próximo dos 13°C, sendo que o valor mínimo é de 7.4°C e o valor máximo ligeiramente superior a 18°C.

Tabela 3 – Temperatura Média do Ar por Estação Meteorológica (2012)

	Mês Mais Quente			Mês mais frio				
	Designação	Média da Temperatura Mensal			Designação	Média da Temperatura Mensal		
		Média	Mínima	Máxima		Média	Mínima	Máxima
		°C				°C		
Manteigas/ Penhas Douradas	Agosto	18.1	13.1	23.2	Fevereiro	2.6	-1.6	7.2

Fonte: www.ine.pt

Para esta tabela foi utilizada a estação meteorológica mais próxima do município em estudo, ou seja, a estação meteorológica de Manteigas/Penhas Douradas.

Utilizando por base, os últimos dados disponíveis, relativos ao ano de 2012, é possível retirar da tabela que no município de Gouveia, Agosto é o mesmo mais quente do ano, com uma temperatura média de 18.1°C. No que diz respeito ao mês mais frio, este é Fevereiro, com este município a registar uma temperatura mínima de -1.6°C.

Tabela 4 – Precipitação Média por Estação Meteorológica (2012)

	Dias com chuva	Máxima Diária	Mês com Maior Precipitação		Mês com Menor Precipitação	
			Designação	Total	Designação	Total
	Nº	mm		mm		mm
Manteigas/ Penhas Douradas	117	89.9	Novembro	276.3	Fevereiro	2.8

Fonte: www.ine.pt

Mais uma vez, foi utilizada a estação meteorológica mais próxima do município em estudo e os dados mais recentes, relativos a 2012. Gouveia apresenta 117 dias com chuva

durante o ano, com a máxima diária a chegar muito próximo do 90mm. O mês de Novembro aparece como o mais chuvoso, enquanto no lugar oposto está Fevereiro.

Em termos de fauna, a diversidade da vegetação existente no município de Gouveia está relacionada com as variações de altitude, a natureza do solo, a exposição do terreno e as variações climáticas. Nas áreas com 1600 metros ou superior, domina o zimbro. Nas zonas entre os 900 e 1600 metros predomina o carvalho negral. Nas zonas situadas entre os 400 e os 900 metros verifica-se um predomínio das explorações agrícolas. Em termos de espécies animais, são dominantes “a raposa, o lobo, o javali, a lontra, a geneta, o texugo, a fuinha, o gato-bravo e a toupeira-de-água. Quanto aos répteis e anfíbios, chamam à atenção a sardanisca argelina e o sapo parteiro, bem como a lagartixa-de-montanha”¹⁰⁷.

No que diz respeito as zonas agrícolas, estas “ocupam cerca de 28 % da área do concelho, encontrando-se ocupadas por explorações agrícolas, constituídas essencialmente por vinhas, olivais, pousios, hortas familiares, prados e pastagens permanentes”¹⁰⁸.

¹⁰⁷ *Diagnóstico Social do Concelho de Gouveia – 2011*, p. 191

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 218

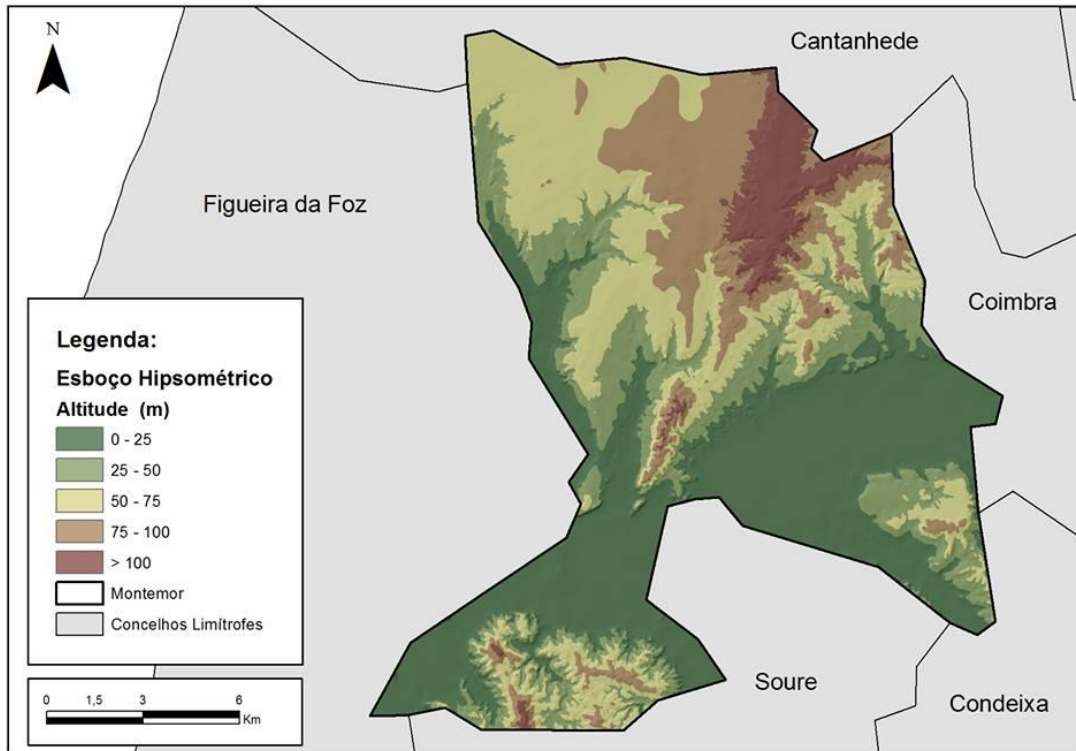
4.1.2. MONTEMOR-O-VELHO

O município de Montemor-o-Velho situa-se no distrito de Coimbra, situado na NUT III – Baixo Mondego. Faz fronteira com os municípios de Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz e Soure. É formado por 11 freguesias¹⁰⁹, tendo uma população residente de 26 173 habitantes, segundo dados dos censos realizados no ano de 2011. Em termos territoriais, apresenta uma área total de aproximadamente de 229km². Desta forma, é possível concluir que Montemor-o-Velho apresenta uma densidade populacional de aproximadamente 114hab/km². No que diz respeito à estrutura etária, este município é dominado por população em idade ativa, que representa 64,9% da população total, seguida dos idosos, com 22,4% e por último, os jovens, com apenas 12,7%.

O município de Montemor-o-Velho é atravessado pelo Rio Mondego que nasce na Serra da Estrela e tem a foz na cidade da Figueira da Foz. A maior parte do município apresenta altitudes entre os 50 e os 100 metros, normalmente sob formas de relevo aplanados e pouco cortadas por vales, com rochas arenosas e cascalhentas de fraca coesão. Na metade meridional estão presentes áreas planas com altitudes inferiores a 10 metros que correspondem à planície aluvial do Mondego. Esta planície chega a atingir quatro quilómetros de largura. A área próxima da colina do castelo apresenta altitudes um pouco superiores aos 100 metros, caracterizado por afloramentos calcários. Na região sul do Mondego, mais concretamente junto à freguesia de Verride, os calcários desenham uma paisagem maioritariamente planáltica.

¹⁰⁹ As freguesias que constituem o município de Montemor-o-Velho são: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs do Campo, Pereira, Santo Varão, Seixo dos Gatões, Tentúgal, União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova de Barca e União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões.

Figura 4 – Esboço Hipsométrico do Município de Montemor-o-Velho



No município de Montemor-o-Velho existe uma zona alagadiça que se estende aproximadamente por 50 hectares, conhecida por Paul do Taipal, onde habitam diversas espécies animais, como é o exemplo da carpa ou enguia. Existem ainda outras espécies animais como os patos, garças e galeirões.

Tabela 5 – Temperatura Média do Ar do Município de Montemor-o-Velho (2012)

	Temperatura Média Anual		
	Média	Mínima	Máxima
	°C		
Montemor-o-Velho	15.1	9.5	20.7

Fonte: www.ine.pt

Em termos de temperatura do ar relativamente ao ano de 2012, Montemor-o-Velho apresenta um valor médio ligeiramente superior a 15°C, o valor mínimo de 9.5°C e o valor máximo muito próximo dos 21°C.

Tabela 6 – Temperatura Média do Ar por Estação Meteorológica (2012)

	Mês Mais Quente			Mês mais frio				
	Designação	Média da Temperatura Mensal			Designação	Média da Temperatura Mensal		
		Média	Mínima	Máxima		Média	Mínima	Máxima
		°C				°C		
Coimbra	Setembro	22.4	16.3	28.5	Fevereiro	9.0	3.5	14.0

Fonte: www.ine.pt

Para esta tabela foi utilizada a estação meteorológica mais próxima do município em estudo, ou seja, a estação meteorológica de Coimbra para analisar o caso de Montemor-o-Velho.

Utilizando por base, os últimos dados disponíveis, relativos ao ano de 2012, é possível retirar da tabela que em Montemor-o-Velho, o mês mais quente é Setembro, registando uma temperatura máxima de 28.5°C. No que diz respeito ao mês mais frio, é Fevereiro, com Montemor-o-Velho a regista uma temperatura média de 9°C.

Tabela 7 – Precipitação Média por Estação Meteorológica (2012)

	Dias com chuva	Máxima Diária	Mês com Maior Precipitação		Mês com Menor Precipitação	
			Designação	Total	Designação	Total
	Nº	mm		mm		mm
Coimbra/Cernache	131	31.6	Outubro	121.2	Julho	4.0

Fonte: www.ine.pt

Mais uma vez, foi utilizada a estação meteorológica mais próxima do município em estudo e os dados mais recentes, relativos a 2012. Montemor-o-Velho apresenta 131 dias com chuva durante o ano, com a máxima diária de 31.6mm. O mês de Outubro surge como o mais chuvoso, enquanto no lugar oposto está Julho.

4.2. ANÁLISE COMPARATIVA

A análise comparativa que se segue tem por objetivo relacionar dados entre os municípios em estudo, Gouveia e Montemor-o-Velho. Esta análise passará por análise de dados ligados com a demografia e atividade agrícola. Esta análise tem como fim detetar as semelhanças e as assimetrias entre os municípios em estudo.

Como já foi exposto anteriormente, Gouveia é um município que pertence ao distrito da Guarda e à unidade territorial estatística da Serra da Estrela. A esta NUT pertencem ainda os municípios de Seia e Fornos de Algodres. Por sua vez, Montemor-o-Velho, situado no distrito de Coimbra, está inserido na unidade territorial estatística do Baixo Mondego, juntamente com Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Mortágua, Penacova e Soure.

Tabela 8 – Área e Altimetria (2012)

	Área	Altitude	
		Máximo	Mínimo
	Km ²	m	
Gouveia	300.61	1 619	250
Montemor-o-Velho	228.96	125	2

Fonte: www.ine.pt

A tabela 8 permite comparar dados estatísticos relacionados com características físicas dos municípios em estudo. No que diz respeito à área de cada um deles, Gouveia apresenta uma área superior a Montemor-o-Velho, embora essa superioridade não seja muito relevante. As maiores discrepâncias verificam-se em termos de altitude. A altimetria máxima atingida pelo município de Gouveia é de 1 619 metros, contrastando claramente com 125 metros de Montemor-o-Velho. A altimetria mínima também regista um contraste, embora não seja tão evidente, com Gouveia a registar um mínimo de 250 metros e Montemor-o-Velho apenas 2 metros.

Tabela 9 – População Residente por Município (1991, 2001 e 2011)

	1991	2001	2011	Varição População 1991/2011 (%)
Gouveia	17 318	15 983	13 892	-20%
Montemor-o-Velho	26 426	25 632	26 138	-2%

Fonte: www.ine.pt

A tabela 9 permite realizar uma análise da população residente por município no ano de 1991, 2001 e no ano de 2011. É possível tirar algumas conclusões através da análise da tabela. Relativamente a Gouveia, este município apresenta desde 1991 até 2011 um declínio e perda populacional. Por sua vez, Montemor-o-Velho, embora tenha registado uma leve descida do número da população residente no ano de 2001, voltou a recuperar no ano de 2011. Comparativamente, Gouveia nunca conseguiu apresentar números tão elevados quanto Montemor-o-Velho, embora apresente uma área superior, como foi analisado anteriormente. Em termos da variação da população entre o ano de 1991 e 2011, os municípios em estudo apresentam, diferenças. Gouveia perdeu 20% da sua população enquanto Montemor-o-Velho apenas perdeu 2%.

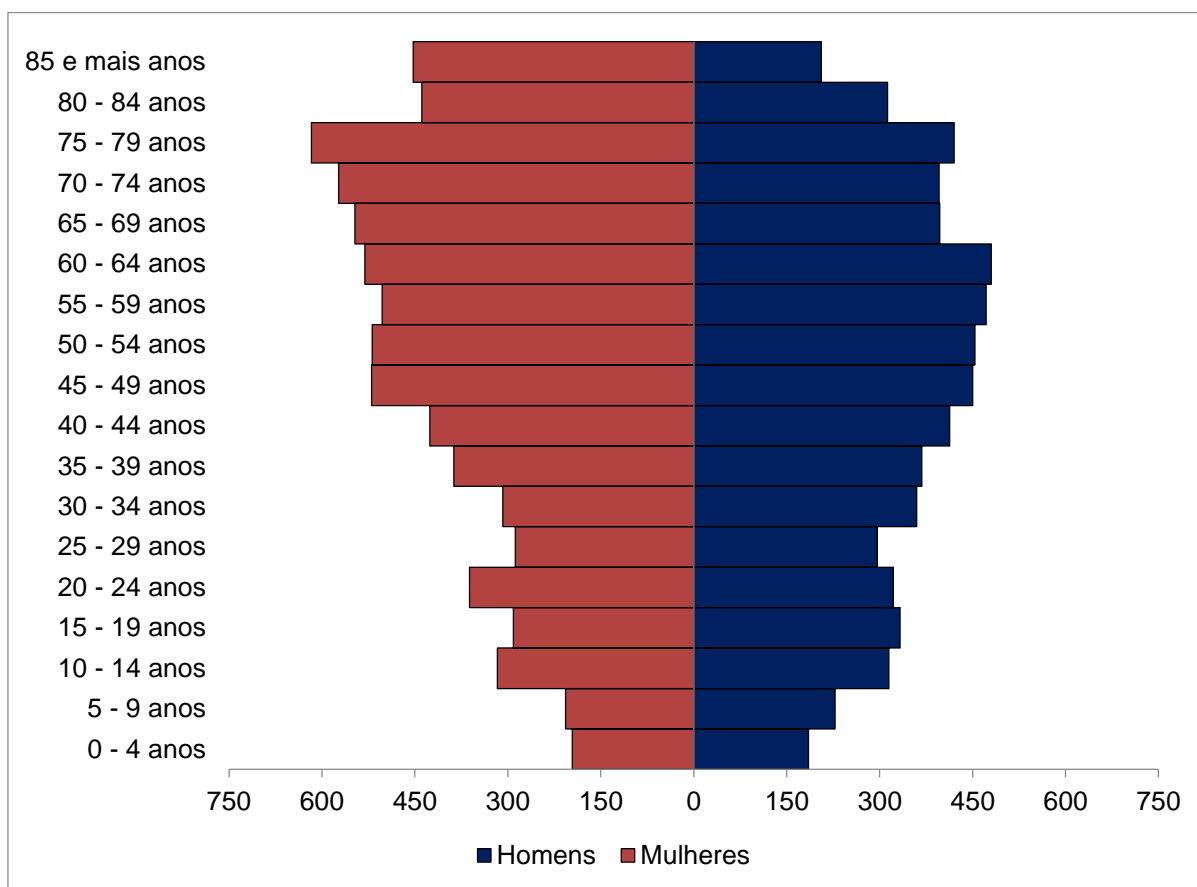
Tabela 10 – População Residente por Município e Sexo (1991, 2001 e 2011)

	1991		2001		2011	
	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.
Gouveia	8 163	9 155	7 500	8 483	6 408	7 484
Montemor-o-Velho	12 757	13 669	12 414	13 218	12 569	13 569

Fonte: www.ine.pt

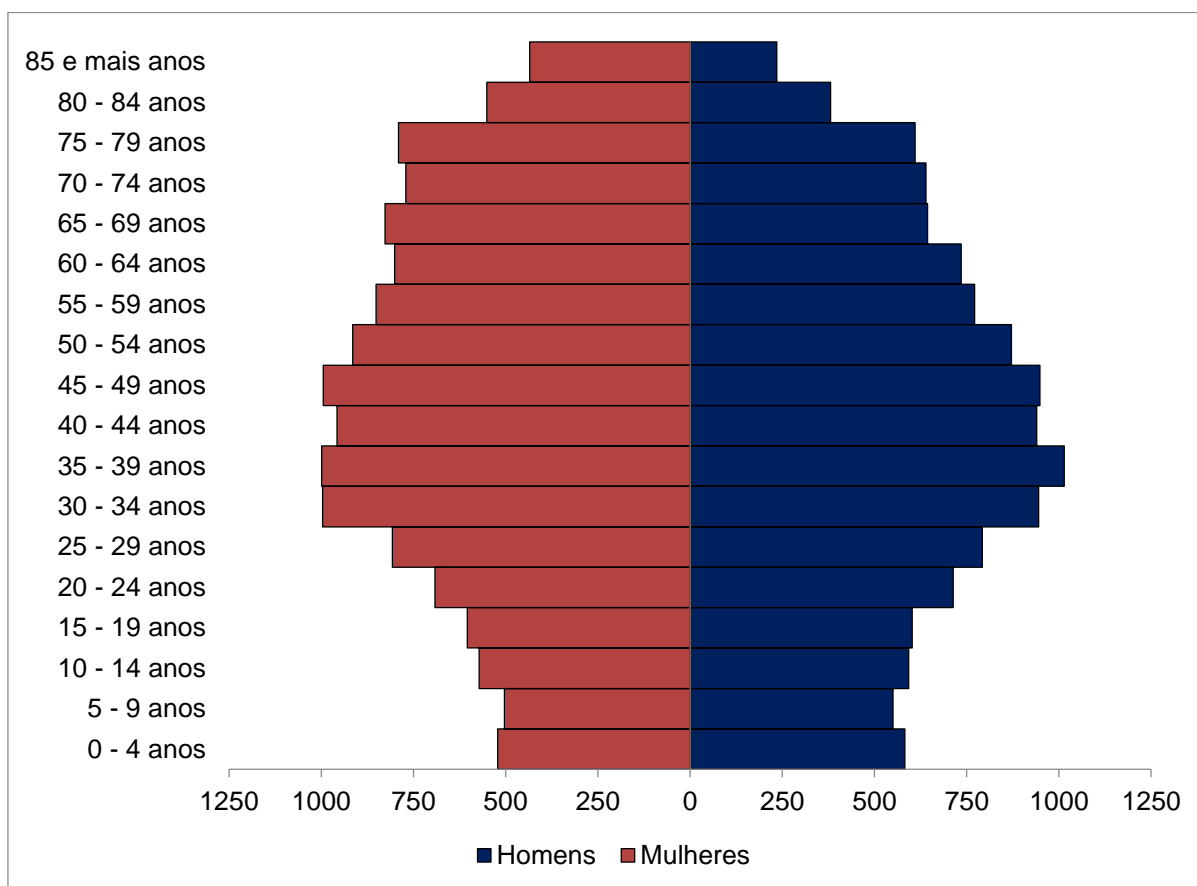
A tabela 10 permite fazer uma análise mais detalhada da população residente em cada município em estudo, comparando o sexo masculino com o sexo feminino. Os municípios em estudo têm em comum que em todos os anos registou-se um número superior de mulheres em relação aos homens. Foi o ano de 2001 que registou a maior aproximação entre elementos do sexo masculino e feminino.

Figura 5 – Pirâmide Etária no Município de Gouveia (2011)



Através da análise da pirâmide etária de Gouveia, relativamente ao ano de 2011 é possível concluir que este município apresenta uma população extremamente envelhecida. Esta conclusão é fruto de uma observação da pirâmide etária do município de Gouveia em que a base se apresenta estreita e regista um elevado número de população idosa. Esta base estreita surge em consequência da redução do número de nascimentos mas também do aumento da esperança média de vida. Para além disso, é possível verificar que no topo da pirâmide etária, o número de mulheres é bastante superior ao número de homens. Este facto acontece em toda a pirâmide mas no que diz respeito aos idosos torna-se mais evidente.

Figura 6 – Pirâmide Etária no Município de Montemor-o-Velho (2011)



Por sua vez, Montemor-o-Velho, também apresenta uma pirâmide etária envelhecida. No entanto não apresenta um topo tão acentuado quanto Gouveia. Facto em comum com Gouveia, o topo da pirâmide apresenta um número superior de mulheres em relação a homens. No sentido inverso, a base de Montemor-o-Velho é mais larga do que a de Gouveia, o que representa um número mais elevado de jovens.

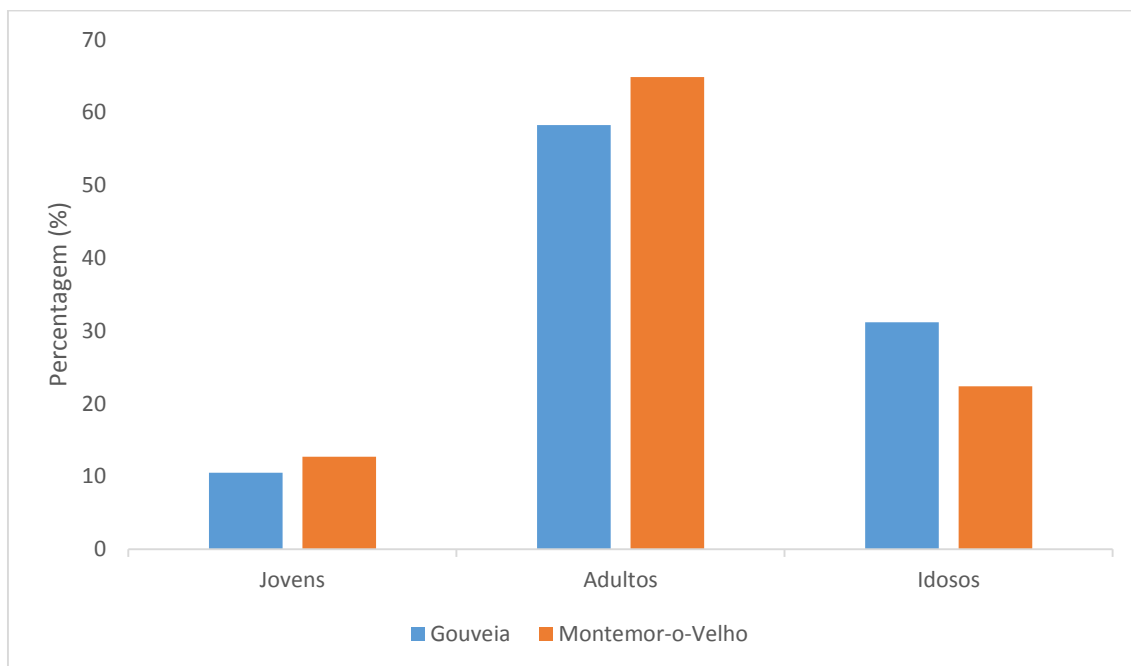
Tabela 11 - Indicadores Comparativos entre Município (2011)

	2011	
	Gouveia (Município)	Montemor-o-Velho (Município)
População Residente	13 892	26 138
Densidade Populacional (km²)	46.6	114.3
Jovens (%)	10.5	12.7
Adultos (%)	58.3	64.9
Idosos (%)	31.2	22.4

Fonte: www.pordata.pt

A tabela 11 tem por objetivo realizar uma análise comparativa de dados demográficos relacionados com os municípios em estudo. Em termos de população residente, Montemor-o-Velho apresenta números duas vezes superiores a Gouveia. Em relação à densidade populacional, Gouveia apresenta valores muito inferiores a Montemor-o-Velho. Esta situação explica-se, uma vez que Gouveia tem uma área superior e uma população residente inferior a Montemor-o-Velho. Assim, Gouveia apresenta uma densidade populacional muito inferior à média nacional.

Figura 7 – Estrutura Etária por Município (2011)



Este gráfico surge como auxiliar das pirâmides etárias, uma vez que permite realizar uma análise através de três grandes grupos. Na análise da estrutura etária é possível dividir a população em jovens, com idades inferiores a quinze anos, os adultos ou população ativa, com idade compreendidas entre os quinze e os sessenta e quatro anos. Por fim, os idosos, com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos. Nos municípios em estudo, existe um ponto em comum, os adultos são os que representam maior percentagem, seguido dos idosos e por último, os jovens. Gouveia apresenta menor percentagem de jovens e adultos que Montemor-o-Velho. Por sua vez, Montemor-o-Velho regista uma percentagem mais reduzida de idosos em relação a Gouveia.

Tabela 12 – População Ativa, Empregada por Setor de Atividade e Taxa de Emprego e Desemprego (2011)

	2011	
	Gouveia	Montemor-o-Velho
População Ativa	5235	12191
Taxa de Emprego (%)	35.6	48.2
População Empregada no Setor Primário (%)	7.7	6.3
População Empregada no Setor Secundário (%)	22.7	25.6
População Empregada no Setor Terciário (%)	69.6	68.2
Taxa de Desemprego (%)	14.6	10

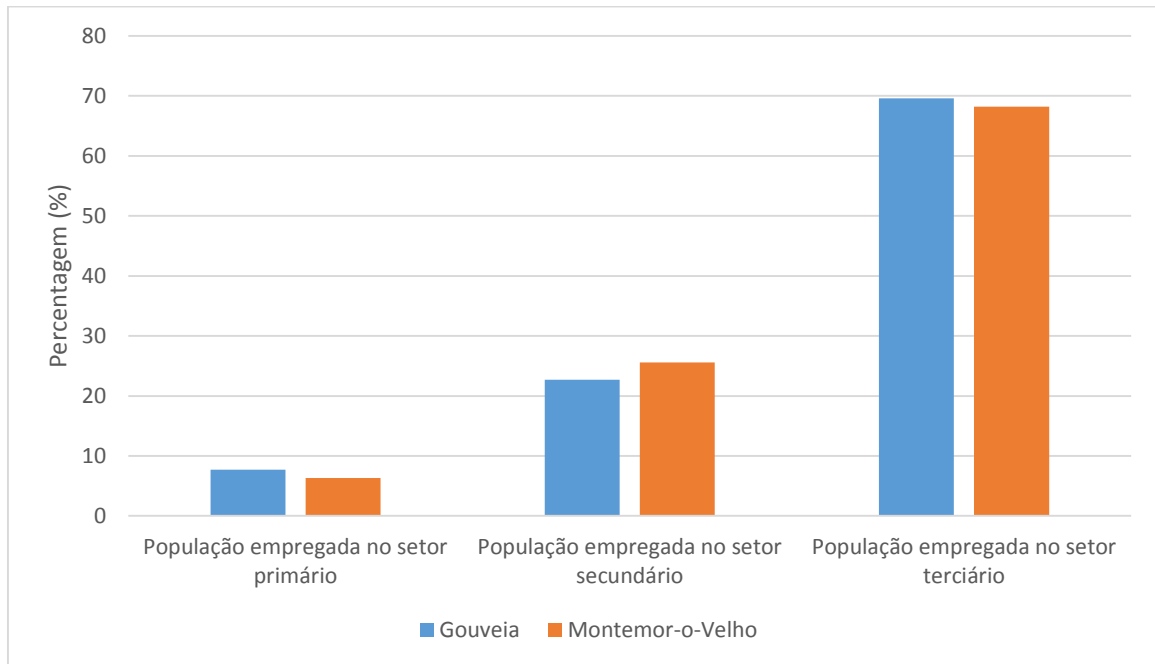
Fonte: www.pordata.pt

Entende-se por população ativa o somatório da população empregada, juntamente com a população desempregada. A população ativa em Gouveia é superior a 5000 indivíduos enquanto em Montemor-o-Velho é superior a 12000, o que representa mais do dobro observado no concelho da Serra da Estrela, em análise.

Em termos de taxa de emprego, esta corresponde à população empregada por cada 100 indivíduos com idade igual ou superior a quinze anos. Sendo a média nacional de 48.5%, Gouveia apresenta valores inferiores, sendo que fica a doze pontos percentuais dela. Por sua vez, Montemor-o-Velho está dentro do valor padrão.

Em posição inversa, a taxa de desemprego representa a população desempregada por 100 ativos. Neste parâmetro registam-se diferenças. Sendo o valor médio nacional de 13.2%, a taxa de desemprego em Gouveia é superior, já Montemor-o-Velho apresentam valores inferiores à média.

Figura 8 – Distribuição da População por Setor de Atividade e Município (2011)



A Figura 8 representa a população empregada dividida por setores. Neste parâmetro, os municípios em estudo seguem o mesmo caminho. Assim sendo, o setor que emprega mais indivíduos é o terciário, seguido pelo setor secundário, estando em último posto, o setor primário. Realizando uma análise mais profunda é possível afirmar que Gouveia emprega mais indivíduos no setor primário e terciário do que Montemor-o-Velho. Por sua vez, Montemor-o-Velho emprega mais indivíduos no setor secundário do que Gouveia.

Tabela 13 – Total de Explorações Agrícolas (1989-2009)

	Explorações Agrícolas		Variação (%)
	Total		
	1989	2009	
Gouveia	1 861	1 246	-34%
Montemor-o-Velho	4 044	1 832	-55%

Fonte: www.pordata.pt

Exploração agrícola pode ser definida como uma unidade técnico-económica que utiliza fatores de produção comuns, tais como: mão-de-obra, máquinas, instalações, terrenos, entre outros. Deve satisfazer obrigatoriamente as quatro condições: produzir produtos agrícolas ou manter em boas condições agrícolas e ambientais as terras que já não são utilizadas para fins produtivos; atingir ou ultrapassar uma certa dimensão (área, número de animais); estar submetida a uma gestão única; estar localizada num local bem determinado e identificável.

Através de uma análise comparativa espacial e temporalmente é possível retirar algumas conclusões. Em termos espaciais, Gouveia apresenta um número de explorações muito inferior a Montemor-o-Velho. Essa diferença assinalável, tanto é visível no ano de 1989 como no ano de 2009. Em termos temporais, é possível afirmar que em Gouveia e em Montemor-o-Velho, o total de explorações agrícola diminuiu em todos os casos. Outra conclusão que é possível retirar da análise da tabela é que entre o ano de 1989 e 2009, Gouveia perdeu 34% das suas explorações agrícolas enquanto Montemor-o-Velho perdeu 55%.

Tabela 14 – Número de Explorações Agrícolas por Área (hectares) (1989-2009)

	< 1ha		1-<5ha		5-<20ha		20-<50ha		≥50ha	
	1989	2009	1989	2009	1989	2009	1989	2009	1989	2009
Gouveia	580	358	1038	666	207	146	27	48	8	27
Montemor-o-Velho	1424	387	2252	1065	307	284	44	68	9	17

Fonte: www.pordata.pt

Através da análise temporal das explorações agrícolas por área, representada em hectares, é possível afirmar que do período de 1989 para 2009, as explorações inferiores a um hectare até vinte hectares reduziram-se. Em contrapartida, as explorações de vinte hectares e superiores foram aumentando. Esta conclusão aplica-se ao nível dos municípios estudados. Em relação ao número de explorações dos municípios, essas continuam a existir com superioridade em Montemor-o-Velho. É possível ainda concluir que no município de Gouveia, tal como no município de Montemor-o-Velho, nos anos de 1989 e 2009, as explorações agrícolas mais representativas são aquelas com dimensões entre um hectare e inferiores a cinco hectares.

Tabela 15 – Superfície Agrícola Utilizada em Hectares (1989-2009)

	Superfície Agrícola		% Superfície Agrícola em relação à área do município	
	Total		1989	2009
	1989	2009		
Gouveia	5815	6648	19.34	22.11
Montemor-o-Velho	10086	8447	44.05	36.89

Fonte: www.pordata.pt

A superfície agrícola utilizada consiste numa superfície da exploração que inclui terras aráveis, hortas familiares, culturas permanentes e pastagens permanentes. Em termos de superfície agrícola utilizada, entre o ano de 1989 e 2009, Gouveia registou um ligeiro

aumento. Olhando para Montemor-o-Velho, verificou-se o inverso. Apesar do aumento, tanto em 1989 como em 2009, Gouveia continua a registar uma menor superfície utilizada em comparação com Montemor-o-Velho. Em termos da percentagem da superfície agrícola em relação à área total do município em questão, tanto Gouveia apresenta um aumento de percentagem enquanto Montemor-o-Velho regista uma redução dessa percentagem.

Tabela 16 – Mão-de-obra Agrícola por Localização Geográfica (1989-2009)

	Mão-de-obra agrícola		Variação (%)
	Total		
	1989	2009	
Gouveia	4343	2787	-36%
Montemor-o-Velho	10358	4562	-56%

Fonte: www.ine.pt

A mão-de-obra entre 1989 e 2009 diminuiu nas duas áreas de estudo, no entanto será importante destacar Montemor-o-Velho, que num período de vinte anos, perdeu mais de metade da sua mão-de-obra agrícola. No entanto, nos dois períodos em estudo, o município do distrito de Coimbra apresenta maior número de mão-de-obra agrícola do que o município do distrito da Guarda. Estas perdas, traduzidas em percentagem, representam 36% para o município de Gouveia e 56% para Montemor-o-Velho.

**Tabela 17 – Mão-de-obra Agrícola por Localização Geográfica e Grupo Etário
(1989-2009)**

	Gouveia			Montemor-o-Velho		
	1989	2009	Variação (%)	1989	2009	Variação (%)
15-24 anos	11	4	-64%	17	3	-82%
25-34 anos	21	34	61%	20	48	140%
35-44 anos	40	50	25%	21	59	181%
45-54 anos	66	29	-56%	23	62	169%
55-64 anos	62	20	-68%	17	27	58%
65 e mais anos	17	12	-29%	2	2	0%

Fonte: www.ine.pt

Através da análise da tabela 17 é possível concluir que entre os anos de 1989 e 2009 Gouveia apresenta um rejuvenescimento da mão-de-obra agrícola enquanto Montemor-o-Velho mantém os valores entre os dois períodos em análise.

No município de Gouveia, no ano de 1989, o grupo etário dominante era entre 45 e 54 anos. Por sua vez, em 2009, domina o grupo etário entre 35 e 44 anos. No que diz respeito à variação, esta foi mais elevada entre os 25 e 34 anos, registando-se uma variação de 61%.

No município de Montemor-o-Velho, no ano de 1989 e 2009, o grupo etário dominante é aquele entre os 45 e 54 anos de idade. No entanto, a maior variação verifica-se entre os 35 e 44 anos, registando-se uma variação de 181%.

Tabela 18 – Número de Explorações Agrícolas com Cultura Permanente por Localização Geográfica e Tipo

		Gouveia	Montemor-o-Velho
1989	Frutos Frescos	229	234
	Citrios	2	398
	Frutos subtropicais	-	3
	Frutos de casca rija	35	4
	Olivais	1456	396
	Vinha	1676	2093
2009	Frutos Frescos	153	62
	Citrios	19	90
	Frutos subtropicais	1	9
	Frutos de casca rija	120	10
	Olivais	1082	268
	Vinha	787	566

Fonte: www.ine.pt

As culturas permanentes definem-se com culturas não integradas em rotação, com exclusão das pastagens permanentes. São culturas que ocupam as terras por cinco ou mais anos e dão origem a várias colheitas e que apresentam uma determinada densidade de plantação.

Das culturas permanentes localizadas na área de estudo, é possível afirmar que em Gouveia as culturas permanentes dominantes, tanto em 1989 como em 2009, são os olivais e a vinha. No caso de Montemor-o-Velho, no ano de 1989 dominam as vinhas, olivais e citrios, no entanto, todos perderam importância nos dados referentes ao ano de 2009. Em ambos os municípios a cultura menos representativa são os frutos subtropicais.

Tabela 19 – Número de Explorações Agrícolas com Culturas Temporárias por Localização Geográfica e Tipo

		Gouveia	Montemor-o-Velho
1989	Cereais para Grão	1277	3694
	Prados Temporários	95	76
	Culturas Forrageiras	929	3134
	Batata	1578	3027
	Culturas Hortícolas	55	80
2009	Cereais para Grão	378	1339
	Prados Temporários	36	22
	Culturas Forrageiras	491	1124
	Batata	725	197
	Culturas Hortícolas	35	133

Fonte: www.ine.pt

As culturas temporárias são culturas cujo ciclo vegetativo não excede um ano e as que ocupam as terras num período inferior a cinco anos.

Das culturas temporárias localizadas na área de estudo, em Gouveia no ano de 1989 dominavam os cereais para grão e batata. No ano de 2009, a batata manteve-se, juntando-se a ela as culturas forrageiras. De salientar que de 1989 para 2009 registou-se uma descida de produção de todas as culturas temporárias em análise.

Em Montemor-o-Velho tanto em 1989 como em 2009 as culturas temporárias dominantes eram os cereais para grão e as culturas forrageiras, ou seja, prados temporários semeados ou espontâneos, para corte e/ou pastoreiro. De salientar ainda o aumento registado em relação às culturas hortícolas.

Tabela 20 – Regime de Pagamento Único (2007-2011)

	Regime de Pagamento Único			
	2007		2011	
	Beneficiários Pagos (nº)	Montante Pago (Milhares de €)	Beneficiários Pagos (nº)	Montante Pago (Milhares de €)
Gouveia	899	264	762	480
Montemor-o-Velho	2 106	4 660	1 836	4 414

Fonte: <http://www.ifap.min-agricultura.pt/>

O Regime de Pagamento Único é um regime de apoio aos agricultores. Este regime tem por objetivo o desligamento parcial ou total da produção e que substitui parcial ou totalmente os apoios diretos concedidos anteriormente ao abrigo de vários regimes, nomeadamente ajuda às culturas arvenses, arroz, leguminosas para grão, forragens secas, lúpulo, extensificação, bovinos machos, abate de bovinos adultos, ovinos e caprinos e prémios complementares desde 2005, azeite e azeitona de mesa, tabaco, algodão e açúcar desde 2006, leite e banana desde 2007, frutas e hortícolas desde 2008, prémio ao arranque da vinha (integrado entre 2010 e 2012), prémio ao abate de bovinos adultos, prémio ao abate de vitelos, pagamento transitório ao tomate para transformação, ajuda às sementes, ajuda à transformação de forragens secas, pagamento específico para o arroz e pagamento por superfície para os frutos de casca rija, integrados em 2012. As Regiões Autónomas estão excluídas do Regime de Pagamento Único.

Através da observação da tabela 20 é possível concluir que os municípios em estudo apresentam realidades distintas. Tanto no número de beneficiários pagos como no montante pago, os valores são extremamente superiores no município de Montemor-o-Velho. Em termos temporais no município de Gouveia, os beneficiários pagos diminuíram enquanto o montante pago aumentou consideravelmente. Em Montemor-o-Velho, ambos os indicadores viram os seus valores reduzidos no período de 2007-2011.

Tabela 21 – Prémio Específico para o Arroz (2007-2011)

	Prémio Específico para o Arroz			
	2007		2011	
	Beneficiários Pagos (nº)	Montante Pago (Milhares de €)	Beneficiários Pagos (nº)	Montante Pago (Milhares de €)
Montemor-o-Velho	224	673	189	512,81

Fonte: <http://www.ifap.min-agricultura.pt/>

Os campos de arroz marcam a paisagem de Montemor-o-Velho. Desta feita o município usufrui do Prémio Específico para o Arroz. O Prémio Específico para o Arroz está inserido no regime de apoio prestado pela Política Agrícola Comum. Esta medida não é aplicada ao município de Gouveia, uma vez que este não apresentava produção da cultura referida anteriormente.

Na sequência da análise da tabela 21 é possível concluir que no ano de 2007 o município de Montemor-o-Velho apresentou 224 beneficiários pagos e recebeu cerca de 673 de milhares de euros. Comparativamente com o ano de 2011, o município em estudo viu reduzir o número de beneficiários como também o montante pago.

Tabela 22 – Prémio por Ovelha e por Cabra (2007)

	Prémio por Ovelha e por Cabra					
	Beneficiários Pagos (nº)	Animais Pagos				Montante Pago (Milhares de €)
		Ovelha Carne	Ovelha Leite	Cabras	Total	
Gouveia	94	316	7 126	529	7971	64
Montemor-o-Velho	48	961	1 579	102	2642	23

Fonte: <http://www.ifap.min-agricultura.pt/>

O prémio por ovelha e por cabra é atribuído sob a forma de um pagamento anual por animal elegível, por ano civil por produtor, até ao número de direitos que o produtor detém nesse ano. O número de direito não é um fator limitativo do número de animais na exploração. Apenas atua como limite de animais para os quais o prémio é atribuído.

Numa comparação dos dados de 2007, é possível afirmar que o número de beneficiários pagos e o valor pago é superior no município de Gouveia. No que diz respeito a animais pagos, Montemor-o-Velho regista superioridade na carne de ovelha enquanto Gouveia apresenta valores mais elevados em relação às cabras e valores extremamente superiores em relação ao leite de ovelha. As diferenças também surgem no valor total de animais pagos, com o município da Serra da Estrela apresentar superioridade em relação ao município do Baixo Mondego. É possível concluir que o prémio por ovelha e por cabra tem mais expressão em Gouveia do que em Montemor-o-Velho.

Tabela 23 – Pagamentos Complementares à Manutenção de Raças Autóctones (2007)

	Pagamentos Complementares à Manutenção de Raças Autóctones – Ovinos e Caprinos		
	2007		
	Beneficiários Pagos (nº)	Animais Pagos (nº)	Montante Pago (Milhares de €)
Gouveia	19	1 641	10

Fonte: <http://www.ifap.min-agricultura.pt/>

O Pagamento Complementar à Manutenção de Raças Autóctones tem por objetivo apoiar a manutenção de sistemas agropecuários baseados em raças autóctones bem adaptadas às condições edafoclimáticas locais. Desta forma pretende-se assegurar a prevenção de um património genético relevante. Este pagamento é atribuído de forma anual às fêmeas exploradas em linha pura. Estas fêmeas têm ainda que estar no livro de adultos até ao dia 1 de Junho de cada ano.

Dentro das raças autóctones inserem-se as vacas, as ovelhas e as cabras. O município de Montemor-o-Velho não apresenta qualquer registo destas raças enquanto no município de Gouveia surgem cabras e ovelhas.

O pagamento complementar ao prémio por ovelha e cabra é atribuída apenas às fêmeas de raça autóctones, exploradas em linha pura e inscritas no livro de adultos como reprodutoras da raça. Para além disso, têm ainda que ter parido nos 18 meses anteriores. As raças elegíveis para estes pagamentos são as raças ovinas da Serra da Estrela e Churra da Terra Quente. Dentro da raça caprina, são elegíveis as serranas.

Neste contexto, o município de Gouveia apresentou no ano de 2007, 19 beneficiários pagos e recebeu 10 milhares de euros. Apresenta como número total de animais pagos 1 641.

Em conclusão, os municípios em estudo apresentam áreas semelhantes. No que diz respeito a altimetrias, Gouveia apresenta-as superiores a Montemor-o-Velho.

Em termos populacionais, Montemor-o-Velho apresenta mais população residente, no entanto ambos os municípios têm vindo a perder população embora essa perda seja mais

evidente no município da Serra da Estrela. Relativamente aos sexos, o feminino domina em ambos os municípios. Através de uma análise repartida da população em jovens, adultos e idosos, os adultos dominam nos dois municípios, no entanto, Montemor-o-Velho têm maior número de jovens, enquanto inversamente, Gouveia têm maior número de idosos. Em termos de emprego, Gouveia apresenta maior número de desempregados. No que diz respeito ao emprego, a população de ambos os municípios centra-se no setor terciário.

No que diz respeito as explorações agrícolas e sua evolução, estas encontram-se em maior número no município do Baixo Mondego. No entanto entre 1989 e 2009, Montemor-o-Velho registou uma maior perda destas em relação a Gouveia. Em termos de dimensão, predominam nos dois municípios as explorações com dimensão entre um hectare e inferiores a cinco hectares. Em termos de superfície agrícola utilizada, apesar da evolução positiva de Gouveia, Montemor-o-Velho continua a apresentar valores mais elevados. Relativamente à mão-de-obra agrícola, esta superior em Montemor-o-Velho, embora este município tenha perdido um elevado número de efetivos entre 1989 e 2009. Esta mão-de-obra é predominante em Gouveia especialmente na faixa etária dos 35-44 anos enquanto em Montemor-o-Velho é mais representativa entre os 45-54 anos de idade.

Em termos de culturas permanentes, os municípios são dominados por olivais e vinhas. Em relação as culturas temporárias, em Gouveia predominam os cereais para grão, enquanto em Montemor-o-Velho tem posição de evidência as culturas forrageiras.

No que respeita o Regime de Pagamento Único, Gouveia apresenta valores inferiores a Montemor-o-Velho, ou seja, surge como menos beneficiado, sendo o valor pago ao município do Baixo Mondego no ano de 2011, nove vezes superior ao município da Serra da Estrela.

Em relação ao Prémio por Ovelha e por Cabra correspondente ao ano de 2007, Gouveia apresenta superioridade, apenas sendo batido por Montemor-o-Velho em relação à carne de Ovelha. Gouveia supera Montemor-o-Velho em relação Pagamentos Complementares à Manutenção de Raças Autóctones, apresentando duas raças, a raça caprina serrana e ovina da Serra da Estrela. Por sua vez, Montemor-o-Velho beneficia do Prémio Específico para o Arroz, recebendo no ano de 2011 um montante superior a 500 milhares de euros.

Desta forma, é visível e evidente que Gouveia distingue-se de Montemor-o-Velho em termos animais, enquanto o município de Baixo Mondego evidencia-se através das suas culturas. Ambas têm as suas importâncias e o papel de relevo nas economias locais, como é o exemplo do Queijo Serra da Estrela para Gouveia e municípios em redor. Em Montemor-o-Velho destaca-se o arroz de Lampreia que levou a realização de um festival com o mesmo nome.

5. APLICAÇÃO DIDÁTICA

5.1. HISTÓRIA

Para complementar o desenvolvimento científico, referente às raízes da Europa até ao Tratado de Roma, proponho como atividade pedagógica a realização de uma aula-aberta. A atividade está pensada para uma turma do 12º ano de escolaridade do Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades.

A elaboração da aula aberta de carácter histórico que proponho pressupõem uma boa organização e preparação científica do docente. Numa primeira fase, deve ser calendarizada para que aconteça uma boa preparação para o evento. O docente deve estudar o desenrolar do evento, caso aconteça algum imprevisto, que possa afetar negativamente a aula-aberta.

É necessário desenvolver um plano de ação, que tenha por objetivo organizar todas as etapas da aula-aberta. Entre outros, é necessário escolher o local onde vai decorrer a aula-aberta, equipada com todos os recursos necessários para a apresentação como por exemplo microfones e data-shows, tendo que ser confortável para o número total de participantes. Definir a lista de oradores, procurando sempre confirmar a presença para que não ocorram falhas. Criar um programa da aula-aberta é fundamental. Desta forma é necessário definir tempo específico para cada orador, sendo avisado disso previamente. Assim o orador pode preparar uma apresentação para um período de tempo exato. O programa deve conter ainda um espaço para perguntas, fazendo com que os participantes possam anotar dúvidas e questões a colocar posteriormente ao orador. É importante também definir previamente que tema caberá a cada orador tratar.

Sendo a atividade para uma faixa etária próxima da idade adulta, sou da opinião que a aula-aberta seria uma experiência enriquecedora para os alunos, podendo lidar com oradores experientes e especialistas nos temas em questão, existindo mesmo a possibilidade destes serem professores do Ensino Superior.

5.2. GEOGRAFIA

A entreajuda e os relacionamentos são dois fatores importantes para a evolução das crianças. Desta forma, a aplicação didática passaria pela realização de trabalhos de grupo na sala de aula. Assim, este tipo de tarefa serviria como método para motivar os alunos, desenvolver uma aprendizagem ativa e capacidade crítica.

Sou da opinião que seguindo esta estratégia será possível desenvolver competências nos alunos, que noutras situações, possam parecer inexistentes. Essas competências como a responsabilidade e a criatividade, inseridas no trabalho de grupo podem sobressair. Sendo esta atividade uma estratégia alternativa no processo de ensino/aprendizagem é esperado que os alunos consigam atingir um maior rendimento e produtividade; desenvolvimento do pensamento crítico e de uma linguagem mais elaborada na sequência da apresentação dos trabalhos. Para além destas vantagens, os trabalhos de grupo podem ainda ter um efeito positivo, aumentando da autoestima, motivação e interesse pela disciplina.

Assim sendo, a aplicação didática seria dirigida a uma turma do 8º ano de escolaridade, como já foi dito anteriormente, através de trabalhos de grupo. Esta escolha relaciona-se com a matéria nesse ano de escolaridade, abordando o tema “agricultura”. Optar por trabalho de grupo requer que a atividade seja planeada com atenção para não existirem falhas. Desta forma, é importante definir objetivos específicos. Assim, a atividade procura relacionar-se com os objetivos dos conteúdos da disciplina de Geografia. Esta atividade deve ser vista como enriquecedora, uma oportunidade de consolidar e criar conhecimento extra.

Numa turma de vinte e cinco alunos, seriam criados cinco grupos com cinco elementos cada. Este número de alunos parece-me o indicado para equilibrar as necessidades do mesmo. É importante que os alunos tenham a noção de responsabilidade. Desta forma, eles compreenderão que o sucesso individual passa pelo sucesso do grupo, tendo que trabalhar para um objetivo comum. A divisão dos grupos será feita através de sorteio para evitar que os alunos trabalhem apenas com amigos ou sempre com as mesmas pessoas.

No que diz respeito ao tempo necessário para realizar a tarefa, os alunos teriam aproximadamente o tempo que o docente demoraria a lecionar a matéria correspondente planificada. Desta forma, os trabalhos poderiam ser apresentados no final do docente terminar a unidade. Seria uma forma de avaliar os conhecimentos lecionados, relacionando-os com os desenvolvidos através do trabalho de grupo.

Através da constituição de pequenos grupos de trabalho é pretendido que os alunos trabalhem em conjunto, sempre acompanhados pelo docente. Os trabalhos de grupo passariam pela escolha de um município e a partir dele, partir para a sua análise, procurando dados bibliográficos numa primeira base, e posteriormente, através de dados estatísticos. Esses dados estatísticos seriam fundamentais, uma vez que a partir deles seria possível relembrar conteúdos lecionados anteriormente, mas também, inserir novas matérias. A construção de gráficos e tabelas com os dados recolhidos permitiria desenvolver uma interdisciplinaridade, tratando os dados em sistemas informáticos que criariam ainda índices de motivação mais elevados.

Numa fase final, o trabalho desenvolvido deveria ser entregue ao docente por escrito. É pretendido que assim, o trabalho desenvolvido por cada grupo tenha um cunho mais formal. Para além disso, o docente fica em sua posse com outro elemento de avaliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminado o relatório de estágio, é importante relembrar os objetivos do mesmo, referidos anteriormente. Assim sendo, este relatório de estágio teve o objetivo de descrever as atividades realizadas durante o ano de estágio pedagógico mas também estudar uma temática, quer para o seminário científico de História, quer para o seminário científico de Geografia.

Ao que ao estágio pedagógico diz respeito, posso afirmar que este correspondeu as expectativas, em algumas situações, superando-as. Esta satisfação muito deve à força, entreajuda e cumplicidade entre todo o núcleo de estágio. Devo também agradecer todo o apoio e atenção prestada pelas professoras orientadoras de escola. As turmas a que lecionei também não podem ficar esquecidas. Embora o primeiro impacto não tenha sido fácil, sou da opinião que todos os alunos foram essenciais para a evolução, para que em cada aula tenta-se superar a anterior, melhorando a preparação científica mas também os recursos explorados na sala de aula.

No que diz respeito aos estudos científicos, procurei escolher temas que permitissem interligar conhecimentos, podendo dar uma sequência lógica ao relatório. Através da componente de História foi possível concluir que o equilíbrio do velho continente nem sempre foi fácil de ser mantido. Constantes conflitos, seguidos de tratados e novamente conflitos marcaram a história da Europa até ao Século XIX. A partir do Século XX verificou-se uma criação de órgãos permanentes com o objetivo de discussão de problemas que atuaram essencialmente a nível político e diplomático, chegando-se ao Tratado de Roma e consequente projeto de União Europeia.

A União Europeia surge como elo de ligação entre a componente histórica e a componente geográfica. O projeto desenvolvido a partir de 1957, apoiado numa construção económica conjunta tem aplicação prática na Política Agrícola Comum. Esta Política Agrícola Comum tendo como objetivo integrar o setor agrícola na união aduaneira e económica, começou a ser aplicada em Portugal com a adesão do país às Comunidades no ano de 1986. Da Política Agrícola Comum parti para o estudo específico dos municípios de Gouveia e Montemor-o-Velho, dois municípios distintos, com características diferentes.

Através da análise estatística de alguns dados foi possível observar assimetrias registadas entre os municípios, mas também as suas potencialidades.

No desenvolvimento das áreas científicas devo agradecer ao Doutor Fernando Taveira e à Doutora Adélia Nunes por todo o tempo disponibilizado, pelas opiniões dadas, pelo esforço prestado para que o trabalho final fosse o melhor possível. No entanto, penso ser necessário afirmar, é complicado conjugar o estágio pedagógico com os estudos científicos. O tempo não permite que os estudos científicos sejam explorados ao máximo, desta forma, nem sempre é fácil responder a todas as dicas e alterações propostas.

Em conclusão, parece-me bastante útil a prática pedagógica. Esta permite que os futuros docentes abram uma nova janela, tenham uma visão real do que é a carreira docente. Todos sabemos o quanto é difícil arranjar colocação no sistema de ensino atual, mas este ano de estágio pedagógico faz com que me sinta mais preparado para quando a oportunidade surgir.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luís Ferrand de, *A Colónia de Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1973

AMEAL, João, *História da Europa Volume III. De Vasco da Gama à Paz de Ryswick*, Lisboa, Editorial Verbo, 1983

AVILLEZ, Francisco, *A Agricultura Portuguesa: Caminhos para um Crescimento Sustentável*, Cascais, Agro.Ges, 2014

BÉRENGER, Jean; CONTAMINE, Philippe; DURAND, Yves; RAPP, Francis, *História Geral da Europa 2º Vol. A Europa do Começo do Século XIV ao Fim do Século XVIII*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980

BERSTEIN, Serge; MILZA, Pierre, *História da Europa – Do Século XIX ao início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2007

CAROL, Anne; GARRIGUES, Jean; IVERNEL, Martin, *Resumo de história do Século XX e início do Século XXI*, Lisboa, Plátano Editora, 2011

CARPENTIER, Jean; LEBRUN, François, *História da Europa Volume 5*, Lisboa, Editorial Presença, 1993

Diagnóstico Social do Concelho de Gouveia, 2011

Diagnóstico Social do Concelho de Montemor-o-Velho, 2011

FEIO, Mariano; DAVEAU, Suzanne, *O Relevo de Portugal – Grandes Unidades Regionais*, Coimbra, Associação Portuguesa de Geomorfólogos – Volume II, 2004

FERREIRA, José Medeiros, *Não Há Mapa Cor-de-Rosa. A História (Mal)Dita da Integração Europeia*, Lisboa, Edições 70, 2014

GILBERT, Martin, *A Segunda Guerra Mundial*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2009

- GILBERT, Martin, *História do Século XX*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2010
- HATTON, Ragnhild, *A Época de Luís XIV*, Lisboa, Editorial Verbo, 1971
- História Universal 2º Volume*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994
- Instituto Nacional de Estatística, Censos 2011*
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte, *Portugal – O Sabor da Terra – Um retrato histórico e geográfico por regiões*, Rio Tinto, Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2010
- PILLORGET, Suzanne, *História Universal 9. Apogeu e Declínio das Sociedades de Ordens 1610-1787*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1981
- PORTO, Manuel Carlos Lopes, *Teoria da Integração e Políticas Comunitárias*, Coimbra, Livraria Almedina, 2001
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *A Ideia de Europa – Uma perspectiva histórica*, Coimbra, Quarteto Editora, 2003
- ROCHA, Rogério; MANUPPELLA, Giuseppe; MOUTERDE, René; RUGET, Christiane; ZBYSZEWSKY, Georges, *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000: notícia explicativa da folha 19-C*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1981
- SACCO, Marcello (Coord.), *História Universal. Vol.15 – A Idade dos Totalitarismos e a Segunda Guerra Mundial*, Novara, Planeta DeAgostini, 2005
- SACCO, Marcello (Coord.), *História Universal. Vol.16 – Do Início ao Fim da Guerra Fria*, Novara, Planeta DeAgostini, 2005
- SILVA, António Martins da, *História da Unificação Europeia. A integração comunitária (1945-2010)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010
- TEIXEIRA, Carlos; PILAR, Ludgero; FERNANDES, A. Peinador; ROCHA, Arménio Tavares – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50000: notícia explicativa da folha 17-D*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1967

TORÍBIO, José Manuel Cuenca (Dir.), *História Universal Volume 2. Do Islão e da Cristandade Alto Medieval (S. VII) ao Absolutismo Monárquico (S. XVII)*, Lisboa, Grupo Editorial Oceano, 1992

VALLAUD, Pierre (Dir), *História Crítica do Século XX*, Coimbra, Minerva Editora, 1996

VALÉRIO, Nuno, *História da União Europeia*, Lisboa, Editorial Presença, 2010

WEBGRAFIA

<http://www.cap.pt/>

<http://www.drapc.min-agricultura.pt/drapc/contactos.htm>

http://www.ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm

<http://www.gpp.pt/>

<http://www.ifap.min-agricultura.pt>

www.ine.pt

<http://p164665.mittwaldserver.info/pt/enter-the-exhibition.html>

www.podata.pt

ANEXOS

ANEXO I - CARACTERIZAÇÃO DA TURMA 7ºZ

1. Encarregados de Educação:

Profissões	PAI				MÃE				Outros	
	Empresário	3	Engenheiro	1	Professora	3	Economista	1	Desempregada	1
Professor	2	Bancário	1	Farmacêutica	2	Prof. Univers	2	Não sabe	1	
Prof. Univers	1	Farmacêutico	1	Enfermeira	1	Assist. Adm.	2			
Enfermeiro	2	Economista	2	Empresária	2	Jurista	2			
Empregado fabril	3	Oficial justiça	1	Educadora	1	Empregada doméstica	2			
médico	3	Agricultor Desempregado	1	Médica	4	Oficial justiça	1			
Habilitações Literárias	4ºano									
	6ºano		2							
	9ºano		2		2					
	12º		3		3					
	bacharelato									
	licenciatura		8		11					
	mestrado		2		1					
doutoramento		2		3						
Quem é o E. Ed.	8				17					

2. Vida Escolar

	Sim	Não
Frequência da Pré Primária	24	1
Aproveitamento, sempre	23	2

3. Repelências: Gelson Furtado; Rafael Vicente

1º	2º	3º	4	4º	5º	6º	7º	8º	9º
						x	x		

4. Disciplinas preferidas / com mais dificuldades / a que já teve APA

	Port	Fr	Ing	Hist	Geo	C.N.	F.Q	Mat	E. V	E.T	E.F
Disciplinas preferidas								12			11
Com mais dificuldades	11										
A que já teve APA											

5. Locais de Estudo

Quarto	Sala	Escritório	Cozinha	Outro
15	1			

6. Tempo de estudo diário

10 m	20m	30m	1h	+ de 1h
		4	11	3

7. Pais que acompanham de perto a vida dos filhos

Sim	Não
x	

8. Até quando pensam estudar

12º ano	1
Ensino superior	24

9. Transporte para a Escola Média tempo: 12 min.

A pé	Camioneta	Carro	Bicicleta	Outro
8	2	15		

10. Refeições

	Sim	Não
Tomam o pequeno-almoço em casa	23	2
Comem ao meio da manhã na escola	25	
Almoço em casa	15	10

11. O que comem ao meio da manhã casa

Pão	Croissant	Bolos	Sumos	Leite

12. Computadores / Internet em casa

Sim	Não	Acesso à Net
25		25

13. Ocupação dos tempos Livres

Ver Televisão	x	Ajudar em Casa	
Praticar Desporto	x	Utilizar o Computador	x
Ler		Jogar no Computador	
Ouvir Música		Aprender inglês	x
Conversar			
Passear			

14. Saúde

	Sim	Não
Vê bem	23	2
Ouve bem	25	
Problema motor		

15. As doenças mais frequentes

Alergias	4
----------	---

16. Número de horas de sono

6	7	8	9	10	11	12
	1	6	10	7		1

17. Conselhos mais frequentes para a Escola

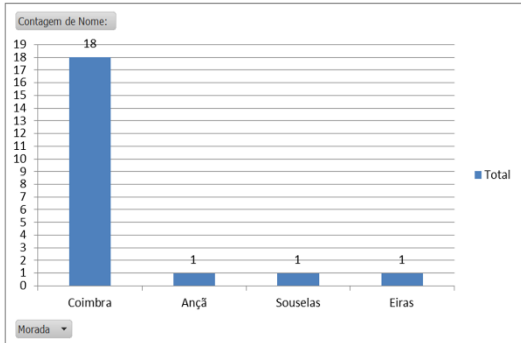
Tipo de atividade que preferem ver dinamizada nas aulas	Trabalhos de grupo
---	--------------------

18. Conselhos mais frequentes para os professores

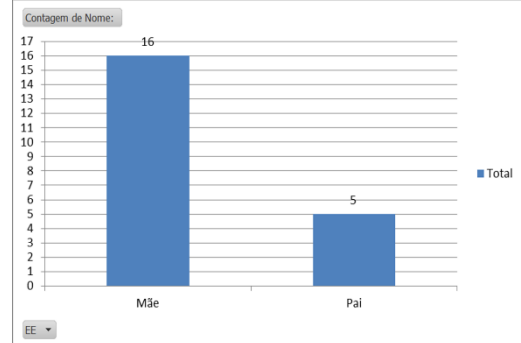
Tipo de professor que gostariam de ter	Simpático, calmo, justo e que explique bem a matéria.
--	---

ANEXO II – CARACTERIZAÇÃO DA TURMA 9º X

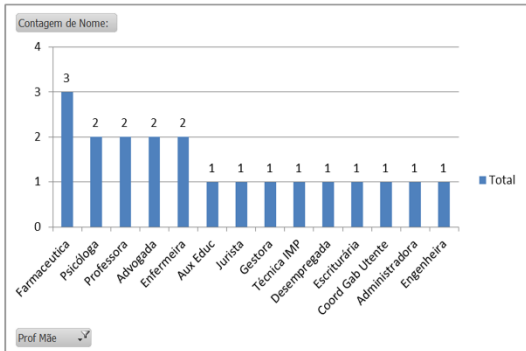
MORADA



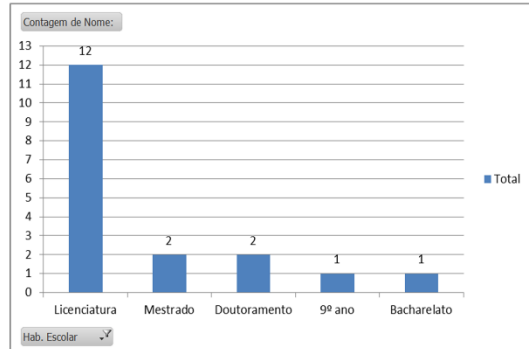
ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO



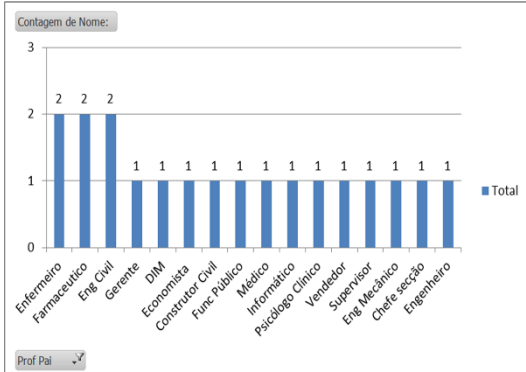
PROFISSÃO DA MÃE



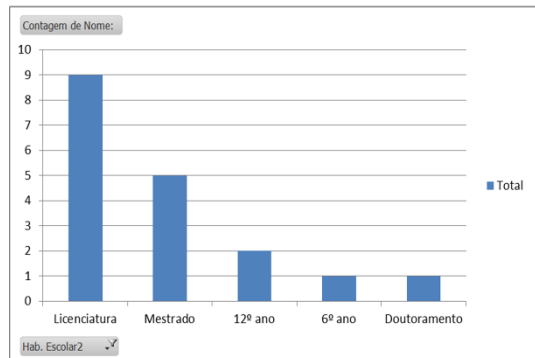
HABILITAÇÃO ESCOLAR DA MÃE



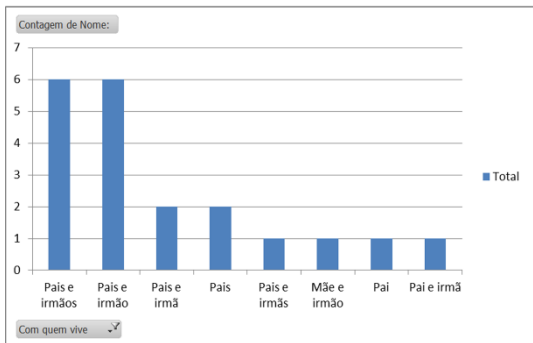
PROFISSÃO DO PAI



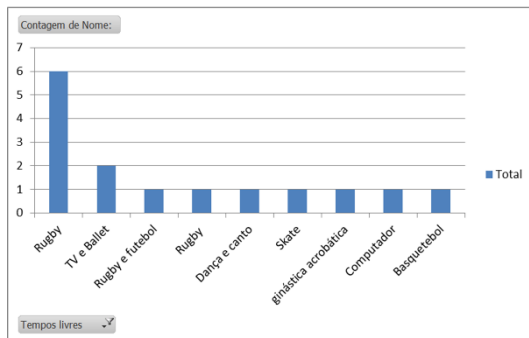
HABILITAÇÃO ESCOLAR DO PAI



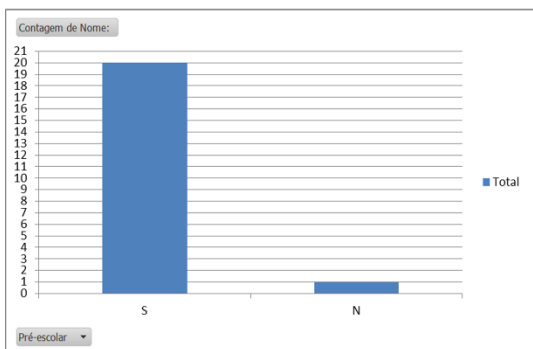
COM QUEM VIVE?



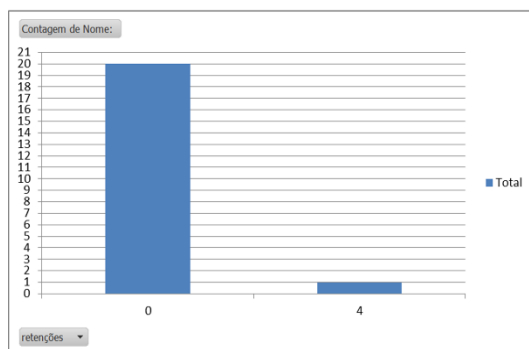
ATIVIDADES DE TEMPO LIVRE



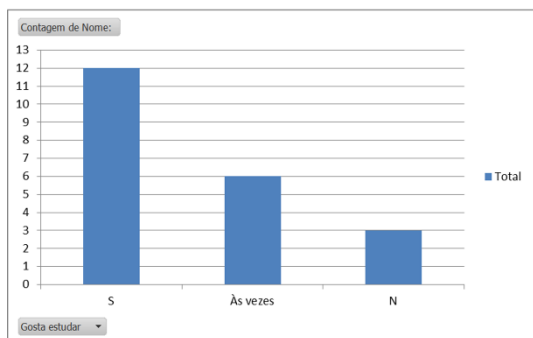
FREQUENTARAM O ENSINO PRÉ-ESCOLAR



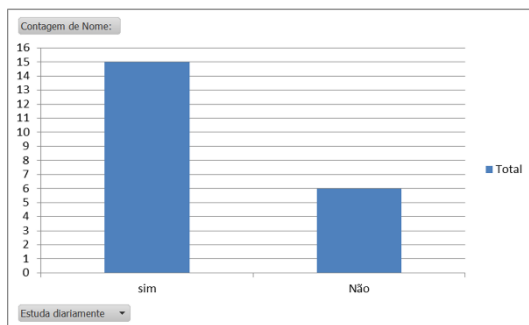
RETENÇÕES



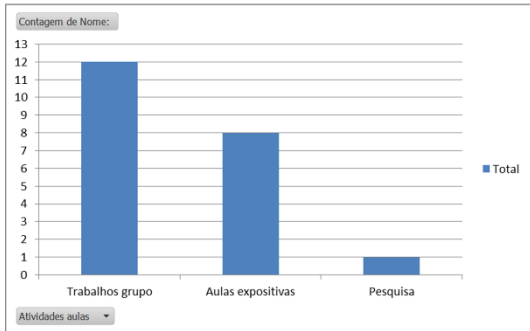
GOSTA DE ESTUDAR?



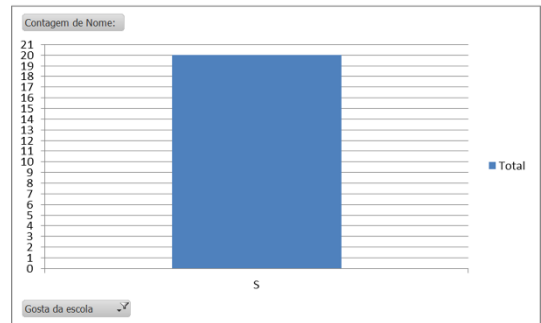
ESTUDA DIARIAMENTE?



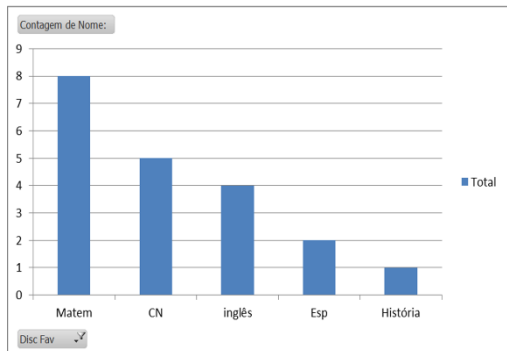
ATIVIDADES FAVORITAS NA AULA



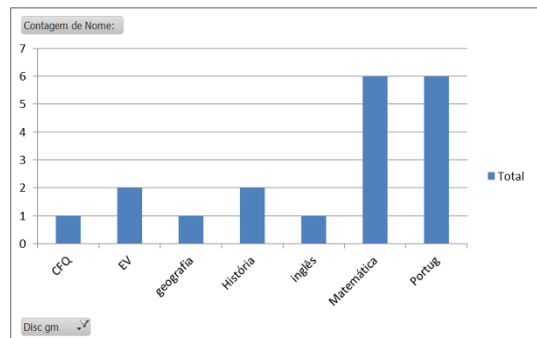
GOSTA DA ESCOLA?



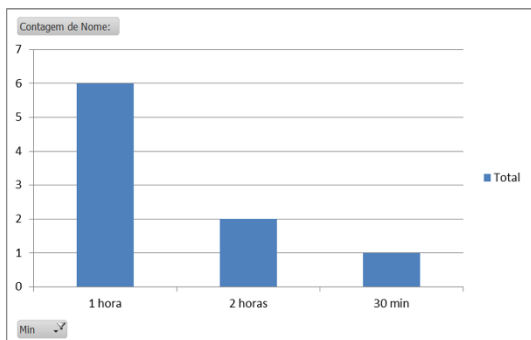
DISCIPLINAS FAVORITAS



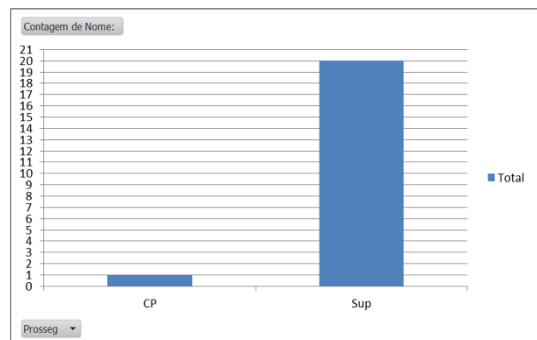
DISCIPLINAS QUE MENOS GOSTA



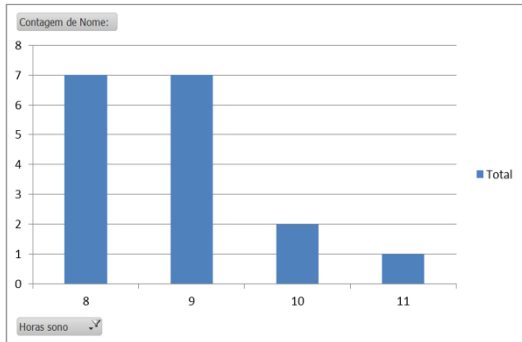
TEMPO DIÁRIO DE ESTUDO



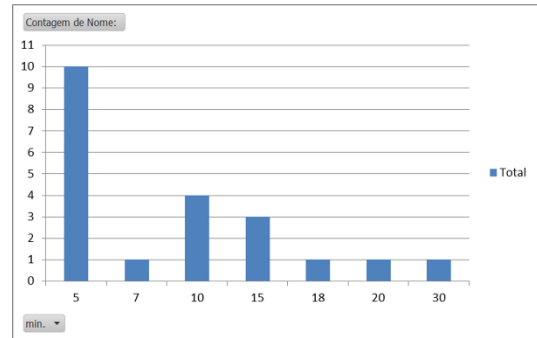
ATÉ QUANDO PENSA ESTUDAR?



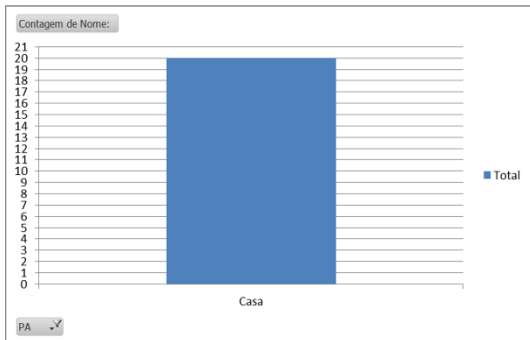
HORAS DE SONO DIÁRIO



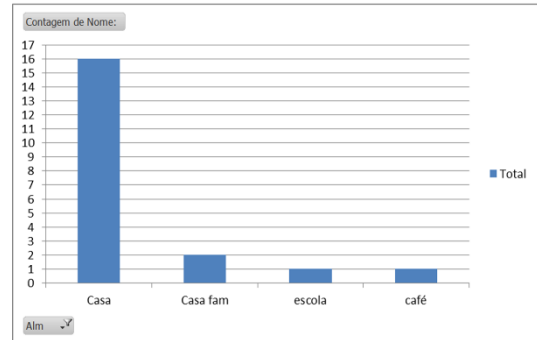
TEMPO PARA CHEGAR À ESCOLA



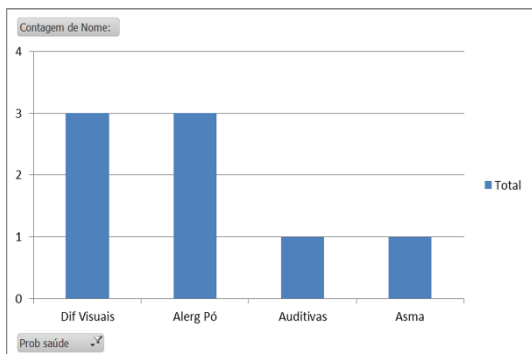
ONDE TOMA O PEQUENO-ALMOÇO?



ONDE ALMOÇA?



PROBLEMAS DE SAÚDE



ANEXO III – PLANIFICAÇÃO CURTO PRAZO GEOGRAFIA

Disciplina: Geografia;

Professor Orientador: Prof.^a Manuela Freixo;

Professor Estagiário: Prof.^o Diogo Santos

Ano: 9º Turma: 3

- 1) **Tema:** Redes e meios de transporte e telecomunicações.

- 2) **Subtema:** As redes de transporte à escala mundial e o seu impacto na mobilidade de pessoas e bens.

- 3) **Unidade Didática:** O transporte marítimo

- 4) **Número de aulas:** uma aula de 50 minutos.

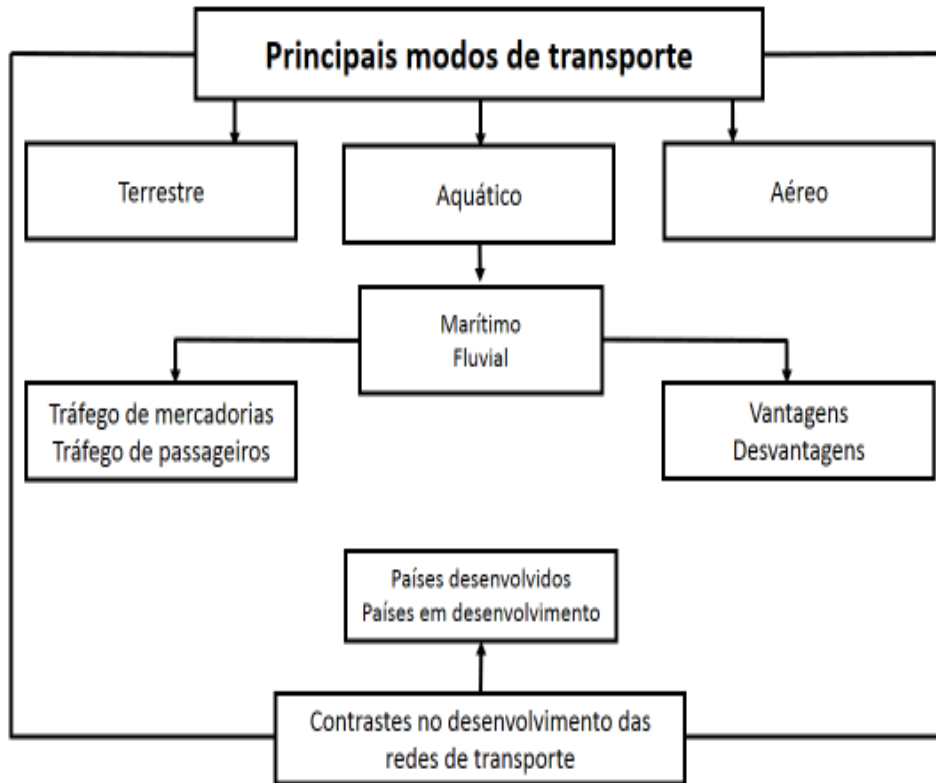
- 5) **Finalidade educativa:** Pretende-se que os alunos reflitam sobre a importância do transporte marítimo ao nível da mobilidade e pessoas e bens.

- 6) **Questões chave:**
Problematizar o conceito de transporte marítimo.

Distinguir transporte marítimo e fluvial.

Equacionar as vantagens e desvantagens do transporte marítimo.

7) Esquema conceitual:



8) Conceitos:

Pré-requisitos	Novos Conceitos
Transporte	Caudal
Meios de transporte	Regime
Modo de transporte	Transporte marítimo
Rede de transporte	Transporte fluvial
Distância absoluta	Contentorização
Distância relativa	
Distância-tempo	
Distância-custo	

9) Objetivos essenciais: Compreender a importância dos transportes aquáticos nas dinâmicas dos territórios.

10) Objetivos específicos: Descrever os contrastes na densidade das rotas marítimas a nível mundial.

Localizar os principais portos marítimos.

Explicar vantagens e inconvenientes do transporte marítimo, dando ênfase à sua crescente especialização.

Explicar os contrastes na utilização do transporte fluvial em países com diferentes graus de desenvolvimento.

Referir os impactes económicos, sociais e ambientais dos transportes aquáticos.

11) Bibliografia:

- Atlas Universal, Expresso, 2005

- DOMINGOS, Cristina, LEMOS, Jorge e CANAVILHAS, Telma, Geografia 8º Ano Tema 4, Plátano Editora, Lisboa, 2013

- MENDES, Ana Isabel, BAPTISTA, José António e BAPTISTA, Julieta Casimiro, Geografia – 3º. Ciclo do Ensino Básico; Tema 4 – As Actividades Económicas, Didáctica Editora, Lisboa 2003

- SANTOS, Fernando e LOPES, Francisco, Espaço Geo 8º. Ano de Escolaridade, Edições ASA, Porto, 2007

Planificação das aulas definidas:

Aula nº 1

Sumário: O transporte aquático: marítimo e fluvial.

Materiais/Recursos a utilizar:

- Diálogo vertical e horizontal
- Computador
- Projetor
- Manual adotado pela escola
- PowerPoint

Estratégias e atividades:

A aula terá o início com o registo de presenças dos alunos. Em seguida, será apresentado o sumário da aula: O transporte aquático: marítimo e fluvial.

O tema da aula será iniciado com um diálogo vertical, questionando os alunos se já utilizaram o transporte marítimo ou o transporte fluvial. Em seguida será explicado aos alunos que o transporte marítimo têm enorme importância há imensos séculos, como é o caso dos descobrimentos marítimos. Com a Revolução Industrial foi desenvolvido através da máquina a vapor. A título de curiosidade, os alunos ficarão a saber que o primeiro navio a vapor a cruzar o Oceano Atlântico foi o Savannah, no ano de 1819.



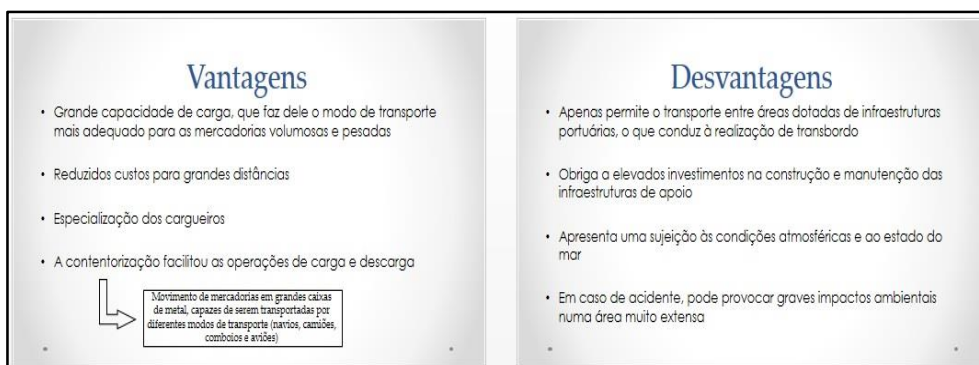
Após esta contextualização histórica, os alunos serão questionados acerca da importância do transporte marítimo na atualidade. Através do diálogo vertical serão introduzidas algumas ideias. Será dito que o transporte marítimo foi o primeiro que permitiu realizar trocas intercontinentais de mercadorias, tendo um papel fundamental nas relações comerciais. É um transporte muito importante devido à capacidade de carga, utilizado para o transporte de matérias muito volumosas e muito pesadas a longas distâncias. Sendo o planeta Terra constituído por $\frac{3}{4}$ de água, os oceanos e mares tornam-se espaços privilegiados dos transportes modernos. Como ideia-chave, é importante que os alunos retenham a ideia de que o transporte marítimo desempenhou e continua a desempenhar um papel fundamental nas relações comerciais entre países. Sempre que possível será introduzido o diálogo horizontal para os alunos exporem as suas ideias e pontos de vista.



Numa fase seguinte, a aula centrar-se-á na especialização do transporte marítimo, sendo explicado que esta especialização permitiu aumentar a produtividade deste transporte, existindo vários tipos de navios, destinados a situações diversas. Este raciocínio será completado com uma série de imagens com tipos de navios destinados a fins distintos.

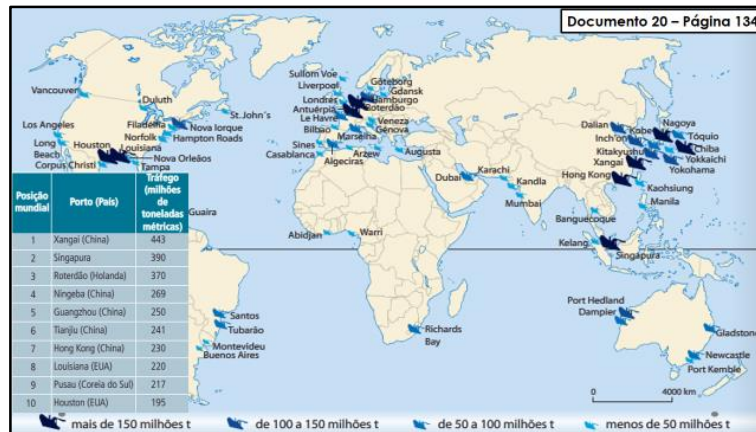


Depois de ser tratado o assunto relativo à especialização do transporte marítimo, serão introduzidas as vantagens e desvantagens deste transporte. Através do diálogo horizontal, será pedido ao alunos que reflitam sobre o assunto e apresentem as suas opiniões. Como forma das ideias apresentadas ficarem registadas, serão apresentadas algumas vantagens e desvantagens em diapositivos, procedendo-se em seguida ao registo no caderno diário.



Para terminar o assunto relativo ao transporte marítimo será apresentado um mapa e tabela com os principais portos marítimos a nível mundial. Será reforçada a ideia de que o transporte marítimo tem assumido um papel importante nas atividades económicas dos países com uma extensa fachada marítima, como os Estados Unidos da América e a China ou países compostos por ilhas como o Japão ou o Reino Unido. As regiões do litoral tornaram-se polos privilegiados da economia mundial, desenvolvendo-se importantes zonas industriais portuárias e os respetivos serviços de apoio. Os portos marítimos ligam-se à rede rodoviária e ferroviária para transportar as mercadorias aos locais de destino. Em

termos de rotas marítimas, será explicado que a mais importante é a rota do atlântico norte, que liga a Europa ao continente americano. Será pedido aos alunos que identifiquem os principais portos, aparecendo depois a tabela de apoio.



Concluído o transporte marítimo, a aula entrará no assunto relacionado com o transporte fluvial. Através do diálogo vertical será explicado aos alunos que este tipo de transporte realiza-se ao longo de rios e dos canais artificiais navegáveis, desempenhando um papel importante na deslocação de pessoas e mercadorias. No entanto o transporte fluvial é menos utilizado, pois nem todos os rios são navegáveis, relacionados com fatores como, desnível ou caudal irregular. Junto das vias de transporte fluvial, normalmente situam-se grandes áreas urbano-industriais.

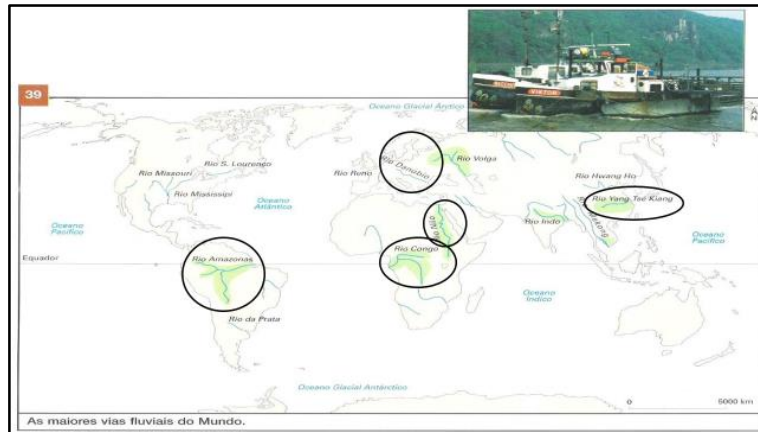
Transporte Fluvial

- Realiza-se ao longo de rios e dos canais artificiais navegáveis
- Papel importante na deslocação de pessoas e mercadorias
- Localização de grandes áreas urbano-industriais
- Transporte condicionado pelo caudal e regime dos rios

Volume de água que passa numa determinada secção do rio, por unidade de tempo (m³/s)

Variação do caudal ao longo do ano

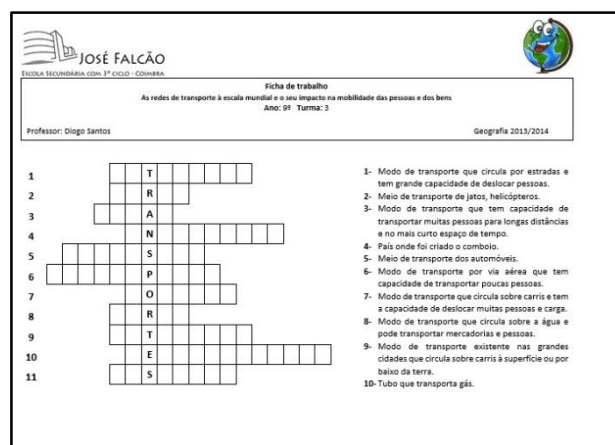
Em seguida será apresentado um mapa que representa as maiores vias fluviais do mundo, sendo pedido aos alunos que as identifiquem.



Os transportes fluviais serão concluídos através de um estudo de caso português: o Rio Douro. Será dado a conhecer a sua função económica, através dos barcos rabelos e a sua importância no transporte de pipas de vinho, e turísticas através das rotas existentes.



A aula terminará com a realização de uma ficha de trabalho, onde serão testados os conhecimentos dos alunos acerca do subtema: as redes de transporte à escala mundial e o seu impacto na mobilidade de pessoas e bens.



ANEXO IV – PLANIFICAÇÃO CURTO PRAZO HISTÓRIA

Escola: Escola Secundária José Falcão;	Tema: C – A formação da Cristandade ocidental e a expansão islâmica	Sumário: Maomé e o Islamismo. A expansão do Império Muçulmano
Professora Orientadora: Prof.ª Isabel Alarcão;	Unidade Didática: C1 – A Europa Cristã e o Islão nos séculos VI a IX	
Professor Estagiário: Diogo Santos	Sub-Unidade: O nascimento do Islamismo.	
Ano: 7º Turma: 2 Aula nº: 54	A expansão islâmica.	

Metas Curriculares	Competências Específicas	Indicadores de Aprendizagem	Conteúdos	Experiências de Aprendizagem	Recursos
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer e compreender a génese e expansão do islamismo 	<p>Compreensão Histórica:</p> <p>Temporalidade</p> <p>Espacialidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> Localizar no tempo, através de uma barra cronológica o aparecimento da religião islâmica Localizar no espaço o aparecimento da 	<ul style="list-style-type: none"> A Península da Arábia é um planalto situado entre o golfo Pérsico e o mar Vermelho. Maomé é considerado profeta, ou seja, portador da palavra de Deus. Hégira é o início do calendário muçulmano. 	<ul style="list-style-type: none"> A aula iniciar-se-á com diálogo vertical e horizontal com os alunos que funcionará como motivação e permitirá ao docente contactar com os conhecimentos dos alunos sobre temáticas que irão ser lecionadas. A localização no 	<ul style="list-style-type: none"> Diálogo vertical e horizontal; Computador e projetor Manual adotado pela escola: Friso cronológico p.117 Doc.1, pág. 123 –

	fontes Comunicação em História	oralidade, estimulando os alunos à participação • Desenvolver a escrita através da realização de uma ficha de trabalho	califados. • Os Muçulmanos sendo essencialmente comerciantes, controlavam uma vasta rede de rotas comerciais. • Destaque para o ouro, marfim, escravos, especiarias e seda.		
--	---------------------------------------	---	---	--	--

Desenvolvimento da aula

Início da aula

- Supervisão da entrada dos alunos, verificação das presenças e escrita do sumário da aula: “Maomé e o Islamismo. A expansão do Império Muçulmano”.
- Indicação das páginas do Manual relativas à matéria lecionada: páginas 122, 123, 124 e 125.

Desenvolvimento da aula

- Localização no espaço da Península da Arábia. Recurso ao PowerPoint (diapositivo 2). Através do diálogo vertical e horizontal tentar-se-á chegar à conclusão de que a Península da Arábia é um planalto situado entre o Golfo Pérsico e o mar Vermelho, ocupado por extensões de deserto.
- Aparecimento de Maomé. Recurso ao PowerPoint (diapositivo 3) e ao texto da página 122 “A Figura - Maomé”. Através do diálogo vertical será explicado que Maomé é considerado o profeta, ou seja, o portador da Palavra de Deus. Começou a pregar em Meca, dirigindo-se posteriormente para Medina. Esta saída corresponde à hégira, ou seja, primeiro do calendário muçulmano, que corresponde ao ano de 622.
- O Islamismo. Recurso ao PowerPoint (diapositivo 4 e 5) e a um pequeno vídeo da Escola Virtual. Através destes recursos os alunos compreenderão a ligação entre Maomé e a religião por ele fundada. Será explicado que os muçulmanos são monoteístas, acreditam na imortalidade da alma e na salvação eterna. Para além disso, o Alcorão é o seu livro sagrado. Após a morte de Maomé, a Arábia passou a ser dirigida por um califa, chefe religioso e político.
- Expansão muçulmana. Recurso ao PowerPoint (diapositivo 6) e documento 2 da página 125 do manual. Através do diálogo vertical e horizontal tentar-se-á perceber os motivos da expansão muçulmana. Neste ponto é importante focar a ligação entre alargamento do território/expansão da religião.

- Unidade do Império. Recurso ao PowerPoint (diapositivo 8). Relacionar a expansão com a perda de unidade e conseqüente surgimento de províncias independentes, formando califados.
- Importância do comércio. Recurso ao PowerPoint (diapositivo 9) e documento 3 da página 125 do manual. Relacionar a atividade comercial com as cidades muçulmanas, destacando ainda as rotas comerciais, dentro e fora dos limites do império.

Conclusão da aula

- Marcação do trabalho de casa, através da realização de uma ficha de trabalho

Bibliografia

- DINIZ, Maria Emília; TAVARES, Adérito; CALDEIRA, Arlindo M., *História sete*, Lisboa, Raiz Editora
- GRINÉ, Cristina; GRINÉ, Euclides; RUA, Humberto, *Oficina da História 7*, Lisboa, Texto Editora
- SEFRIQUI, Anne; *As Civilizações Islâmicas*, Porto, Lello, 1989

ANEXO V – CARTAZ SEMANA DA EUROPA


Instagram






Ευρωπαϊκή Ένωση

Unión Europea

Euroopa Liit

Europäische Union

Ευρωπαϊκή Ένωση

European Union

Union européenne

An tAontas Eorpach

Unione europea

Eiropas Savienība

Ευρώπη

Evropská unie

Den Europeiske Union

Europese Unie

Unia Europejska

União Europeia

Evropska unija

Európska únia

Uniunea Europeană

Euroopan unioni

Europeiska unionen

Ευρώπη

Evropos Saitung

Unjoni Ewropea

Európai Unió

Unia Europejska

União Europeia

Evropska unija

Európska únia

Uniunea Europeană

Euroopan unioni

Europeiska unionen





asemanadaeuropa ▼

A Semana da Europa

@ Escola Secundária José Falcão, de 5 a 9 de Maio de 2014



+seguir

16 posts

67 followers

96 following

Organização:
Núcleo de Estágio
de História e Geografia



JOSÉ FALCÃO
ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º CICLO - COMBRA

ANEXO VI – “EUROPA – UM ESPAÇO EM CONSTANTE MUDANÇA”

8 de Maio | 16h30

EUROPA

um espaço em constante mudança

Aula aberta | Anfiteatro

ORADORAS:

Doutora Dina Sebastião

Doutora Fátima Velez



ORGANIZAÇÃO

Núcleo de Estágio de História e Geografia: Ana Rita Craveiro | Diogo Santos | Guilherme Matos
com a colaboração das orientadoras de estágio: Prof. Manuela Freixo | Prof. Isabel Alarcão